



REVISTA SANTA CATARINA em HISTÓRIA

vol15 | nº1-2 | 2021 ISSN: 1984-3968



Fotografia da Capa: Mercado Público de São Francisco do Sul | 2017. Por Elaine Schmitt

Editorial

É com grande satisfação que apresentamos mais um número da Revista Santa Catarina em História, este relativo ao ano de 2021, volume 15, nº. 1-2. Nesta edição, foram reunidos estudos e artigos que trazem objetos de estudo de variadas naturezas. Entre eles, temos história das mulheres, jornalismo e imprensa digital, memória, saúde, imigração, emoções, escravidão, revoltas e guerras. Neste rol de análises e reflexões, que nos ajudam a conhecer e compreender importantes fenômenos e acontecimentos de um mesmo espaço territorial, somos convidadas e convidados a mergulhar em uma complexa trama histórica que segue sendo constantemente desenrolada.

Em **“Alô, telefonista?”: Memórias do ofício feminino no intermédio das chamadas em Santa Catarina**, Gabriela Araldi, aborda como a profissão de telefonista teve um papel fundamental para as telecomunicações no século XX. Partindo da História Oral como método, são reconhecidas as especificidades do ofício, além das suas funções e impactos sociais em Santa Catarina. A partir da realização de entrevistas com mulheres envolvidas diretamente com a atividade, o trabalho buscou, sobretudo, a valorização de suas experiências e contribuições.

Já em **Plantas e Corpos: A medicina dos anúncios de remédios nos jornais de Florianópolis (século XIX – século XX)**, Alice Lopes De Souza analisa os anúncios de remédios em jornais de Florianópolis durante as décadas que compreendem o fim do Império e início do Regime Republicano no Brasil. Através do estudo dos jornais, foi possível compreender quais mudanças ocorridas no período poderiam ter produzido impacto no exercício da medicina. Como resultado, a autora identifica a exclusão de conhecimentos populares, normalmente referentes a plantas medicinais e curas, e a ascensão de um poder higienista e regulador, que passou a interferir política e socialmente na sociedade e na construção de suas imagens.

No artigo **Cicatrizes do Corpo e da Alma: analisando a trajetória da catarinense Derlei Catarina de Luca**, Bruna Brusnelo analisa o papel político cultural que as emoções desempenharam na trajetória da catarinense Derlei Catarina de Luca durante o período da ditadura militar brasileira de 1964. Dessa maneira, a importância da memória e dos relatos da própria Derlei foram fontes fundamentais para análise histórica, bem como a maneira como as relações de gênero fizeram parte desse contexto social. Além disso, a autora aborda como

emoções como medo, dor e amor podem influenciar na liberdade e na movimentação dos corpos. Ou seja, ela também adentra a esfera política.

Em **De conluio e ímpetos: O Federalismo, o Republicanismo e a guerra em Desterro**, Pedro Haas Zanotto analisa os processos políticos ocorridos em Desterro a partir da posse de Floriano Peixoto à presidência federal, em 1891, até o final da Guerra Federalista e a destituição do Governo Provisório Revolucionário, em 1894. O foco são as ações dos dois partidos políticos preponderantes em Santa Catarina, o Partido Republicano e o Partido Republicano Federalista, e que puderam ser apreendidas em jornais do período. Como resultado, são evidenciados conflitos que culminaram em uma das maiores crises políticas da história de Santa Catarina.

A fim de compreender o papel da imprensa digital na manutenção de um projeto de higienização do Centro da cidade de Florianópolis, Ana Beatriz Brüggemann propõe o artigo **“Arte Não Autorizada? Pichações e imprensa digital em Florianópolis na última década (2013-2020)”**. Partindo da metodologia de análise das fontes escolhidas, foi possível perceber como os jornais digitais da região avaliam a pichação e como suas narrativas contribuem para a marginalização da prática, além da expulsão dos praticantes. Como conclusão, a autora percebeu que as matérias analisadas funcionam como força ativa e criadora de uma opinião pública que rejeita a prática, além de perpetuar o antigo ideal de higienização.

Já em **“As mulheres paraguaias em Santa Catarina após a guerra da Tríplice Aliança”**, Michel Felipe Moraes Mesalira buscou entender sob quais condições ocorreu a imigração de mulheres paraguaias no contexto do pós-guerra da Tríplice Aliança (1864-1870) para a província de Santa Catarina. Para isso o autor utilizou uma variedade de documentos como as correspondências trocadas entre o Ministério da Guerra e o Presidente da Província de Santa Catarina em meados da década de 1870; as Relações Nominais de dispensa do exército; e as notícias na *Gazeta de Joinville* sobre casos que paravam na delegacia relatando a violência sofrida por mulheres paraguaias nas décadas de 1870 e 1880.

No estudo **“Africanos em Desterro: como o caso de Rufina demonstra os limites da liberdade concedida a Africanos escravizados ilegalmente (1842-1862)”**, Andressa Aparecida Pastori discute a escravização ilegal da africana Rufina em Desterro, que foi trazida do Uruguai para o Brasil no contexto da ilegalidade do tráfico. O destaque, no entanto, é dado ao status de liberdade de africanos que mesmo que reconhecido pelo Estado, tinham muitos limites antes e depois do processo de emancipação. Considerando o contexto da escravidão

ilícita no século XIX, a autora conclui que o caso de Rufina é, antes de tudo, uma evidência de que muitos casos de escravização ilegal não chegavam à justiça. E que, apesar da vitória de Rufina no tribunal, não houve uma real garantia de liberdade.

Em **“Quitadeiras e domésticas na Desterro do século XIX (1835-1870): os mundos do trabalho e suas representações”**, Maria Luiza Péres se concentrou na análise de jornais e Correspondências da Câmara Municipal ao Presidente da Província de Santa Catarina entre os anos de 1835 e 1870. A partir dessas fontes, a autora buscou refletir a respeito das representações construídas pela elite de Desterro sobre o trabalho de mulheres escravizadas, assim como esmiuçar as micro-resistências encabeçadas por mulheres negras diante dos processos de modernização da cidade e normatização de suas condutas.

Por fim, apresentamos o estudo **“Modelos de feminilidade na intersecção entre gênero e raça: amas de leite e domésticas em Desterro (1849-1883)”**, no qual Fernanda Buttini Barczak parte da premissa teórica da intersecção entre gênero e raça para investigar os discursos acerca dos papéis das mulheres escravizadas, assim como as concepções de feminilidade, higiene e maternidade que coexistiram com as construídas para mulheres brancas. O enfoque é dado às escravizadas domésticas, mas, sobretudo, às amas de leite de Desterro na segunda metade do século XIX. A investigação que parte da análise de jornais de Desterro entre 1849 e 1883, reafirma como a presença africana e afrodescendente na história de Santa Catarina pode estar relacionada, também, aos estudos de gênero.

Desejamos uma leitura agradável, prazerosa e fomentadora de profícuas discussões!

“Alô, telefonista?”: Memórias do ofício feminino no intermédio das chamadas em Santa Catarina

“Hello, operator?”: Memories of the female trade in between calls in Santa Catarina

Gabriela Araldi¹

Resumo: Este artigo aborda a profissão de telefonista, fundamental para as telecomunicações no século XX e, inclusive, para a comunicação que utilizamos atualmente, tendo como objetivos reconhecer as especificidades do trabalho, as funções e impactos sociais desde sua criação até a obsolescência do ofício, quando a substituição das centrais telefônicas manuais pelas automáticas intensificou-se até tornar-se predominante. O debate é baseado na metodologia de História Oral, sendo realizadas duas entrevistas com mulheres envolvidas diretamente com a atividade. Este trabalho é, sobretudo, uma tentativa de valorização dessas mulheres que trabalharam arduamente para ajudar a aproximar as pessoas.

Palavras-chave: Telefonistas; Telecomunicações; Memória; Santa Catarina.

Abstract: This article is about the switchboard operator profession, that is fundamental for telecommunications in the 20th century and even for the communication we currently use, with the meaning of recognizing the specificities of the job, its functions and social impacts from its creation to the obsolescence of the profession, when the substitution of the manual telephony exchanges for automatic ones has intensified until it became predominant. The debate is based on the Oral History methodology, dialogin with two women directly involved in the activity. This work is, above all, an attempt to value these women who have worked hard to help bring people together.

Keywords: Switchboard operators; Telecommunications; Memory; Santa Catarina.

Introdução

A metamorfose do aparelho telefônico para chegar no formato que conhecemos atualmente foi ampla e de grande notoriedade. Desde seu invento, passou por inúmeros aperfeiçoamentos e tornou possível todas as redes de telecomunicações a nível mundial. Foi incorporado na sociedade como parte do contexto de modernização aspirado para as cidades que, por sua vez, tinha base nos preceitos do sistema econômico capitalista². O aparelho, então, era uma demanda social constituinte deste meio, ao passo que reduzia as barreiras de tempo e distância.

Este artigo visa compreender as especificidades da profissão das telefonistas, imprescindível para as telecomunicações do século XX, que marcou gerações pelos serviços

¹ Graduanda em História pela Universidade Federal de Santa Catarina. Email: gabrielaaraldi13@gmail.com.

² GOULART FILHO, 2018.

prestados aos usuários de telefone e também por seu impacto social na telefonia e na vida de tantas mulheres que entraram para o mercado de trabalho formal. Para isso, foi utilizada a metodologia de História Oral, campo que possibilitou grandes avanços às Ciências Humanas e à própria disciplina de História, visto que viabilizou o conhecimento de experiências e vidas de diferentes grupos sociais que acabaram esquecidos pela historiografia³. Com certeza a produção das fontes históricas orais deste trabalho é valiosa e tem potencial para ampliar este campo de pesquisa.

Para este trabalho, realizamos duas entrevistas. A primeira com Áurea Maffezzolli, de 72 anos, que começou a trabalhar como auxiliar de telefonista em 1966, aos 17 anos, na Companhia Telefônica Catarinense (CTC), aposentando-se como gerente de uma companhia telefônica em outra cidade. A segunda foi com Florilda Enke Donini, de 70 anos, filha de Nair Enke, falecida em 2011, que começou como telefonista em 1942, aos 16 anos, também na Companhia Telefônica Catarinense (CTC), concluindo sua carreira como gerente da companhia. Ambas são moradoras de Jaraguá do Sul - SC⁴.

Figura 01: As telefonistas de Jaraguá do Sul.



Da esquerda para a direita: Nair Enke, Áurea Maffezzolli, Maria Pamplona e Maria Edite Tavares.

Fonte: acervo pessoal Florilda Enke Donini.

³ ALBERTI, 2008.

⁴ As entrevistas foram realizadas via telefone, considerando-se o isolamento social decorrente da pandemia da Covid-19. O áudio foi gravado e a sua transcrição foi literal, retirando-se para citação os vícios de linguagem e palavras repetidas.

Agradeço imensamente Áurea e Florilda pela disponibilidade e entusiasmo para ajudar na construção deste artigo e responder a todos os meus questionamentos. Além disso, agradeço à Natália Trentini por facilitar meu contato com as entrevistadas. Sem elas, este tema de demasiada importância e pouco reconhecimento social e científico não estaria em debate.

Breve histórico dos princípios da telefonia no Brasil e em Santa Catarina

Foi no inverno de 1878 que a provável primeira ligação telefônica ocorreu em Santa Catarina, de acordo com uma notícia publicada no jornal *O Despertador* em 30 de julho daquele ano, em Desterro (Florianópolis)⁵. Esse acontecimento, bem como a instalação das primeiras linhas no Brasil, e todo o restante da jornada da telefonia a nível mundial, teve alicerce com a invenção do telefone pelo físico escocês Alexander Graham Bell, no dia 10 de maio de 1876, enquanto trabalhava em novas experiências com o telégrafo.

É nesse contexto de descobertas e testes que o telefone passou a ser instalado nos quatro cantos do mundo - é claro, em intensidades e formas diferentes. O primeiro aparelho telefônico importado para o Brasil foi apresentado pelo próprio inventor à Dom Pedro II na Exposição Internacional dos Estados Unidos, em 1876. Deslumbrado com o aparelho falante, o então imperador solicitou, no ano seguinte, a instalação de telefones entre o Palácio da Quinta Boa Vista (moradia do Imperador, atual Museu Nacional) e as residências ministeriais no Rio de Janeiro⁶.

O início da telecomunicação no Brasil foi bastante conturbado. Grande parte do capital para investimento era externo e os aparelhos, por sua vez, importados. As ligações atendiam a curtas e médias distâncias, concentrando-se no perímetro urbano e nas ligações entre grandes cidades⁷. Os serviços prestados eram feitos através de concessões, inicialmente a cargo do governo imperial, e mais tarde expandidos para os Ministérios e os municípios, destinados a iniciativas de investimento particulares⁸. Até a década de 1930, muitas autorizações para o estabelecimento de linhas telefônicas foram cedidas à capitalistas locais em diversos municípios. Em destaque podemos apontar a *Brazilian Telephone Company*, conhecida como

⁵ SANTOS, 1999, p. 15.

⁶ Ibidem, p. 17.

⁷ GOULART FILHO, 2018, p. 279.

⁸ Ibidem, p. 281.

Companhia Telefônica Brasileira (CTB), que se constituiu como a maior empresa privada de telefonia no país, atendendo aos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais⁹.

No quebra-cabeça da formação do sistema de comunicações brasileiro, Santa Catarina foi uma peça indispensável que, de acordo com Goulart Filho, atuou com um grau de autonomia relativa no mercado interno, muito em função das especificidades da formação socioespacial¹⁰. A fase inicial do desenvolvimento da telefonia no estado passou por dificuldades técnicas e operacionais, apresentando serviços em grande maioria precários e pouco difundidos¹¹. Foram inúmeras as concessões para exploração de serviços telefônicos que não afloraram ou sequer iniciaram. Neste momento, a telefonia era usufruída especialmente pelo poder público, pelos setores econômicos do comércio e dos serviços, e pelos membros das classes avantajadas que detinham o poder político ou econômico, uma vez que as tarifas para assinantes dos serviços telefônicos era muito alta e pouquíssimas pessoas podiam arcar, embora existissem linhas isoladas e pequenas redes de uso privativo.

De acordo com Goulart Filho, a expansão da telefonia teve comando regional centralizado a partir da fundação da *Grossenbacher & Trinks* de Joinville em 1907, que passou a expandir os seus serviços para Jaraguá do Sul (cidade das nossas entrevistadas) e Florianópolis¹². O cenário das comunicações seria revolucionado, contudo, a partir dos investimentos do espanhol Juan Ganzo Fernandes, fundador da Companhia Telefonica Catarinense (CTC), responsável por aperfeiçoar todo o serviço telefônico a partir de 1928, fazendo aumentar o número de centrais telefônicas em conexão pelo estado, bem como o número de usuários e, naturalmente, de telefonistas.

As telefonistas

A *golden era* do telefone, influenciadora de muitos materiais audiovisuais de cunho histórico, como a própria série *Las Chicas del Cable* produzida pela *Netflix*, manifestou a necessidade de uma profissão para o funcionamento dos serviços telefônicos no estado e em todo o globo, até então inexistente. As telefonistas eram as responsáveis pelo processo de

⁹ Ibidem.

¹⁰ Ibidem, p. 276.

¹¹ SANTOS, 1999.

¹² GOULART FILHO, 2018, p. 278.

comutação entre os cordões e linhas dos assinantes¹³ - em outras palavras, eram a peça central para a conexão de uma chamada a outra, e tudo isso acontecia nas centrais telefônicas manuais.

Na minha época, a telefonia era bem diferente do que é hoje, tá? Pra você poder conversar de uma cidade para a outra, tudo vinha por intermédio das telefonistas. O cliente solicitava a ligação, nós completávamos numa mesa que se chamava mesa interurbana, e o cliente aguardava. Quando acessávamos a linha que ele precisava falar, nós ligávamos de novo para o cliente A e conectava com o cliente B. Isso às vezes demorava um dia inteiro para fazer uma ligação interurbana.¹⁴

Quando a ligação requerida era para a própria cidade de onde o interlocutor falava, o processo de transmissão era feito através do próprio painel da telefonista. Porém, caso a chamada fosse para um local mais distante, o contato era feito através das centrais telefônicas da cidade pretendida¹⁵: “E daí essa ligação ela já era pedida, a gente tinha que entrar em contato com a regional que era Blumenau, e Blumenau é que completava a ligação para outro destino.”¹⁶

As operadoras de telefone marcaram gerações também no que diz respeito a transformações sociais. No século XX, sobretudo entre as décadas de 1920 e 1980, em acompanhamento ao processo de urbanização e industrialização das cidades brasileiras, a participação das mulheres no mercado de trabalho foi crescente e cada vez mais expressiva¹⁷. Dessa maneira, as telefonistas constituem-se como um símbolo da inserção massiva de mulheres no ambiente trabalhista formal, iniciando o longo e ainda existente processo de autonomia e independência feminina. Quando perguntada sobre seu início na profissão, Áurea relata: "O meu primeiro emprego praticamente foi sobre a telefonia. Eu comecei no dia cinco de maio de 1966, eu tinha 17 anos, e como auxiliar de telefonista.”¹⁸.

De acordo com Simões e Hashimoto, este mesmo período de eclosão feminina no mercado trabalhista foi, paradoxalmente, acompanhado de condições precárias de trabalho, sem proteção social e com baixa remuneração¹⁹. Ao indagar se o salário de Áurea Maffezzolli era, de alguma forma, compensador, ela responde:

Não, não era... Mas não era mau também... Porque não havia o que há hoje, essa inflação, entende? Você ganhava pouco, você só tinha um aumento por ano... Mas o que você ganhava dava para sobreviver... Dava... Não é que era um salário de ouro, mas também não era de todo o mal, era compatível com todas as empresas, principalmente quando passou para a TELESC, que era Telecomunicações de Santa

¹³ SANTOS, 1999, p. 96.

¹⁴ MAFFEZZOLLI, Áurea, em entrevista cedida à Gabriela Araudi. 28/04/2021, Florianópolis. Acervo da autora.

¹⁵ TRENTINI, 2020.

¹⁶ MAFFEZZOLLI, Áurea, em entrevista cedida à Gabriela Araudi. 28/04/2021, Florianópolis. Acervo da autora.

¹⁷ SIMÕES; HASHIMOTO, 2012, p. 8.

¹⁸ MAFFEZZOLLI, Áurea, em entrevista cedida à Gabriela Araudi. 28/04/2021, Florianópolis. Acervo da autora.

¹⁹ SIMÕES; HASHIMOTO, 2012, p. 8.

“Alô, telefonista?": Memórias do ofício feminino no intermédio das chamadas em Santa Catarina – Gabriela Araldi

Catarina, que daí já fazia parte mais a política e tudo mais, porque antes, no início era uma economia, era uma empresa particular.²⁰

Quando indago a mesma coisa à Florilda Donini, ela responde sobre o salário de sua mãe:

É, eu não sei te dizer valores, até porque quando ela começou eu era muito criança... Porque ela começou a trabalhar solteira, aí quando ela casou ela ficou um tempo, pediu demissão e retornou em cinquenta e um, cinquenta e dois, eu tinha um, dois anos só... No início eu não lembro. Mas eu lembro depois já de jovem que o salário não era bom, não era bom mesmo...²¹

Outra passagem da entrevista com Áurea retrata o espaço físico da companhia telefônica em que trabalhava:

Ela era bem precária em todos os sentidos, pelo menos na cidade em que eu comecei, que era Jaraguá do Sul, Santa Catarina, então realmente eram três salinhas conjuntas, uma sala onde funcionava a central telefônica, ao lado que era a gerência, uma sala minúscula, e uma pequenina mesmo que era a nossa da mesa interurbana, e um corredor aonde atendíamos os clientes.

Dessa maneira, podemos pensar que as experiências de trabalho das profissionais da telecomunicação correspondem, de certa forma, ao contexto social definido por Simões e Hashimoto a qual estavam inseridas, ao passo que o ambiente de trabalho apresentava estruturas precárias e a remuneração fosse incompatível à primordialidade das profissionais para que ocorresse qualquer comunicação via telefone. Vale lembrar, contudo, que a telecomunicação estava em fase embrionária, e condições arquitetônicas ou estruturais são, em regra, precárias em seu início pela quantidade substancial de investimento.

Podemos refletir também sobre as condições do trabalho feminino no que se refere às jornadas de trabalho. Consideramos pelos relatos das entrevistadas que era de seis horas diárias, com intervalos e revezamentos por outra telefonista: “Uma telefonista iniciava às sete e meia da manhã e ia até as vinte uma e trinta, até nove e meia da noite, mas nesse percurso de tempo tinha três, porque ela só podia trabalhar durante seis horas, então eram praticamente três telefonistas.”²². Entretanto, no caso de Nair Enke, seu horário de trabalho poderia ultrapassar a carga horária estipulada, uma vez que ela voltava à companhia telefônica em casos de urgência, como relata sua filha com admiração:

Uma pessoa que trabalhou a vida inteira fora... uma pessoa que além do tempo

²⁰ MAFFEZZOLLI, Áurea, em entrevista cedida à Gabriela Araldi. 28/04/2021, Florianópolis. Acervo da autora.

²¹ DONINI, Florilda Enke, em entrevista cedida à Gabriela Araldi. 05/05/2021, Florianópolis. Acervo da autora.

²² MAFFEZZOLLI, Áurea, em entrevista cedida à Gabriela Araldi. 28/04/2021, Florianópolis. Acervo da autora.

“Alô, telefonista?": Memórias do ofício feminino no intermédio das chamadas em Santa Catarina – Gabriela Araudi

disponibilizado para o trabalho, que eu posso dizer quase que ela ficava a disposição da telefônica por vinte e quatro horas por dia, porque, como as dificuldades de comunicação eram muito grandes, durante a noite, eu lembro desde muito pequena, quantas vezes ela era chamada a noite pra ir a telefônica fazer ligação em caso de falecimento... Isso era o único meio das pessoas poderem avisar os familiares e tal... E durante a noite também ficava até um pouco mais fácil porque o tráfego das linhas eram menores, claro né, pelo horário.²³

Nesses episódios noturnos, Florilda Enke Donini nos conta que muitas vezes ela e seu irmão acompanhavam Nair:

E como naquela época nós não tínhamos carro, o meio de transporte era bicicleta, e uma mulher a noite, na rua, numa cidade pequena, tinha que preservar a honra dela, ela tirava ou meu irmão ou eu da cama, pra irmos com ela, e a noite, assim praticamente, dependendo do horário, a gente terminava de dormir no banco da telefônica. Então assim, pra você ver que realmente era muito precária as condições e acho que isso demonstra um pouquinho também da dificuldade da época né...²⁴

Nessas falas, entendemos na prática que o trabalho é constituinte do sujeito e interpela seu modo de vida. É notório um envolvimento familiar nas atividades que envolviam a telefonia, acontecimentos esses que exigiam adaptação dos familiares em diversas circunstâncias, como acordar a noite para ajudar em uma chamada urgente, comemorar datas especiais somente depois do fim do expediente, e assim por diante. Além disso, as falas dialogam bastante com as condições do trabalho feminino das quais apontamos anteriormente, além das configurações familiares e condições do gênero feminino na sociedade do século XX²⁵.

Então assim, a nossa vida realmente era muito telefônica, e nós fomos criados sabendo que isso era necessário, ela nos fez entender desde criança, desde que a gente se entendia como gente, que isso era necessário e nós tínhamos total compreensão dessa situação, nunca cobrávamos dela, mas ela nunca deixou de ser uma mãe, educadora, muito presente quanto a condição de tratamento, de saúde, de prevenção, de vacina, de tudo que uma mãe deve fazer, tem obrigação de cuidar da família, apesar do trabalho bem árduo dela, ela nunca deixou de cumprir essa parte também.²⁶

Embora seu reconhecimento salarial fosse pequeno, as profissionais recebiam muitos presentes dos moradores usuários do telefone da cidade, especialmente dos comerciantes e

²³ DONINI, Florilda Enke, em entrevista cedida à Gabriela Araudi. 05/05/2021, Florianópolis. Acervo da autora.
²⁴ Ibidem.

²⁵ Para maiores investigações no assunto de trabalho feminino e configurações familiares do século XX, acessar o artigo de Fatima Itsue Watanabe Simões e Francisco Hashimoto: http://site.ufvjm.edu.br/revistamultidisciplinar/files/2011/09/Mulher-mercado-de-trabalho-e-as-configura%0c3%a7%0c3%b5es-familiares-do-s%0c3%a9culo-XX_fatima.pdf

²⁶ DONINI, Florilda Enke, em entrevista cedida à Gabriela Araudi. 05/05/2021, Florianópolis. Acervo da autora.

empresários, como forma de agradecimento e prestígio. As lembranças eram muitas e iam desde chocolates à vinhos:

Na época que eu iniciei, que foram tempos antigos, a telefonista era muito valorizada, como eu te falei primeiro, era muito, muito valorizada. Tanto é que, vamos dizer um Natal, nós ganhávamos tantos brindes, tantos presentes que não dava pra levar pra casa, porque naquela época não existia nem ônibus circular como existe hoje e nada disso né, são uns tempos antigos... Aí tinha táxi já, ou você ia de táxi ou algum amigo, alguém da família que tivesse um veículo pra transportar porque enchia um quarto de tanto presente, e nós só tínhamos na cidade cento e poucos telefones. Então, sinal de que ela realmente era valorizada.²⁷

Uma das atividades desempenhadas pelas telefonistas era o atendimento ao cliente diretamente na central telefônica. Como conta Áurea Maffezzolli, era um acontecimento frequente, uma vez que eram poucas as pessoas físicas que possuíam telefone em casa:

No início, ninguém tinha telefone em casa, a não ser um médico, sabe, eram empresas grandes, bancos, prefeituras, repartições públicas, assim... Porque eu ainda hoje lembro da maioria dos telefones da época que eu comecei, a empresa tal era tal, delegacia era tal, prefeitura era esse, Banco do Brasil era esse, BESC era outro, e assim por diante...²⁸

O atendimento ao cliente era feito por ordem de chegada, e poderia demorar horas até ele que conseguisse conectar com a pessoa desejada:

Nós também tínhamos a parte de atender o cliente ali, que vinha ali, que não tinha telefone, que ele vinha pra conseguir uma ligação, alguma coisa assim, ele era atendido ali na hora também, a gente intercalava entre a ligação que o cliente pedia, através do interurbano, nós atendíamos o cliente no balcão que pedia as ligações, só que às vezes ele ficava a tarde inteira esperando ali num banco de madeira que tinha na frente do balcão, assim, sentadinho ali aguardando a hora dele, porque era tudo registrado por ordem de chamada, ninguém passava na frente de ninguém, a não ser que fosse um caso urgente de morte ou alguma coisa assim.²⁹

A administração da companhia telefônica na época era feita de forma manual, e toda a ligação exigia registros. Como explica Áurea Maffezzolli ao falar de um cliente assíduo:

porque a gente tinha que preencher um bilhete de todas as ligações feitas, além de fazer lá no disco, tinha que preencher, porque todas as ligações, tanto as que chegavam como as ligações que saíam ali daquela mesa, era tudo registrado em bilhetes assim como se fossem um recado, mas ali tinha origem, destino, telefone, o nome da pessoa, o horário, a data e tudo mais, ele era preenchido assim.³⁰

²⁷ MAFFEZZOLLI, Áurea, em entrevista cedida à Gabriela Araldi. 28/04/2021, Florianópolis. Acervo da autora.

²⁸ Ibidem.

²⁹ Ibidem.

³⁰ Ibidem

“Alô, telefonista?": Memórias do ofício feminino no intermédio das chamadas em Santa Catarina – Gabriela Araudi

Outra função do ofício era a realização de fonogramas, serviço que passou a ser incorporado nas centrais telefônicas a partir de 1928. Os *phonogramas* “eram os ‘telegramas telephônicos’, populares pela rapidez, sigilo e pelo preço - metade da tarifa do serviço telegráfico”³¹. Eles foram elaborados por Juan Ganzo Fernandes quando esse desenvolveu a Companhia Telefônica Catarinense (CTC). Posteriormente, o fonograma possibilitaria um novo serviço, a “conferência telefônica” que seria uma ligação previamente combinada através dos tais telegramas telefônicos. Como nos conta Florilda Donini:

Tinha o fonograma, que vinha via telefone, lógico né, a telefonista recebia em códigos, eu lembro que tinha as letras, eu lembro que N era Nair, que era o nome da minha mãe, O era Oscar, assim... Então vinha com um código, elas escreviam manualmente, e era entregue pelo contínuo, que na época se chamava estafeta, entregava a domicílio...³²

Ao falar sobre os fonogramas, Florilda Donini recordou que guardava um que seu avô, França Vosgerau, recebeu há pelo menos 60 anos atrás:

Figura 02: Fonograma

Companhia Telefônica Catarinense Sede em FLORIANÓPOLIS		FONOGRAMA	
NUMERO DE EXPEDIÇÃO	CARIMBO DA ESTAÇÃO	França Vosgerau e família justa	
Rec. Jara	Indicação de Serviço e Estafeta		
A's Jara			
Emp.			
Procedencia do FONOGRAMA Jaraquá		N. Orig. 170 P's. for Data 28 A's 102 Observ.	
<small>ESTAÇÕES: Araquari – Barra Trombudo – Biguaçu – Blumenau – Bocaina do Sul – Brusque – Braço do Norte – Cambirela – Cocal – Corupá – Crescuma – Gaspar – Guardá mirim – Ibirama – Ilhota – Imbituba – Indaial – Itajaí – Itupava – Itupava Central – Jaraquá do Sul – João Pessoa (Estrela) – Joinville – Lages – Laguna – Lantreia – Orleans – Oxford – Palhoça – Paulo Lopes – Pedras Grandes – Penha – Perimbó – Pindobalba – Quatro de Norte – Rio Negrinho – Rio do Sul – Rio do Testa – Saco dos Limões – Salto Norte – São Francisco do Sul – São José – Serra Alta – Tijucas – Timbó – Trombudo Central – Tubarão – Urussanga – Vila Nova.</small>			
<p>Mossos efusivos parabens e calorosas felicitações.</p> <p>José Jara e família</p>			
<p>A administração não se responsabilisa por erro, demora na transmissão ou falta nos fonogramas.</p> <p>TR 315 - 3/45 - 1500 B</p>			

Fonte: acervo pessoal Florilda Enke Donini.

³¹ Santos, 1999, p. 71.

³² DONINI, Florilda Enke, em entrevista cedida à Gabriela Araudi. 05/05/2021, Florianópolis. Acervo da autora.

Foi possível perceber uma preferência do uso do fonograma em comparação a outros serviços de comunicação que existiam na época, como o correio e o telégrafo, muito em função da redução do espaço tempo para o contato com outra localidade, embora o próprio serviço tivesse longa duração:

Na foto você vai ver, tinha o mesmo formato do telegrama, escrevia o que a pessoa tinha mandado e tal, e era entregue, então era bem mais rápido, e isso dentro da própria cidade, né, podia vim de fora como aqui, vamos dizer eu quero mandar um telegrama pra um amigo meu, uma amiga, eu ligava pra Telesc, telefônica na época, como terminou com o nome de Telesc acaba saindo Telesc, e ligava pra telefonista "Gostaria que fosse mandado assim, assim, assado e tal o texto", e ela preenchia e, às vezes, horas depois a pessoa já tinha recebido, quando pelo correio tinha que postar e tal e demorava, então era muito usado na época, e também como vinha de fora né.³³

Florilda nos conta que o fonograma chegava ao destinatário fechado, para preservar as informações. O sigilo e discrição eram características imprescindíveis para as telefonistas, além de boa comunicação e prestatividade, posto que as profissionais estavam por detrás de toda a telecomunicação que acontecia naquele momento:

Minha mãe não comentava nada em casa, nada... Quando estava na Telesc, que acabava ouvindo alguma coisa, ou vendo, porque a gente acabava indo, às vezes, ficando, quando a minha mãe ficava até mais tarde, ficando com ela pra voltar depois com ela, então a gente acabava ouvindo uma coisa e outra e ela chegava, olhava pra gente com o olho, assim, bem grande, tipo assim "Se isso sair daqui...". Então a gente estava acostumado, o que escapava, a gente era recomendado por ela e a gente esquecia na hora assim, sabe?

As operadoras de telefone sentiram a transição de épocas e aperfeiçoamentos tecnológicos em seu trabalho:

E naquela época tudo dependia do auxílio de uma telefonista, então ela era pedra fundamental. Por isso que é um tempo muito bom, um aprendizado muito grande que eu levei pela vida afora, peguei, daí foi a empresa que era particular, ela passou a ser uma telefonia de economia mista, que era 49% governo, 51% não, e depois ela foi passando de um telefone manual, que pra você falar de uma cidade para a outra as vezes demorava até um dia, uma ligação de Jaraguá com São Paulo, que ficam apenas a 400 quilômetros, demorava uma semana... uma ligação, entende? Então disso aí foi passando dessa fase para o semi automático, aonde a operadora discava direto, que se chamava ODD - Operadora Disca Direto, depois passou para o DDD - Discagem a distância. Daí já passou da casa ou do telefone do cliente direto pela central telefônica, ele falava direto com outra cidade ou com outro telefone que ele quisesse. Até hoje, do jeito que não precisa mais telefone, o telefone fixo ele é muito pouco usado, todo mundo usa o telefone celular e... tudo mudou, tudo mudou na vida de todos, entende?³⁴

³³ Ibidem

³⁴ MAFFEZZOLLI, Áurea, em entrevista cedida à Gabriela Araudi. 28/04/2021, Florianópolis. Acervo da autora.

Inevitavelmente, vivemos em uma sociedade em constante movimentação, e a extinção de profissões que em um momento eram totalmente necessárias torna-se frequente. Com o desenvolvimento da tecnologia, foram sendo instaladas centrais e aparelhos automáticos nas cidades, notadamente a partir de 1950, fazendo com que o serviço de telefonista se tornasse obsoleto aos poucos, já que não era mais necessário conectar manualmente uma chamada e outra: “O local foi mil vezes suplantado pela teleinformática, que decuplicou a capacidade de comunicação e interconexão entre os seres humanos, tornando prescindíveis certos personagens, outrora, de fundamental importância”³⁵.

Estando nossa sociedade em um período de transição, e a profissão constituindo-se como uma dimensão importante da realidade dos trabalhadores, a atividade também se transforma. Como nossas entrevistadas falaram, muitas telefonistas passaram a exercer outras funções dentro da companhia telefônica quando a comutação entre os cordões e linhas tornou-se dispensável, ou até mesmo começaram como telefonistas e promoveram-se a outros cargos. De acordo com Áurea Maffezzoli: “Claro, a gente evoluiu, aí já não existia mais telefonista, não tinha mais nada. É que depois de telefonista a gente foi pro trabalho de gerência, de venda de telefones... Ah, uma série de coisas que tem dentro de uma empresa assim, entende?”³⁶.

No caso das telefonistas do século XX, parece que a historiografia as deixou de lado, destacando apenas o processo de formação das telecomunicações. Existe pouca coisa disponível nos meios digitais sobre essas mulheres em escala nacional e, mais profundamente, em escala estadual, deixando a imaginação conduzir-se por séries estrangeiras ou fotografias de outras localidades. Quando perguntei às entrevistadas se elas gostariam de ver mais materiais sobre a profissão, as respostas foram: “Ah, com certeza! Com certeza. Como já falamos antes tem muito pouca coisa... Se você buscar na internet, eu fiz isso várias vezes, tem muita pouca coisa.”³⁷ e “Eu acho que eles nunca deram o valor devido, né, não sei...”³⁸

As falas dessas mulheres nos remetem a um tempo histórico único, em que as experiências vividas edificaram-se em suas memórias de forma encantadora. Elas gostavam e se identificavam com o que faziam, não se imaginavam longe do ofício, e compartilharam experiências e aprendizados. Quando questiono se acreditam que as colegas de trabalho telefonistas ficaram com a mesma recordação, de carinho e gratidão, me respondem: ““Ai que

³⁵ AUED, 1997, p. 18.

³⁶ MAFFEZZOLLI, Áurea, em entrevista cedida à Gabriela Araldi. 28/04/2021, Florianópolis. Acervo da autora

³⁷ DONINI, Florilda Enke, em entrevista cedida à Gabriela Araldi. 05/05/2021, Florianópolis. Acervo da autora.

³⁸ MAFFEZZOLLI, Áurea, em entrevista cedida à Gabriela Araldi. 28/04/2021, Florianópolis. Acervo da autora.

bons tempos aqueles!’ é o que a maioria diz, ‘ai que bons tempos!’ Realmente era muito bom, a gente tinha uma amizade muito grande.”³⁹, ou então: “É o discurso de todas elas, e aí cada uma que começa a conversar, começa a relembrar, então isso... Se a gente tem boas lembranças é porque foi bom.”⁴⁰. Dessarte, essa riqueza memorial deve ser eternizada e valorizada.

Considerações finais

As fontes orais que fundamentaram este trabalho manifestaram que o ofício no intermédio das chamadas ia muito além de conectar uma ligação e outra. Era uma questão de ajudar as pessoas, de estar presente de corpo e alma na atividade, de compartilhar uma relação harmoniosa entre os colegas. Foi um marco histórico.

Olha, eu gostava muito do que eu fazia, eu sempre digo, é um tempo que não volta jamais, porque tudo evolui, sabe? Mas foi um aprendizado muito grande na minha vida, muito muito grande, e uma lembrança assim que a gente sente com muito carinho. É um trabalho... Porque a gente ajudava as pessoas, entende? Era uma ajuda que eles tinham.⁴¹

No artigo, vimos como era a parte detrás de todas as telecomunicações realizadas, como eram as condições de trabalho feminino e as marcas da construção de gênero e família na sociedade, como o aperfeiçoamento do maquinário transformou a profissão totalmente necessária em obsoleta, e como essas mulheres passaram a assumir novas funções dentro da companhia telefônica. Tudo isso através da memória guardada com muito carinho pelas entrevistadas.

Os princípios da telefonia fomentam o imaginário social, sobretudo no que diz respeito às telefonistas. Elas viveram uma época única, mas em transição, que as fez sentir no ofício e na vida pessoal o passar do tempo. E como conclui Áurea: “[...] **todas as nossas épocas são de ouro.**”⁴²

Referências:

ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008. Cap. 5. p. 155-202.

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013. 362 p.

³⁹ Ibidem.

⁴⁰ DONINI, Florilda Enke, em entrevista cedida à Gabriela Araudi. 05/05/2021, Florianópolis. Acervo da autora.

⁴¹ MAFFEZZOLLI, Áurea, em entrevista cedida à Gabriela Araudi. Florianópolis, 28 de abril de 2021. Acervo da pesquisadora.

⁴²Ibidem.

AUED, Bernadete Wrublewski. Profissões no passado - Profissões no futuro: personagens sociais em tempo de transição. **Revista de Ciências Humanas**, V. 15, N. 22, Florianópolis-SC: Ed. UFSC, 2. SEM/ 1997.

BRUSCHINI, Cristina. Trabalho feminino: trajetória de um tema, perspectivas para o futuro. **Revista Estudos Feministas**, [Rio de Janeiro], v. 2, n. 2, p. 17-32, 1994.

DELLAGNELO, Eloise Helena Livramento. **O impacto da informática na divisão do trabalho**: o caso do centro de operações da telesec. 1990. 152 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Administração, Centro Sócio-Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1990.

GOULART FILHO, Alcides. Formação do Sistema de Comunicações em Santa Catarina: telefonia (1876-1927). **Passagens**: Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 274-300, maio/ago. 2018.

HOBSBAWM, Eric. **Mundos do trabalho: novos estudos sobre história operária**. Tradução: Waldea Barcellos e Sandra Bedran. 5. ed. (rev.) Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

NOSELLA, Paolo; TRINDADE, Gestine Cássia. Profissões em vias de desaparecimento: a identidade dos trabalhadores de ofício à ofensiva do capital. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v.19, n.1, p.87-98, jan./abr.2010.

SANTOS, André Luiz. **O desenvolvimento da telefonia em Santa Catarina**: das linhas às redes. 1999. 196 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Departamento de Geociências, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999.

SILVA, Giuslane Francisca da. HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. 2ª ed. São Paulo: Centauro, 2013. Aedos: Revista do corpo discente do PPG-História da UFRGS, Porto Alegre, v. 8, n. 18, p. 247-253, ago. 2016.

SIMÕES, Fatima Itsue Watanabe; HASHIMOTO, Francisco. Mulher, mercado de trabalho e as configurações familiares do século XX. **Revista Vozes dos Vales da Ufvjm**: Publicações Acadêmicas, Minas Gerais, v. 1, n. 2, p. 1-25, out. 2012.

TRENTINI, Natália. No tempo das telefonistas: as curiosas memórias da chegada do telefone em Jaraguá do sul. **Por Acaso**, Jaraguá do Sul, 20 nov. 2020. Disponível em: <https://poracaso.ocp.news/cotidiano/telefonistas-telefonia-historia-jaragua-sul-santa-catarina-ctc-cotesc-telesec/>. Acesso em: 23 mar. 2021.

Fontes:

DONINI, Florilda Enke, em entrevista cedida à Gabriela Araldi. 05/05/2021, Florianópolis. Acervo da pesquisadora.

“Alô, telefonista?": Memórias do ofício feminino no intermédio das chamadas
em Santa Catarina – Gabriela Araudi

MAFFEZZOLLI, Áurea, em entrevista cedida à Gabriela Araldi. 28/04/2021, Florianópolis.
Acervo da autora.

FIGURA 01: As telefonistas de Jaraguá do Sul. Da esquerda para a direita: Da direita para a
esquerda : Nair Enke, Áurea Maffezzolli, Maria Pamplona e Maria Edite Tavares. Fonte: acervo
pessoal Florilda Enke Donini.

FIGURA 02: Fonograma. Fonte: acervo pessoal Florilda Enke Donini.

Plantas e Corpos: A medicina dos anúncios de remédios nos jornais de Florianópolis (século XIX – século XX)¹

Plants and Bodies: The medicine of drug advertisements in Florianópolis newspapers (19th – 20th century)

Alice Lopes De Souza²

Resumo: Este estudo tem como objetivo analisar os anúncios de remédios em jornais de Florianópolis durante o período da virada do século XIX para o XX, entre as décadas finais do Império e os trinta primeiros anos do Regime Republicano no Brasil. Através do estudo dos jornais, buscamos compreender as mudanças que ocorreram na conjuntura do país e como isso influenciou na medicina e na representação dela nos jornais da capital catarinense. A busca por legitimação excluindo conhecimentos populares, normalmente referentes a plantas medicinais e curas, deu lugar à uma posição de poder higienista e reguladora que passou a interferir política e socialmente na sociedade e na construção de suas imagens.

Palavras-chave: Florianópolis; Jornais, Anúncios; Remédios; Medicina;

Abstract: This study aims to analyze medical advertisements in Florianópolis newspapers during the period of the turn of the century XIX to the XX, between the final decades of the Empire and the first thirty years of the Republican Regime in Brazil. Understand the changes that have taken place in the country's situation and how this has influenced medicine and its representation in newspapers in the capital of Santa Catarina. The search for legitimacy excluding popular knowledge, usually referring to medicinal plants and cures, gave way to a position of hygienist and regulatory power that began to interfere politically and socially in society and the building of their images.

Keywords: Florianópolis, Newspaper, Advertisements; Medicine.

Medicina científica e o controle dos conhecimentos populares

O século XIX é marcado por muitas mudanças no espectro medicinal da conjuntura brasileira. Até então não existia uma divisão muito clara entre os saberes populares e os médicos³, todavia a partir do momento em que a família real aportou no Brasil, em 1808, vemos uma mudança gradual, porém significativa, nos investimentos em saúde e na sua institucionalização.

Com a criação das faculdades de Medicina e da Sociedade Brasileira de Medicina, em meados do século XIX, o monopólio médico aumentou e a marginalização de profissionais que

¹ Artigo realizado para a matéria História de Santa Catarina, do curso de História da UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina. Prof.^a Cristina Scheibe Wolff. Florianópolis, 2021.

² Graduanda em História pela Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: alicelopesdesouza1@gmail.com

³ STANCIK, Marco Antonio, 2009.

não se enquadravam na normativa científica da época⁴ também. Reduzir os espaços legítimos dos ofícios de cura tornou-se um dos objetivos das ações institucionais e governamentais⁵.

Isso não significava que tais médicos dispusessem do poder por eles almejado para delimitar as práticas terapêuticas e o dia-a-dia da população em conformidade com suas concepções e interesses. Por sinal, durante longo tempo, a população permaneceu alheia a muitas dessas transformações e mesmo resistente aos esforços por eles empreendidos no sentido de desqualificar aqueles que tratavam das enfermidades sem portar um diploma. Para o povo, inclusive membros das elites, a ilegalidade não era sinônimo de falta de aptidão nem de charlatanice, como pretendiam os médicos da academia.⁶

A medicina popular era e ainda é, no geral, guiada pelo conhecimento da natureza, de sua flora e fauna. Mas também inclui concepções de saúde, doença e cura que consideram além da matéria e trazem à tona muito da subjetividade de quem as pratica. Devido ao analfabetismo da época, além dos conhecimentos familiares, as informações sobre tratamentos e cuidados com a saúde tendiam a ser transmitidas de maneira oral durante a vivência diária.⁷ Por outro lado, a parte letrada da população, mesmo que por conta disso fosse induzida a seguir conhecimentos acadêmicos, não reconhecia suas tradições como errôneas e as práticas eram simultâneas. Almanques, periódicos, manuais e guias de medicina popular ocupavam um lugar acessível e eram o material mais procurado pelas famílias em busca de tratamento para suas mazelas.⁸ Ademais, o que foi escrito também pode ser falado, logo, as notícias impressas provavelmente circulavam para além de suas folhas e de seus leitores assinantes, através de redes informais de comunicação.⁹

Em concordância, a pesquisadora Vera R. Beltrão Marques, no livro *Natureza em Boiões: medicinas e boticários no Brasil setecentista* (1999), afirma que a continuidade de um saber popular vai além da falta de médicos credenciados, é a tradição de saberes originários de diversas raízes culturais que por muitos anos atua como referência na mentalidade da maior parte da população local, com suas devidas diferenças, em uma constante tentativa de solucionar problemas físicos e espirituais.¹⁰ Sendo assim, é necessário examinarmos momentos históricos não só pela visão da população, mas também procurando compreender suas posições

⁴ SIGOLO, Renata Palandri., 2015.

⁵ Ibid. STANCIK, 2009. p. 126.

⁶ Ibid. STANCIK, 2009. p. 127.

⁷ Ibid. STANCIK, 2009. p. 128.

⁸ LIMA, Tania Andrade., 1995.

⁹ PEDRO, Joana Maria., 1994.

¹⁰ MARQUES, Vera Regina Beltrão, 1999.

sociais e culturais. Não se pode esperar que crenças seculares sejam rompidas facilmente. Inclusive, não devemos fazer juízos de valor acerca dos usos tradicionais populares, visto que muitos remédios que foram produzidos nas primeiras indústrias farmacêuticas tinham como base conhecimentos populares e originários de populações indígenas e africanas sobre plantas medicinais.¹¹

Em Florianópolis o curandeirismo se relaciona com uma cultura popular que sobrevive de contos, folclores, cânticos e tradições. Abarcando múltiplas formas de cura e de saberes, a cultura ilhoa é marcada pelo sincretismo entre crenças e conhecimentos portugueses, africanos e indígenas que dão origem ao conceito de curandeirismo exercido na Ilha.¹² No entanto, a divisão social e racial também pode ser expandida para os cuidados com a saúde e essa segregação é marcante no território da capital catarinense. Ao discorrer sobre medicina popular no Brasil, e mais especificamente em Florianópolis, Gabriela Pohlmann (2007) afirma que não era só por falta de médicos que a população recorria à curandeiros e benzedeiros, mas sim pois os conhecimentos científicos e iluministas eram uma forma nova de cura que disputava com práticas geracionais da sociedade da época.¹³

Visto isso, os periódicos foram procurados pelos intelectuais da saúde como instâncias de legitimação e consagração de seus conhecimentos. Entretanto, cuidados devidos com a saúde e endereços de consultórios dividiam as páginas com os crescentes comerciais terapêuticos que além de estimularem um cuidado autodidata também reforçavam uma relação forte entre a população e a medicina popular. O jornal *O gato*, de 1899, representa bem o campo da imprensa presente em Florianópolis após a ruptura com a monarquia. Em suas páginas encontramos verbetes e poesias, mas principalmente anúncios.

Segundo a historiadora Joana Maria Pedro (1994) a década de 50 do século XIX é apresentada pela historiografia local como um marco na História de Santa Catarina, especificamente na ainda Nossa Senhora do Desterro. Mesmo que não represente um significativo aumento urbano, esse período é expressado como definitivo na economia catarinense, logo também o é na de sua capital, ao marcar a entrada do estado no circuito do comércio agrário-exportador brasileiro.

¹¹ Ibid. SIGOLO, 2015, p. 201.

¹² Ibid. POHLMANN, 2007, p. 54.

¹³ POHLMANN, Gabriela G, 2007.

Tendo em vista os aumentos no custo da alimentação oriundos dos acontecimentos da época, como a Lei de Terras e a suspensão do tráfico de escravizados, o preço de diversas mercadorias sofreu grande alteração, dando à Desterro um novo papel para a trama nacional, principalmente por conta de sua localização privilegiada.¹⁴ A autora defende que essas atividades comerciais em avanço fomentaram o crescimento de uma classe de comerciantes e afins que irão, no decorrer da segunda metade do século XIX, “promover o aparecimento de uma esfera pública formada por pessoas privadas, da qual os jornais serão um dos órgãos privilegiados para a divulgação e diálogo”.¹⁵

O aumento dos anúncios em periódicos advento da propaganda e da busca pelo auxílio das vendas, ações características da sociedade capitalizada, se expande também para as vendas de remédios. Quando olhamos os jornais como produtos de seu tempo e de suas relações, as portas para seu estudo são abertas instantaneamente. Segundo o antropólogo Everardo P. Guimarães Rocha (1990), a produção publicitária tem por objetivo aumentar o consumo, transformar hábitos, influenciar, educar e informar.

Ademais, também podemos encontrar nesses discursos papéis de poder e hierarquizações.¹⁶ Não podemos esperar que os anúncios vendam apenas produtos, é necessário olhar para a parte subjetiva de uma compra e venda. Vendem-se emoções, sensações, memórias, perspectivas de vida, relações sociais, sistemas de classificação e ideologias¹⁷ em quantidades muito maiores que um frasco de remédio, por exemplo, pode suportar. No jornal citado anteriormente é possível ver a seguinte propaganda:

Pílulas purgativas (grifo nosso) de Rauliveira **puramente vegetais** (grifo nosso). Essas pílulas são as únicas que substituem com vantagem os purgativos de óleo de rícino e outros (...) Atestão sua eficácia contra as enfermidades do estomago fígado e intestino; curão também a dispepsia, indigestão, prisão de ventre, apereções produzidas pela bÍlis, supressão da regra nas mulheres, vertigens, tonturas, hydropisias, hemorrhoidas, cólicas, falta de appetite, etc.¹⁸

Termos como “puramente vegetais” demonstram uma relação entre a classe dominante, no caso de Florianópolis majoritariamente de comerciantes e burgueses que sustentaram suas dominâncias e existências ao longo do oitocentos, e a medicina popular, especificamente com

¹⁴Ibid. PEDRO, 1994.

¹⁵ Ibid. PEDRO, 1994.

¹⁶ ROCHA, Everardo P. Guimarães, 1990.

¹⁷ MACHADO, Vanderlei, 2007.

¹⁸ *O Gato*, n.º 1, 28 de out. 1899.

a procura e crença por soluções naturais advindas da flora. O uso de elementos vegetais, como foi dito anteriormente, era e ainda é a base de muitos fármacos, mas o final do século e as mudanças políticas que com ele vieram fizeram com que os nomes das plantas sumissem dos artigos, não necessariamente dos produtos e da cultura, dando lugar à bordões, imagens e ainda mais controle.

Outra questão que pode ser analisada por meio desse anúncio é a relação que a cura nesse período tem com a medicina humoral, principalmente na dita medicina científica, mas de forma singela e enraizada na tradição popular de saúde. A arqueóloga Tania A. Lima, no texto *Humores e Odores: Ordem corporal e ordem social no Rio de Janeiro, século XIX* (1995), alega que os corpos possuem dimensões sociais e culturais, sendo o corpo um suporte de práticas sociais, atuando como conciliador nas relações do sujeito com o mundo e, enquanto representação de seu meio social, expressa de maneira simbólica sua estrutura e a reproduz.¹⁹ Logo, Lima procura entender de que formas as transformações das práticas medicinais e seus vestígios arqueológicos estão associados à emergência das novas classes socioeconômicas e políticas dos séculos em análise neste artigo.

Provavelmente a medicina hipocrática revisada e reestruturada por Galeno chegará ao Brasil por meio dos portugueses sobrevivendo milênios desde suas primeiras hipóteses.²⁰ A arqueóloga elenca que, a utilização de remédios laxantes, no caso do anúncio em análise “purgativos”, está relacionada com os estímulos constantes à evacuação oriundos da ideia dos humores, da busca pela desobstrução e pelo equilíbrio corporal como cura. No jornal *Correio da manhã*, de 1895, isso pode ser conferido: “Vinho Aroud de Quina – Carne e Quina, o alimento mais reparador junto ao tônico mais energético e de todos os princípios nutritivos da carne”²¹, o anúncio afirma que são os únicos elementos que entram na composição do vinho e que são os melhores “quando se emprega para recobrar o apetite, promover a digestão, reparar as forças, **desaquecer o sangue** (grifo nosso), robustecer o organismo e prevenir anemia e **epidemias originadas pelos calores** (grifo nosso)”. Galeno quando estudou as ideias de Hipócrates conferiu aos humores um caráter fluente e dinâmico, os humores assim passam a ser:

(...) produzidos no corpo a partir dos alimentos, tendo o calor como grande força propulsora a influenciar decisivamente sua formação e dinâmica,

¹⁹ Ibid. LIMA, 1995, p. 45.

²⁰ Ibid. LIMA, 1995, p. 46.

²¹ *Correio da manhã*, 3 de setembro de 1895.

ditavam (os humores) a compleição do organismo ao se equilibrarem de forma diferenciada, com um deles predominando sempre sobre os demais, sem prejuízo para a saúde. Galeno utilizava amplamente em seu arsenal terapêutico purgantes (...) atendendo à seguinte metodologia: remédios ‘frios’ contra doenças ‘quentes’ e vice-versa.²²

A “Pharmacia e drogaria Rauliveira” era marca registrada dos jornais do final do século XIX e início do XX. Autoafirmada como “fabrica dos afamados produtos medicinaes”²³ produzia pílulas purgativas, vinhos, xaropes, licores, depurativos do sangue, sabões e mais. Além do anúncio já analisado dessa drogaria encontramos no *Jornal do Commercio* de 1893 a maior parte de seus sucessos de venda e quase unanimemente a base de seus produtos são plantas medicinais. Um exemplo é o medicamento “Peitoral Catharinense”, um xarope à base de angico, bálsamo de tolu e guaco, plantas que até hoje são utilizadas por suas propriedades medicinais relacionadas à doenças respiratórias e congestionantes.²⁴

Mesmo adentrando o século XX encontramos vestígios físicos da comunicação entre classes mais abastadas e a medicina popular, além da continuação de vendas dos Rauliveira. No jornal *Correio do Povo*, de 1905, lemos os seguintes dizeres: “Aos doentes do estomago camomilla Rauliveira, elixir estomachico, carminativo e toni-digestivo; **composto essencialmente de plantas da flora brasileira** (grifo nosso)”.²⁵ A afirmação de sua composição não seria adicionada ao anúncio se não significasse possíveis compras a partir disso, a ideia de capitalização vem congregada ao desejo de instrumentalização pedagógica.²⁶

Ainda no começo da república podemos conferir médicos no jornal *A Época*, de 1911, indicarem “especialidades pharmaceuticas” repletas de conhecimentos populares aderidos pela ciência, como: “piloliva, oleo de babosa e oleo de coco – excellentes preparados contra a caspa e a queda dos cabelos” ou “unguento santo – remédio para toda e qualquer ferida”.²⁷ Semelhante ao visto até então, quando enveredamos entre documentos históricos impressos e midiáticos é possível notar a predominância de anúncios de medicamentos, durante todo o século XIX, constituídos de textos simples, sem muitas imagens e que apresentavam as principais características dos produtos, suas funções e o endereço de onde seria possível adquiri-los.²⁸

²² Ibid. LIMA, 1995, p. 49.

²³ *Jornal do Commercio*, 7 de dez. 1983.

²⁴ *Jornal do Commercio*, dez. 1893.

²⁵ *Correio do Povo*, 20 de jun. 1905.

²⁶ Ibid. PEDRO, 1994. p. 32.

²⁷ *A Época*, 11 de ago. 1911.

²⁸ SANTOS, Sheila Daniela Medeiros dos, 2017.

Os exemplos elencados se enquadram nessa abordagem, começando uma transição que às vezes inclui afrescos, pequenos desenhos e dedicatórias de pessoas que utilizaram o medicamento e tiveram resultados satisfatórios. A luta pelo fim dos medicamentos não industrializados e possíveis referências à uma saúde com base em plantas ganha mais força aqui,

Se observarmos as propagandas farmacêuticas voltadas ao público leigo, enquanto no final do século XIX e início do XX temos a apresentação de substâncias vegetais na composição do medicamento, que facilitariam seu reconhecimento pelo público, após as décadas de 1920 e 1930 estes ingredientes passam a ser cada vez menos mencionados. Mesmo tendo em sua composição plantas medicinais - ou seus princípios sintetizados - isto praticamente não é colocado em valor pela propaganda.²⁹

Desta forma, fica mais nítido, que a busca da cura através de meios não científicos não foi privilégio de nenhuma classe social específica em Florianópolis, sendo a elite fortemente influenciada pelos controles e projeções dos periódicos, mas estes tendo que utilizar aquilo que faz parte de seus meios de propagação, e as camadas mais populares e marginalizadas usufruindo do que tinham acesso, do que aprenderam de maneira geracional e do que acreditavam ser o certo.

Medicina científica e o controle dos corpos femininos e masculinos

O novo regime republicano, que não alterou profundamente as estruturas socioeconômicas da sociedade brasileira, resultou de um golpe militar. A insatisfação com o governo uniu camadas até então divergentes, a elite viu no exército um meio ideal para a derrubada da monarquia e a instituição de uma política que os colocasse no poder. Os militares, desgostosos da forma como eram tratados, viam a ação golpista como uma salvação nacional.

A inconformação resultou em uma aliança entre os setores militares e os republicanos que culminou na derrubada da monarquia. Longe de ser simples ou efetiva as mudanças foram superficiais provocando conflitos sociais mais amplos do que se esperava, “o resultado desse processo de desenvolvimento foi a perpetuação de valores tradicionais elitistas, antidemocráticos e autoritários, bem como a sobrevivência de estruturas de mando que implicam a marginalização de amplos setores da população”.³⁰

²⁹ Ibid. SIGOLO, 2015. p. 204.

³⁰ COSTA, Emília Viotti da, 1999. p. 15.

Os movimentos que sucederam no fim da monarquia têm uma influência muito grande de mudanças no campo das ideias, como uma renovação. O evolucionismo, o materialismo e o positivismo foram motores nas mãos dos intelectuais da época, a ideia de progresso que todas elas alimentavam tinha a república como efetividade de suas palavras.³¹ A junção do descontentamento com o espaço público, os intelectuais e as novas ideias formaram uma cultura política que fora indispensável na proclamação da república.

Tendo um século para se afirmarem e construírem suas posições sociais de superioridade, os médicos na virada do século XIX para o XX alcançaram o reconhecimento que desejavam, a credibilidade e o *status* completamente diferentes dos terapeutas populares, possuindo poder e projeção social e sendo parte integrada dos intelectuais que buscavam o progresso e a civilização da nação em construção. Essa medicina tendeu a perceber-se como a única capaz de cuidar dos corpos enfermos dessa nova nação e, simultaneamente, como a mais habilitada para compreender o que eram e como combater os males sociais, se despreendendo do passado colonial.³²

Com o avanço da ciência a teoria microbiana das doenças chegou ao Brasil, demonstrando que grande número de doenças era causado por agentes microscópicos diferentes e específicos de acordo com cada enfermidade, não por miasmas. A partir disso, vieram os progressos de imunologia, saneamento e higiene. No entanto, essas percepções se expandiram para o recorte social. Com a introdução dos micróbios nas cidades as divisões sociais não podiam mais ser vistas entre ricos e pobres, capitalistas e proletários. As diferenças passaram então a ser entre saudáveis e não saudáveis, os imunizados, os não vacinados, os doentes e os sadios, etc.³³

De acordo com Lima (1995), a descoberta da teoria microbiana e dos mecanismos de contágio da doença deu o golpe fatal nas teorias hipocráticas, que já não mais atendiam ao interesse da nova classe emergente, principalmente à procura de controle.³⁴ A hegemonia de uma elite médica que crescia a cada doença solucionada foi uma das responsáveis pelas obras higienistas que ocorreram nesse período nas principais urbes do país, influenciadas pela metrópole parisiense, e em outras capitais menores, como em Florianópolis, influenciadas pelas mudanças no Rio de Janeiro, por exemplo. Mesmo sabendo que a falta de higiene não estaria

³¹ SCHWARCZ, Lilia Moritz, 2019.

³² Ibid. STANCIK, 2009, p. 130.

³³ Ibid. STANCIK, 2009, p. 130.

³⁴ Ibid. LIMA, 1995.

restrita às classes populares, a política higienista intervencionista voltou-se para a população mais pobre, alegando que suas aglomerações e habitações eram focos nocivos de doenças e acumulações de impurezas.

As modificações urbanas ao longo do começo do século XX utilizaram a busca pelo embelezamento da cidade, que realmente era desejada, como desculpa para o sentimento de desprezo pelo povo e pelo crescimento urbano que ocorria no período.

Se os novos arranjos visavam a um projeto político republicano e moderno, alternativo ao Império, não havia como esconder as marcas de uma sociedade de perfil basicamente agrário-exportador. Em vez da dicotomia fácil — monarquia ou república; barbárie ou progresso —, conviviam tempos distintos, inclusão e exclusão, avanço tecnológico e repressão política e social.
35

Ademais, modernizar as cidades ia além de mudá-las urbanamente, era também medicalizar toda a sociedade, intervindo em hábitos e costumes, ditando novos padrões de comportamento e saúde. Neste contexto, o poder público de Florianópolis adotou medidas que visavam organizar e higienizar o espaço urbano da capital catarinense. Paralelamente, mas não inofensivamente, os jornais mudaram suas estratégias e passaram a publicar diversos anúncios de medicamentos com representações escritas e imagéticas de como seriam um homem e uma mulher higiênicos.³⁶ “É possível acompanhar seus esforços em disciplinar, educar e guiar os corpos e mentes de seus leitores, no sentido da obediência às práticas médicas legítimas que se firmavam, substituindo os velhos métodos populares de tratamento e cura”.³⁷

Um grande estímulo ao fim dos velhos hábitos e a adesão dos novos foi a substituição de boticas por indústrias farmacêuticas, que além de produzirem em maior quantidade deixaram, a partir da onda de modernização, de produzir remédios à base de plantas. O avanço da indústria farmacêutica teve significativa mudança na função do farmacêutico, mas também na função do médico. Além de ser inserida em um contexto que favorece seu crescimento, a industrialização contou com amplos investimentos em propaganda e criação de almanaques e revistas médicas.³⁸

O desenvolvimento da indústria farmacêutica provocou várias transformações no ato terapêutico, mais precisamente na forma de acesso e nas características

³⁵ Ibid. SCHWARCZ; STARLING, 2019. p. 421.

³⁶ Ibid. MACHADO, 2007.

³⁷ SANTO, Beatriz Oliveira, 2020. p. 2.

³⁸ Ibid. SIGOLO, 2015.

dos remédios utilizados para sanar doenças e males. Se, em décadas anteriores, o medicamento era feito pelo boticário em seu laboratório, após os anos 1930, principalmente, esta realidade vai ceder à crescente produção da indústria farmacêutica nacional e internacional.³⁹

Os jornais locais eram escritos pelas camadas letradas que liam os jornais chegados de centros urbanos maiores e organizavam seus artigos, grafias e anúncios nos periódicos locais. Anúncios locais e anúncios nacionais podem ser analisados por conta disso, todavia isso não exclui as funções pedagógicas, civilizatórias e reguladoras presentes, mesmo que essas imposições sejam pela construção de uma imagem nacional do ser homem ou ser mulher. Além disso, apesar das publicações jornalísticas já terem sido consideradas um empobrecimento da cultura, por conta da massificação de informação, é importante destacar que em cidades como Florianópolis, em que o crescimento ainda estava ocorrendo no início do século XX, é um veículo cultural de suma importância, é o que uma população alfabetizada, mesmo que em números insatisfatórios, lia.⁴⁰

O anúncio divisor de águas que marca as novas técnicas de propaganda, nas quais não apenas o texto escrito te convence da compra, mas também o texto imagético, foi publicado em 1900 e segundo especialistas instaurou a “sintaxe publicitária” no Brasil.⁴¹ A imagem de um homem desesperado que tenta se livrar de uma mordida de pano acompanha o seguinte texto principal: “Larga-me... Deixa-me gritar!”, em seguida um subtítulo diz “Xarope *São João* é o melhor para tosse, bronchites e constipações”.⁴²

Vinte anos depois é possível encontrar semelhante propaganda em terras catarinenses, em 1926 o jornal *O Estado*⁴³ circula com a imagem do homem amordaçado por entre suas páginas. O sucesso tão grande do inovador reclame não é surpreendente, levando em consideração as doenças respiratórias e pulmonares que ainda assolavam o país e os gritos abafados dos descontentamentos políticos e econômicos. A analogia da função do xarope como controlador não poderia ser mais pertinente quando percebemos propagandas e medicamentos como instrumentos de fiscalização sanitária e monitoramento higienista.

Desde 1904 o laboratório e unidade industrial Daudt & Oliveira fabrica o marcante xarope *Bromil*, presente em diversos exemplares da capital catarinense durante o começo do

³⁹ Ibid. SIGOLO, 2015. p. 203.

⁴⁰ Ibid. PEDRO, 1994.

⁴¹ Ibid. BUENO; TAITELBAUM, 2008. p. 35.

⁴² Ibid. BUENO; TAITELBAUM, 2008. p. 32.

⁴³ *O Estado*, 6 de nov. 1926.

século XX. Em 1917 no jornal *O Estado* encontramos um singelo anúncio que diz: “tosse das crianças, tosse moços, tosse dos velhos, qualquer tosse, qualquer doença do peito como bronchite, asthma, coqueluche⁴⁴ – curam-se com o *Bromil*”⁴⁵. Ao referir-se apenas no masculino nos mostra uma relação forte entre doenças respiratórias e esse recorte de gênero, na verdade durante esse período muito se falava sobre a relação entre poetas, doenças respiratórias e tuberculose, devido suas vidas boêmias.⁴⁶

Em 1930, também no jornal *O Estado*, encontramos outro anúncio de *Bromil*, agora com o slogan “tosse? Bromil!”⁴⁷. Além do slogan que marca os anúncios nesse recorte temporal e a mudança estrutural clara da propaganda, podemos ver um braço masculino e forte que aponta para o nome do remédio, como uma confirmação de sua eficiência, inclusive com ele. O “melhor remédio para combater as tosses” ao utilizar de um corpo socialmente entendido como masculino em sua propaganda exemplifica o que o historiador Vanderlei Machado afirma, “a saúde masculina se exterioriza num corpo jovem e forte”.⁴⁸

O vigor masculino reaparece muito mais expressivo em 1927 no comercial do remédio *Nutrion* “o elixir da nutrição”⁴⁹. Neste, um homem branco extremamente forte luta com um cavalo, também musculoso e forte. O homem não só luta com o cavalo, mas busca controlá-lo por meio de uma corda amarrada em seu focinho. O controle aqui é uma analogia à força que um homem deve ter e que ganhará ao tomar o elixir, a força para controlar sua fraqueza, magreza, falta de energia e cansaço. Referente não só ao corpo que um homem deveria possuir, a busca por energia e jovialidade está presente em muitos anúncios, representando a grande demanda de esgotamento presente na população masculina da época. O “remédio dos fracos, débeis, dos esgotados e dos convalescentes” também frisa diversas vezes seu nome, *Nutrion*, como uma estratégia para que não esqueçam.

Quando pensamos na conjuntura da cidade e do país, devemos lembrar que garantir a força de seus homens é garantir mão de obra operária, camponesa e comercial. Passou-se, assim, a representar não mais o homem forte que luta com seus cavalos, mas realmente o trabalhador cansado, talvez para uma identificação mais afetiva e efetiva de seus leitores. O crescimento de

⁴⁴ Coqueluche é uma infecção respiratória marcada por sua tosse constante, hoje ela é tratada por meio de vacinas e acompanhamento médico.

⁴⁵ *O Estado*, 21 de abr. 1917.

⁴⁶ Ibid. BUENO; TAITELBAUM, 2008. p. 30.

⁴⁷ *O Estado*, 11 de ago. 1930..

⁴⁸ Ibid. MACHADO, 2007.

⁴⁹ *O Estado*, 31 de dez. 1930.

indústrias – que afetou inclusive a produção dos medicamentos – mudou a estrutura das cidades e as divisões sociais que as constituíam.

Em 1929 o jornal semanal ilustrado do *O Estado* chegava em Florianópolis, suas páginas repletas de comerciais de carros, mecânicos, cartuchos, armas, suplementos infantis e claro, medicamentos. Além das fotografias um anúncio chamou nossa atenção, o remédio *Phytina* “*Ciba*” que ao falar de doenças físicas, também considera as mentais, prevendo o futuro daqueles que na leitura estavam cansados, mas não iriam tomar o remédio, em poucos meses estariam demitidos. Em um mundo capitalizado a preocupação com a “fraqueza mental” ou com o “completo esgotamento nervoso” é de se considerar inesperada, visto que estes são causados pelo crescimento constante de trabalhos sem remuneração adequada ou direitos trabalhistas.

Todavia, não é inesperada a culpa desses problemas recair sobre o trabalhador, sua pobreza é fruto da falta de saúde. Por que estão cansados? Pois “não fortificaram os seus nervos tomando *Phytina* “*Ciba*”!”⁵⁰. Na verdade, podemos pensar o quanto realmente as indústrias de remédios se preocupavam com as dores e padecimentos de seus compradores, uma vez que propagandas compartilham a ideia corpo individualizado e produtivo que propiciam processos de medicalização e patologização da vida.⁵¹

A função do homem era então ser um bom trabalhador, sadio, forte, patriótico e higiênico. Ser um cidadão útil a si, aos seus e à sociedade. Não ser um preguiçoso e muito menos um doente. Pelo menos, é isso que o anúncio da *Neo – Necatorina* nos ensina. Na imagem podemos ver um escritório e três homens brancos, um deles sentado aparentemente está despedindo o que está de pé, abatido e com uma barriga grande e exagerada. O terceiro homem impede a despensa e o seguinte diálogo acompanha a imagem:

Este homem não é um máo operário!
- Você não deve despedir esse operário!
- Mas porque? Pois se ele é o typo preguiçoso e o seu trabalho cada vez rende menos!
- Esse homem é um doente que pode ficar bom num só dia, **tornando-se um cidadão útil a si, aos seus e à sociedade** (grifo nosso). Ele não é um preguiçoso. Basta prestar – se atenção a seu aspecto anêmico, a sua cor de cera, a seu ventre inchado, para ver-se que é um Opilado⁵². Em vez de tirá-lhe pão **muito mais humano e patriótico é curá-lo** (grifo nosso). Fala -o

⁵⁰ *O Estado*, 9 de nov. 1929.

⁵¹ Ibid. SANTOS, 2017. p. 12

⁵² Opilação é um dos nomes dados ao amarelão ou ancilostomose, doença causada pelos parasitas intestinais *Ancylostoma duodenale* e/ou *Necator americanus* (origem da nomenclatura do remédio).

tomar “*Neo – Necatorina*”: Você verá como dias depois elle estará disposto para o trabalho, alegre e sadio.⁵³

O comercial de vermífugo nos possibilita entender tanto a personificação ideal de um operário, quanto o que se espera de um chefe. Segundo Machado (2007), a constante aparição da falta de iniciativa para o trabalho na imprensa de Florianópolis durante os anos 20 pode estar relacionado com as ações governamentais da época que visavam combater moléstias que, pensando em um discurso sanitarista, “degeneravam a população e impediam a prosperidade econômica tanto da capital quanto do Estado”⁵⁴. O combate às verminoses culminaria, assim, na ascensão econômica de Florianópolis, pois seus avanços demorados dependiam de uma população sadia.

Em meio a medicamentos que supostamente são funcionais para todas as pessoas, encontramos a maioria das soluções femininas no tratamento de um único órgão, o útero. O laboratório e unidade industrial Daudt & Oliveira, anteriormente citado pela difusão do remédio *Bromil*, também possuía outros queridinhos da saúde, como é o caso do remédio *A Saúde da Mulher*. Acredita-se que seja um dos medicamentos que mais investiu em propagandas durante todo o século XX, acompanhando todas as mudanças midiáticas, produzindo almanaques, *outdoors*, propagandas de rádio e televisão até os anos 70.⁵⁵ Tornou-se o remédio oficial feminino, logo, o mais consumido e um dos maiores produtores imagéticos do que seria uma mulher ideal.

Diferente do que vimos na construção de uma saúde masculina, a beleza era sinônimo de saúde para as mulheres. A propaganda desse medicamento introduziu uma nova relação com o corpo da mulher, ter saúde e felicidade era o mesmo que ter um útero e ovários sadios.⁵⁶ Da mesma forma que outros elixires da saúde passaram por um processo de reformulação gráfica e imagética, *A Saúde da Mulher* também o fez. No jornal *O Estado*, de abril de 1917 é possível encontrar um singelo anúncio que diz: “é preciso que as decorem: Doenças do útero – flores

⁵³ *O Estado*, 11 de ago. 1930. Acervo: Biblioteca Pública de Santa Catarina.

⁵⁴ Ibid. MACHADO, 2007.

⁵⁵ Ibid. BUENO; TAITELBAUM, 2008. p. 28.

⁵⁶ Ibid. MACHADO, 2007.

brancas⁵⁷, hemorragias, suspensões, cólicas, etc. – curam-se com *A Saúde da Mulher*”⁵⁸. Nesse pequeno recorte encontramos apenas os dizeres, mas uma estratégia muito eficaz de vendas, além de ser escrito no feminino, ele afirma que você, mulher, precisa decorar que sua doença só possui uma solução. A linguagem eloquente, a retórica convincente e a utilização de ilustrações nos anúncios do medicamento feminino chegaram em Florianópolis em 1930, juntamente com o grande potencial de “orientação das condutas e subjetivação femininas”.⁵⁹

A ideia, não errônea em seu íterim, de que mulheres conversavam entre si sobre suas aparências e problemas de saúde é o principal enredo do anúncio agora analisado. Duas mulheres brancas de posição social avantajada conversam e uma delas queixa-se de sua aparência envelhecida e se compara a outra tão bonita, moça e saudável. Ao questionar o segredo de “Maria”, a mesma responde sem pestanejar que não era segredo e sim o cuidado de tomar *A Saúde da Mulher*, “reestabelecendo a saúde, prolonga a mocidade”.⁶⁰

Apesar da afirmação de uma “velhice prematura” a representação de ambas segue um padrão muito específico de beleza e de comportamento social. A aparição de mulheres idosas em jornais é vista em casos muito isolados de remédios para dores e reumatismos, mas como o objetivo d’*A Saúde da Mulher* é evitar isso, não teria por que a construção dessa imagem em suas propagandas. “Coitadinha! Parece uma velha!!” é a frase de efeito na propaganda das *Pilulas de Foster* em 1928.⁶¹ O parecer velha na imagem não está relacionado à sua aparência física, que na verdade é considerada como adequada para a época, mas sim às dores, fraquezas, cólicas renais e outros resultados derivados da insuficiência renal que podem ser resolvidos com o “excellente restaurador dos rins”.

As pesquisadoras Beatriz Oliveira Santos e Idilva Maria Pires Germano estudaram múltiplos anúncios, e mais especificamente os almanaques, produzidos pelas indústrias Daudt & Oliveira no artigo *Regulação do corpo feminino no almanaque de farmácia d’A Saúde da Mulher* (2020). Neste sentido elas afirmam que:

⁵⁷“Flores brancas” atualmente recebem o nome de corrimentos e o termo utilizado como um eufemismo mostra a relação complicada com o falar sobre doenças da cavidade vaginal durante o século XX. “(...) infecções ginecológicas caracterizadas pela leucorreia. Esses corrimentos vaginais, hoje em dia rapidamente tratáveis, eram um tormento crônico para as mulheres do século passado (século XIX), que viviam anos a fio infectadas, com poucas chances de cura” (LIMA, 1995, p. 62) – até a chegada do *A Saúde da Mulher*, ou pelo menos, é isso que os anúncios nos dizem.

⁵⁸ *O Estado*, 21 de abr. 1917. Acervo da Biblioteca Pública de Santa Catarina.

⁵⁹ Ibid. SANTOS; GERMANO, 2020. p. 5.

⁶⁰ *O Estado*, 9 de jun. 1930. Acervo: Biblioteca Pública de Santa Catarina.

⁶¹ *O Estado*, 31 de mai. 1928. Acervo: Biblioteca Pública de Santa Catarina.

No novo mundo das famílias burguesas, onde as mulheres passavam a “guardiãs morais das famílias” (MARTINS, 2004), os almanaques ajudavam no monitoramento da sexualidade feminina e das suas funções reprodutivas de modo que viessem a desempenhar bem seus papéis de boas esposas, mães e donas de casa. Imperativos de saúde e bem-estar eram dirigidos às mulheres que deviam se desdobrar para preservar sua própria saúde e a de sua família, e como consequência, garantir a saúde geral, o vigor e o progresso da nação brasileira (CASA NOVA, 1996) (...) e de cumprir as ordens da Saúde Pública como um modo de exercer o patriotismo e de colaborar com o crescimento do País.⁶²

O discurso dos anúncios revela seu papel pedagógico ativo que inclui diversos elementos como as relações maritais heterossexuais normativas, o binarismo de gênero e a ciência médica especialista e sanitaria.⁶³ A partir de uma clara matriz patriarcal – partindo da crença na qual os homens detêm poderes sociais, culturais, familiares, institucionais, etc. justificados pelo pressuposto de suas superioridades – os comerciais alimentam os papéis tradicionais de gênero, com distinções entre as funções e naturezas do homem, de ser um bom provedor, cidadão e trabalhador, e da mulher, responsável pela família e controle do lar, e suas normas de condutas sociais e culturais.

Para ilustrar o afirmado, encontramos uma reportagem *d'A Saúde da Mulher* de 1930 que se lê “Os marido são maos enfermeiros!”⁶⁴ seguido pela ilustração de uma mulher com lágrimas nos olhos deitada em sua cama, com aparência doentia, e seu marido de costas e perfil indignado. Abaixo da imagem a seguinte narrativa:

- “Você é injusto! Eu, tão doente e Você ainda por cima fica de mau humor, como si eu tivesse a culpa!”

Não importa saber si é ou não injustiça. É a realidade: os maridos se contrariam quando as esposas adoecem! São, portanto, maos enfermeiros e quase sempre acham que as esposas foram imprudentes! **E quantas vezes elles têm razão! Quantas doenças as Senhoras podem evitar ao combater nos primeiros symptomias** bastando para isso a prudência de terem em casa um vidro do grande remédio *A Saúde da mulher* (...) **é uma medida sabia prudência, não só para o cuidado da saúde como também para a defesa da felicidade doméstica**, porque *A Saúde da mulher* **mantem integral e constante o encanto do Marido**”

A profilaxia no período aqui estudado ainda estava em constituição de medida preventiva, sendo inclusive manifestada pelos sanitaristas como solução aos problemas

⁶² Ibid. OLIVEIRA; GERMANO, 2020. p.7.

⁶³ Ibid. OLIVEIRA; GERMANO, 2020.

⁶⁴ *O Estado*, 11 de ago. 1930.

epidêmicos nacionais. Cabe a mulher praticar algo que estava em avanço ainda, a solução anterior ao problema efetivo, como garantia de sua saúde, mas principalmente da saúde familiar, ao manter o provedor, seu marido, integral e constantemente encantado. O homem cansado do trabalho, e possivelmente doente, não deve auxiliar sua esposa descuidada, imprudente e negligente com os cuidados do corpo. “Só é doente quem quer”⁶⁵ como bem dizia o anúncio do remédio *SANACUTIS*, remédio especificamente feminino e não ironicamente “indispensável na toilette íntima das senhoras”.

Observações Finais

Considerando as grandes mudanças pelas quais a historiografia passou a partir de meados do século XX, a evolução documental e as viradas linguística e subjetiva, que alteraram a forma como a ciência histórica era produzida⁶⁶, temos atualmente uma nova concepção sobre o ofício do historiador, sua função social e o uso das fontes que constituem a base da pesquisa histórica. A visão do documento como monumento, construída por Le Goff (1990) ao afirmar que “O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder”⁶⁷ participou da construção das novas visões historiográficas e da transformação do tratamento dado às fontes. Sendo assim, procurou-se evidenciar como podemos, por meio da análise detalhada de anúncios periódicos como fontes, encontrar mais do que *slogans*, frases retóricas e ilustrações exageradas. A imprensa como objeto de seu meio propaga representatividades e censuras em uma dialética interessante entre ser um resultado das relações sociais e suas regras, e ser uma causadora dessas.

Em Florianópolis a cultura popular e suas medicinas propagadas possuíam, e ainda possuem, muita força na cura física e espiritual de seus moradores. A medicina científica buscou exercer durante o século XIX maneiras de acabar com outros tipos de conhecimentos, ignorando que sua própria existência deriva deles. Entretanto, como fica evidente nos jornais do final deste século e início do outro, não só camadas populares colocavam em prática “curandeirismos”, mas também grande parte das elites, que não reconheciam equívocos nessas ações – elites essas compostas também por médicos acadêmicos. Por isso, a procura medicinal pelo apagamento

⁶⁵ *O Estado*, 30 de mai. 1915.

⁶⁶ SARLO, Beatriz, 2007.

⁶⁷ LE GOFF, Jacques, 1992. p. 515.

dos “charlatanismos” não foi bem sucedida, até a chegada da República e o avanço do que se convencionou chamar de progresso.

Esta medicina que passou a ser política, social, comprometida com a saúde em primeiro lugar e não com a doença, meio de profilaxia e não só de cura, amplificou e intensificou sua atuação, principalmente devido a conjuntura nacional, a migração de ideias com a Europa e os novos descobrimentos científicos. Caminhou sorrateiramente conquistando seu lugar nos espaços urbanos e domésticos, assumindo de certa forma sua organização e funcionamento, bem como interferindo na vida privada do coletivo, gerando novas formas de comportamento e controle.⁶⁸

A formação de uma cidade sadia, limpa e ordenada devia começar por seus moradores, e isso era requisito indispensável para uma nação moderna, capitalista, industrializada e comprometida com o liberalismo europeu.⁶⁹ Visto isso, o controle da sujeira e dos corpos que prutefaziam nas ruas era tão importante quanto o controle dos vivos que disseminavam as epidemias e os micróbios. Aqui entra o papel da grande demanda de anúncios e comerciais que, no começo do século XX, eram mais produzidos e mais encorajados.

As propagandas de medicamentos são documentos legítimos que nos permitem identificar significativamente características culturais, econômicas e políticas que marcam o contexto histórico de uma sociedade.⁷⁰ Por outro lado, constroem e sustentam práticas identitárias de alienação, sendo importante instrumento de “normatização heterossexual, mas também de disseminação de certos ideais burgueses de família, higienização dos corpos, pureza das mentes e grandeza da nação, representando uma ferramenta nada desprezível de manutenção da moral e dos ‘bons costumes’”.⁷¹ Marginalizando pessoas e amplificando diferenças sociais, as diferenças binárias entre homens e mulheres nos jornais da capital catarinense serviam como parâmetros para julgar e desqualificar todo aquele que não se enquadrava nos textos construídos, imagéticos ou não, como por exemplo pessoas pretas, indígenas e casais homoafetivos, que também eram afetados pelas doenças, mas em sua maioria não pela cura.

Por fim, cabe a nós historiadores e historiadoras reconhecer que a hierarquia de narrativas não é uma questão gerada na atualidade, de acordo com Benjamin, ela é resultado de

⁶⁸ Ibid. LIMA, 1995.

⁶⁹ Ibid. LIMA, 1995.

⁷⁰ Ibid. SANTOS, 2017. p. 12.

⁷¹ Ibid. OLIVEIRA; GERMANO, 2020. p.12.

anos de construções históricas nas quais o historicista estabelece uma relação de empatia com o vencedor e essa relação beneficia sempre os dominadores. De forma encadeada, todos os vencedores de outrora caminham juntos com os dominadores de hoje e pisoteiam os corpos daqueles que, na maioria dos casos, assassinaram.⁷² Essa narrativa não busca esforços em silenciar os mortos, mas acaba por ser colocada à prova quando os sobreviventes decidem falar. Esse deve ser o objetivo do reconhecimento de imposições de gênero e crenças, mostrar que a cultura que no cortejo triunfal foi levada e modificada pelos vivos dominantes ainda têm muito de sua origem e sobrevive tal qual a medicina popular.

Referências

A Época, 11 de agosto de 1911. Acervo: Biblioteca Pública de Santa Catarina. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/jornais/A%20epoca%20seminario/AEP1911042.pdf>. Acesso em: 03 setembro 2021.

ALBUQUERQUE, Ulysses Paulino de. **Introdução a Etnobotânica**. Rio de Janeiro: Interciência, 2005.

BUENO, Eduardo. TAITELBAUM, Paula. **Vendendo Saúde, A História da Propaganda de Medicamentos no Brasil**. Brasília: Agência Nacional de Vigilância Sanitária, 2008.

CALAÇA, Carlos Eduardo. **Medicinas e plantas medicinais nos trópicos: aspectos da constituição da ciência farmacêutica ocidental**. História, Ciências, Saúde, Manguinhos, Rio de Janeiro, vol. 9(1):221-26, jan.-abr. 2002.

CARVALHO, Leonardo Dallacqua. **O Saneamento do Brasil: Saúde Pública, Política e Integralismo na trajetória de Belisário Penna (1868 – 1939)**. Tese de Doutora em História, Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde. Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ: Rio de Janeiro, 2019.

COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à república: momentos decisivos**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999. p. 15.

Correio da manhã, 3 de setembro de 1895. Acervo: Biblioteca Pública de Santa Catarina. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/jornais/correiodamanha/COR1895001.pdf>. Acesso em: 03 setembro 2021.

Correio do Povo, 20 de junho de 1905. Acervo: Biblioteca Pública de Santa Catarina. Disponível em:

⁷² BENJAMIN, Walter. **Teses sobre o conceito da história, 1940**. In: Idem. *Magia e Técnica, Arte e Política*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1994.

<http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/jornais/correiodopovofolha/COR1905134.pdf>. Acesso em: 03 setembro 2021.

CRELLIN, John. Herbalismo. In.: PORTER, Roy (org.). **Medicina: a História da Cura**. Lisboa: Centralivros, 2002.

EDLER, Flavio Coelho. **Boticas & Pharmacias**. Uma história ilustrada da farmácia no Brasil. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2006.

Jornal do Commercio, 7 de dezembro de 1983. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/Jornal%20do%20Comercio/1893/JDC1893235.pdf>. Acesso em: 03 setembro 2021.

LIMA, Tania Andrade. **Humores e Odores: Ordem Corporal e Ordem Social no Rio de Janeiro, século XIX**. História, Ciências, Saúde Manguinhos, Rio de Janeiro, 11(3), 44-96, 1995.

MACHADO, Vanderlei. **A saúde da mulher e a virilidade masculina: imagens de corpo e gênero em anúncios de medicamentos - Florianópolis (1900-1930)**. Nuevo Mundo Mundos Nuevos, 2007. Disponível em: < <https://journals.openedition.org/nuevomundo/4013?lang=pt>>.

MARQUES, Vera Regina Beltrão. **Natureza em Boiões: medicinas e boticários no Brasil setecentista**. Campinas: Editora da Unicamp/Centro de Memória, Unicamp, 1999.

O Estado, 30 de maio de 1915. Acervo: Biblioteca Pública de Santa Catarina. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/oestadofpolis/1915/EST1915015.pdf>. Acesso em: 03 setembro 2021.

O Estado, 21 de abril de 1917. Acervo: Biblioteca Pública de Santa Catarina. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/oestadofpolis/1917/EST1917586.pdf> . Acesso em: 03 setembro 2021.

O Estado, 6 de novembro de 1926. Acervo da Biblioteca Pública de Santa Catarina. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/oestadofpolis/1926/EST19263728.pdf> . Acesso em: 03 setembro 2021.

O Estado, 31 de maio de 1928. Acervo: Biblioteca Pública de Santa Catarina. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/oestadofpolis/1928/EST19284208.pdf> . Acesso em: 03 setembro 2021.

O Estado, 9 de novembro de 1929. Acervo: Biblioteca Pública de Santa Catarina. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/oestadofpolis/1929/EST19294834.pdf> . Acesso em: 03 setembro 2021.

O Estado, 9 de junho de 1930. Acervo: Biblioteca Pública de Santa Catarina. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/oestadofpolis/1930/EST19305009.pdf> . Acesso em: 03 setembro 2021.

O Estado, 11 de agosto de 1930. Acervo: Biblioteca Pública de Santa Catarina. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/oestadofpolis/1930/EST19305063.pdf> . Acesso em: 03 setembro 2021.

O Estado, 31 de dezembro de 1930. Acervo: Biblioteca Pública de Santa Catarina. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/oestadofpolis/1930/EST19305177.pdf> . Acesso em: 03 setembro 2021.

O Gato, n.º 1, 28 de out. 1899. Acervo: Biblioteca Pública de Santa Catarina. Disponível em: <https://hemeroteca2.cultura.sc.gov.br/docreader/DocReader.a>. Acesso em: 03 setembro 2021.

PEDRO, Joana Maria. Imagens femininas na formação da elite de Desterro. In: **Mulheres faladas, mulheres honestas: uma questão de classe**. Florianópolis: UFSC, 1994.

POHLMANN, Gabriela G. **A medicina popular na Ilha de Santa Catarina**. Revista Santa Catarina em História – Florianópolis: UFSC – Brasil, v.1, n.2, 2007.

ROCHA, Everardo P. Guimarães. **Magia e capitalismo: um estudo antropológico da publicidade**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

SANTOS, Sheila Daniela Medeiros dos Santos. **Rastros na memória: propagandas de medicamentos, história e patologização da vida**. Ficção e Poder: Oralidade, Imagem e Escrita, Fortaleza, 2017.

SIGOLO, Palandri Renata. Plantas medicinais no Brasil contemporâneo: da "botica da natureza" à "saúde em frascos". In.: **Plantas Medicinais e os cuidados com a Saúde: contando várias histórias**. Florianópolis: NUPPe/UFSC, 2015.

SILVA, Cintia Rufino Franco da. **Intelectuais e integralismo: Belisário Penna e o sanitarianismo no Brasil dos anos 1930**. Anais do V Simpósio Internacional Lutas Sociais na América Latina "Revoluções nas Américas: passado, presente e futuro". 2013.

SILVEIRA, Cláudia R. **A Imigração da Mulher Açoriana em Santa Catarina: da subversão à bruxaria**. In: *Fazendo Gênero IX: Diásporas, Diversidades, Deslocamentos*. Florianópolis, 2010.

STANCIK, Marco Antonio. **Medicina e Saúde Pública no Brasil: Dos pajés e físicos aos homens de ciência do século XX**. REVISTA ESBOÇOS, Volume 16, Nº 21, pp. 111-136 — UFSC, 2009.

SERPA, Pollyana Varela. **A reconstrução da ordem social e higiênica em Florianópolis na primeira década do século XX**. Revista Santa Catarina em História - Florianópolis - UFSC - Brasil ISSN 1984- 3968, v.1, n.1, 2008.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. Ela vai cair: o fim da monarquia no Brasil. In. SCHWARCZ, Lilia Moritz e STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

Cicatrizes do Corpo e da Alma: analisando a trajetória da catarinense Derlei Catarina de Luca

Scars of Body and Soul: analyzing the trajectory of Santa Catarina Derlei Catarina de Luca

Bruna Busnello¹

Resumo: Este artigo pretende analisar o papel político cultural das emoções segundo a trajetória da catarinense Derlei Catarina de Luca durante o período em que o Brasil ficou sob vigência de um governo militar. Dessa maneira, a importância da memória e de seus relatos como fontes fundamentais para análise histórica, bem como a maneira como as relações de gênero, fizeram parte desse contexto social. Além disso, reflete sobre o “giro emocional” e como emoções como o medo, a dor e o amor podem influenciar na liberdade e na movimentação dos corpos. Como fonte documental, utiliza-se o livro escrito por Derlei Catarina de Luca que descreve sua trajetória quanto militante durante o período da ditadura civil-militar.

Palavras-chave: Ditadura civil-militar; Santa Catarina; Emoções; Memória.

Abstract: This article intends to analyze the cultural and political role of emotions according to the trajectory of Santa Catarina Derlei Catarina de Luca during the period when Brazil came under military rule. In this way, the importance of memory and its reports as fundamental sources for historical analysis, as well as, the way in which gender relations were part of this social context. In addition, it reflects on the "emotional turn" and how emotions such as fear, pain and love can influence the freedom and movement of bodies. As a documentary source, the book written by Derlei Catarina de Luca is used, which describes his trajectory as a militant during the period of the civil-military dictatorship.

Key-words: Civil-military dictatorship; Santa Catarina; Emotions; Memory.

Introdução

No ano de 1964 o Brasil passou por um golpe civil-militar que retirou do poder o então presidente João Goulart constitucionalmente eleito, para assumir em seu lugar o militar Humberto Castello Branco, dando início aos 21 anos de ditadura civil-militar. Esse período ficou marcado por uma intensa presença de repressão, principalmente contra grupos considerados da esquerda. Segundo Rodrigo Motta, “no caso do Brasil, havia uma forte tradição anticomunista desde os anos 1930 (...). Os adversários locais do comunismo ficaram alarmados

¹ Graduanda em História – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: bruna.busnello16@gmail.com

Cicatrizes do Corpo e da Alma: analisando a trajetória da catarinense Derlei Catarina de Luca – Bruna Busnello com os acontecimentos de Cuba e trataram de cerrar fileiras. (...) a influência norte-americana convergiu e se combinou com uma tradição anticomunista enraizada no Brasil”.²

O medo dos golpistas era de que pudesse acontecer no país uma Revolução como em Cuba e de fato, na década de 60 os movimentos sociais de cunho comunista vinham ganhando força e visibilidade. Dentro desse contexto, o movimento estudantil era um dos grupos vistos como subversivos para o governo. Para Motta:

Apontou-se a presença comunista em diversos setores da vida nacional, nas organizações sociais e principalmente no aparato estatal. Os “vermelhos” estariam escantelados nas entidades estudantis, de onde comandavam a participação juvenil nas agitações políticas. A União Nacional dos Estudantes (UNE) seria o foco maior da atuação dos inimigos e por esta razão mereceu atenção especial da reação anticomunistas.³

Perseguição política, retirada dos direitos civis dos brasileiros, censura, tortura e exílio foram alguns dos fatores que marcaram esse período do país. Em Santa Catarina, o governador Celso Ramos, em apoio com as Forças Armadas, procurou garantir o controle da situação e acalmar a população, como relata Reinaldo Lohn:

“Nas primeiras horas do movimento golpista, o governador Celso Ramos (PSD) emitiu uma nota na qual afirmou sua “repulsa intransigente e formal” ao comunismo e sua solidariedade, “sem reticências no coração com as gloriosas forças militares” que defendiam a “verdade democrática”. Na capital, a imprensa esforçou-se para apresentar uma cidade em que tudo corria “em perfeita paz” (...).”⁴

É importante salientar que as relações de gênero mediaram a maneira como homens e mulheres viveram a ditadura, “com o pressuposto de que gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder e um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos”⁵. Durante o período da ditadura civil-militar no Brasil, as agressões impostas pelo regime em sua totalidade atingiram não apenas o setor público mas também as esferas privadas e suas relações. Os lares sentiram-se ameaçados pela separação de famílias, com os desaparecimentos e assassinatos de pessoas que eram filhos e filhas, mães e pais.

Nesse sentido, as mulheres que ainda não eram muito visíveis no espaço político, saíram do espaço único do lar para entrar em contato direto com a luta contra o autoritarismo civil-militar. Dessa maneira, “a repressão sobre as mulheres foi sentida de forma direta e indireta. As

² MOTTA, Rodrigo Patto Sá, 2002. p. 232.

³ IDEM. p. 233.

⁴ BRANCHER, A. LOHN, R., 2014. p. 37

⁵ PEDRO, J. M.; VEIGA, A. M.; WOLFF, C. S., 2009. p. 22.

militantes de esquerda, assim como seus companheiros, foram presas, torturadas, tiveram filhos sequestrados, foram mortas e também foram os alvos preferenciais da violência sexual praticada pelos militares.”⁶

Analisando a trajetória de Derlei Catarina de Luca e suas contribuições para História

Nesse contexto, encontra-se a história da catarinense Derlei Catarina de Luca, que participou ativamente do movimento estudantil e da luta contra a repressão do regime militar. Em sua autobiografia, Derlei nos deixa diversos fragmentos das memórias que possui, relatando a história como estudante e militante de esquerda, abordando a perseguição que sofreu, o tempo que passou em clandestinidade, o período que esteve presa, sendo torturada e mandada para o exílio, bem como as dificuldades que encontrou por ser mulher e mãe.

Esses fragmentos da memória de Derlei são documentos fundamentais para compreender melhor como a repressão atingiu de fato a população e, nesse caso, com ênfase nas experiências de mulheres e no corpo feminino. Porém, tais relatos apontam situações que marcaram não apenas seu corpo físico, mas também seu psicológico e emoções. São, dessa maneira, fontes de análise sobre como a ditadura agiu delineando seu emocional a ponto de deixar vestígios ao longo da vida. São escritas que emocionam a quem lê, que nos fazem sentir junto com Derlei: amor, raiva, dor, medo, felicidade.

Percebendo a autobiografia de Derlei Catarina de Luca como fonte histórica, pode-se afirmar que a mesma nos transmite testemunhos escrevendo sobre si. Os depoimentos escritos por ela, possuem a capacidade de demonstrar a maneira como a História moldou sua(s) história(s) pessoal. Dessa forma, é importante sublinhar também que, como relata Carolina Scarpelli escrevendo sobre a importância da memória: “escolher o que lembrar e o que esquecer é antes de tudo uma ação política. (...) a memória deve ser entendida também, ou, sobretudo, como um fenômeno coletivo e social, ou seja, um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes.”⁷. Assim que, logo na introdução do seu livro, Derlei afirma:

“Este livro foi uma catarse. Também foi uma necessidade. Cada pessoa que me conhece pergunta como foi a clandestinidade, quer saber da prisão e da experiência da nossa luta. Uns questionam se valeu a pena... Se não foi em vão, tantos mortos e desaparecidos. Mas os heróis da Pátria não morrem.

⁶ DUARTE, Ana Rita Fonteles. 2014. p. 235.

⁷ SCARPELLI, Carolina Dellamore Batista. 2009. p. 42.

Desaparecem fisicamente, vivem, no entanto, na lembrança. Só morrem se nós permitirmos que a memória nacional não se crie ou se perca.”⁸

Torna-se essencial abordar a dimensão da memória na construção do processo histórico. Considerando que a memória coletiva é um terreno de lutas sociais, políticas e de dominações do poder, assim, “os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva.”⁹ Quando se trata de falar sobre grandes catástrofes sociais, períodos de repressão e traumas coletivos, a memória e os esquecimentos admitem papel social que partem do individual para pertencer a uma identidade coletiva, segundo Elizabeth Jelin: “Cuando se plantea de manera colectiva, como memória histórica o como tradición, como processo de conformación de la cultura y de búsqueda de las raíces de la identidad, el espacio de la memoria se convierte en un espacio de lucha política.”¹⁰

No caso dos testemunhos escritos por Derlei Catarina de Luca seus fragmentos de memória demonstram como a repressão agiu no período do governo militar, fazendo com que suas memórias sejam partes fundamentais da construção da historiografia da época. Testemunhos como esses, afirmam a necessidade de evidenciar – ao contrário do que muitos grupos pregam – de que houve sim violência militar, perseguição política, tortura psicológica e física, e que esses fatos fazem parte da História do Brasil. Nesse sentido, demonstram também o dever de, enquanto historiadores, registrarmos essas memórias para evitar que períodos como esse se repitam e, dessa maneira, afirmar que os direitos civis e constitucionais devem ser garantidos para toda a população.

Por certo que fragmentos da memória vêm carregados de esquecimentos, silenciamentos, comemorações e inclusive de emoções. A última que assume importante papel político e, assim, torna-se “fuente de energia para la reflexión analítica sobre la significación de la memoria, el silencio y el olvido, y para la emergencia de nuevas maneras de incorporar el pasado.”¹¹

A política cultural das emoções

Segundo Cristina Wolff, a influência cultural, política e social das emoções constitui um “novo campo, que para alguns constitui um giro afetivo ou giro emocional (...) semelhante

⁸ DE LUCA, Derlei Catarina. 2002. p. 21

⁹ IDEM.

¹⁰ JELIN, Elizabeth. 2005. p. 99

¹¹ IDEM.

ao giro linguístico ocorrido anteriormente.”¹² É importante salientar que o “afeto” é o que permite a movimentação das emoções, aquilo que se prepara para partir de um sujeito para outro. Dessa maneira, as emoções ocupam-se da forma de como os processos físicos agem afetando os corpos dos sujeitos, ou seja, de como o afeto permite que as emoções entrem em atrito com determinados objetos, signos e com outras pessoas. O dicionário Michaelis, define “emoção” como:

Fr émotion. **1** ação de sensibilizar(-se). **2** perturbação dos sentimentos; turbação. **3** psicol. Reação afetiva de grande intensidade que envolve modificação da respiração, circulação e secreções, bem como repercussões mentais de excitação ou depressão.¹³

A autora Sara Ahmed¹⁴ nos lembra que a palavra emoção vem do latim, fazendo referência a “mover-se” e que as emoções não se tratam apenas do movimento, mas falam, também, sobre os vínculos que nos conectam. Dessa maneira, o vínculo acontece com o movimento e a aproximação de corpos com outros corpos. Nesse sentido, “las emociones no deberían considerarse estados psicológicos, sino prácticas culturales y sociales.”¹⁵ A autora defende que as emoções importam para a política, de maneira que é possível perceber como tais são capazes de moldar os corpos e os mundos. Ao mesmo tempo, critica a privatização das emoções, argumentando que as mesmas se movem e se moldam no ponto em que entram em contato com outros objetos, signos e influências.

Ahmed também pontua sobre a importância de nomear as emoções, propondo o modelo “de adentro hacia afuera/de afuera hacia adentro”. O fato de nomearmos uma emoção implica em falar sobre algo que existe não apenas dentro de nós, mas que toma forma, circula, gera efeito e, dessa maneira, nós fazemos circular sentindo seus efeitos. Seria uma espécie de contágio social: quando nos deparamos com uma determinada pessoa triste, podemos ficar tristes também; quando lemos uma mensagem prazerosa, isso nos gera um efeito de felicidade. Nesse sentido, a nomeação das emoções produzem um caráter público, gerando repercussão de sujeitos em outros sujeitos. Para Ahmed, “las emociones no hacen girar al mundo. Aunque en cierto sentido sí giran. Tal vez, a diferencia de lo que dice el dicho, no todo lo que va, vuelve siempre. Centrarme en las emociones es lo que me permitirá rastrear los efectos desiguales de esta dificultad para retornar.”¹⁶

¹² WOLFF, Cristina Scheibe. 2007. p. 977.

¹³ IN: MICHAELIS: moderno dicionário da língua portuguesa.

¹⁴ AHMED, Sara, 2015.

¹⁵ IDEM p. 32.

¹⁶ IDEM. p. 45

Sara Ahmed descreve a dor como “una sensación o sentimiento. Pero, por supuesto, es un tipo particular de sensación.”¹⁷ e considera, ainda, que a quantidade de dor que sentimos não determina-se apenas pela lesão corporal, pois é importante considerar outros fatores que influenciam nisso, como as experiências de dores vividas anteriormente, além da nossa capacidade de entender as consequências que aquela lesão pode nos causar. Para autora, a sensação da dor faz uma espécie de mediação corporal entre o externo e interno, assim, de certa maneira: “los cuerpos y los mundos se materializan y toman forma, o se produce el efecto de frontera, superficie y permanência, a través de la intensificación de las sensaciones de dolor. (...) En otras palabras, lo que nos separa de otros también nos conecta con otros.”¹⁸

Dessa forma, não podemos compreender a dor como algo apenas particular. Lendo os testemunhos de Derlei, sobre o período em que foi presa e torturada pela Operação Bandeirante (OBAN), é possível sentir a dor junto com ela, mesmo que isso seja considerado impossível. Já que cada sujeito sente a dor de uma determinada maneira, a empatia que temos pela dor do outro faz com que seus depoimentos nos causem no mínimo tristeza. Em seu relato, consta:

A primeira noite é indescritível. Arrancaram minhas roupas. Sou pendurada no pau de arara, recebo choques elétricos nos dedos, vagina, ouvido, quebram meus dentes. A dor é lancinante. Tão intensa que nem dá para gritar. O sangue escorre pela cabeça, melando os cabelos e pescoço. Os braços, seios e maxilar recebem pancadas e coronhadas de revólver. São vários homens gritando. Ninguém pergunta objetivamente nada. Eles berram.

Amarram os meus pulsos nos braços da cadeira com tiras de couro. Travam as pernas com um sarrafo nos pés. Vão dando choques elétricos. A cada girada da maquininha o corpo estremece e salta. A cada salto a perna roça na quina da madeira. Rasga a pele. O sangue escorre pela perna, o osso se esfacela. A dor é intensa. São horas e horas de tortura. Levam-me carregada para a cela. Depois de uma sessão de choque, o corpo fica entregue, sem força. A corrente elétrica atinge todo o corpo. A língua, cortada pelos dentes quebrados, arde. Os cortes na cabeça doem. Tudo escurece.¹⁹

Nesse sentido, a fronteira que limita os corpos dos sujeitos se modifica, quase desaparece: sua dor se transforma na dor de quem lê. É dessa maneira que a dor é, também, política. A OBAN²⁰ era um centro de investigações que prendia e torturava pessoas presumidas como subversivas para o governo, nesse sentido, utilizavam da dor dos sujeitos para arrancar-

¹⁷ IDEM; p. 54.

¹⁸ AHMED, Sara. 2015. p. 54.

¹⁹ IDEM. p. 86.

²⁰ Operação Bandeirante, foi um centro de investigações e informações criado em 1969 durante o período da ditadura civil-militar, criado com o intuito de identificar e capturar elementos de grupos subversivos. Localizada em São Paulo, se converteu em um centro de tortura e morte durante aquele período. Mais informações: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Opera%C3%A7%C3%A3o_Bandeirante>.

lhes informações sobre as organizações consideradas ilegais. Para Ahmed, o uso político da dor, se define no sentido de que a dor do outro se transforma em uma dor da nação, de maneira que, Derlei foi torturada por um grupo de pessoas, mas essa tortura partiu da repressão do Estado, ou seja, sua dor seria uma dor nacional. De maneira que, “el reconocimiento de su dolor se desliza así sin problemas hacia la reivindicación del dolor nacional. De este modo, la sanación de las heridas se representa como la sanación de la nación.”²¹

Em mais uma parte do livro, Derlei relata outra cena, de quando foi levada para o interrogatório e torturada. Neste momento, é possível perceber, mais uma vez, o uso político da dor: “Ainda tenho marcas da Operação Bandeirante. No corpo e na alma. Minhas pernas trazem a recordação do horror nas suas cicatrizes. A alma, o espanto por ter sobrevivido.”²²

Torna-se notável como as emoções agem delineando os sujeitos. Para Derlei, o período em que ficou presa na OBAN deixou cicatrizes físicas e emocionais para o resto da vida. Em seu livro, ela relata que anos mais tarde encontrou um militar que esteve presente durante algumas das sessões de tortura que ela vivenciou na OBAN, e que, em conversa, ele dizia que não precisava pedir perdão para ela, já que era apenas um sentinela na época: “Comecei a tremer e saí correndo (...). O medo todo voltou. (...) Comecei a sentir terror de andar na rua. (...) Eu chorava de maneira compulsiva. O medo explodiu e passei a ter a doença do pânico.”²³

O medo é outra emoção visível nos escritos de Derlei. A maneira como o medo é sentido é parecido com a dor, já que ambos são intensos e permeiam os corpos dos sujeitos. Porém, mesmo sendo o medo um sentimento do presente, ele também se relaciona com o futuro. É uma projeção do que pode vir acontecer, baseado em eventos anteriores. Quando se sente medo, no presente, aparecem também manifestações corporais: suor, coração acelerado, tremores. Todos esses sintomas podem ser considerados mecanismos de defesa do nosso corpo, quando se percebe diante do perigo. Derlei passou por muita violência durante o tempo que esteve presa na OBAN. Esse sentimento de medo de voltar a viver o sofrimento aparece diversas vezes em sua fala:

A noite me colocam numa solitária, onde fico incomunicável por uns 10 dias. É um quarto pequeno com um colchão no chão. No alto tem uma janelinha por onde entra claridade. A porta só é aberta duas vezes ao dia. Para entregar o prato de comida e para ir ao banheiro. Dormir é impossível, o sono não vem. Só tenho sono depois dos choques elétricos. Não tinha com quem conversar. Se a porta abrisse, podia ser tortura. Eu espero que ela se abra, com ansiedade e medo.

²¹ AHMED, Sara. 2015. p. 71

²² DE LUCA, Derlei Catarina. 2002. p. 113

²³ IDEM. p. 98

Para tais companheiros sou a imagem viva – como dizem – de que é possível vencer a tortura. O medo é um sentimento normal. O medo é real e concreto. Mas é possível vencê-lo. Na prisão, a gente não se pode deixar esmagar por ele.²⁴

Ahmed afirma que “el miedo funciona para asegurar la relación entre esos cuerpos; los reúne y los separa mediante los estremecimientos que se sienten en la piel, en la superficie que emerge a través de el encuentro.”²⁵ Dessa maneira, quando há medo, os corpos dos sujeitos encolhem-se na tentativa de evitar o objeto que causa medo. As emoções, assim, delineiam os corpos e nessa medida também o espaço social que eles ocupam. E era exatamente nesse sentido que os interrogatórios e as torturas agiam durante o regime militar: causavam dor e medo aos sujeitos presos, de maneira que, mesmo passando por tanta intensidade de emoções, Derlei não entregou nenhum de seus companheiros de luta da AP (Ação Popular) durante o período em que esteve na OBAN, talvez por medo de desarticular toda uma organização que lutava contra o sistema repressivo ou, talvez, por medo que seus companheiros vivessem as mesmas experiências que ela estava vivendo. Assim, é possível perceber que a política do medo funciona limitando determinados corpos, dando espaço e movimento a outros. No caso de Derlei, seu corpo representava não apenas um corpo, mas toda uma movimentação política/social de luta contra o sistema autoritário.

Pensando pela perspectiva feminista, o medo apresenta-se como um resultado à ameaça da violência que as mulheres maioritariamente passam ao adentrarem no espaço público. Dessa maneira, o medo age também limitando a circulação dos corpos, enclausurando o corpo feminino na esfera privada, pois essa estrutura sustenta a ideia de que “o lado de fora” é perigoso para as mulheres, enquanto que o lar é um espaço seguro. Nesse contexto, o sentimento de medo é social e político, e possui a capacidade de moldar a movimentação dos corpos das mulheres e a maneira como elas ocupam os espaços. Na mesma medida que limita o corpo feminino, concede mais liberdade e movimentação ao masculino, reiterando a ideia, mais uma vez, de que o espaço público e político não deveria dizer respeito às mulheres, mas apenas aos homens. É importante analisar como Derlei encarou sua trajetória dentro desse sistema patriarcal. Mulher, mãe e militante: os sentimentos de dor e medo cresceram muito mais depois que teve seu primeiro filho.

²⁴ IDEM. p. 165.

²⁵ AHMED, Sara. 2015. p. 107

Depois de sair da OBAN, Derlei passou um tempo presa no DOPS²⁶ em São Paulo, mas logo foi solta e enviada de volta para Santa Catarina. Iniciou tratamentos médicos e ficou sob cuidado de padres companheiros seus, na cidade de Antônio Carlos. Tentando se recompor, voltou para clandestinidade, dessa vez enviada para Bahia, lugar onde conhece seu futuro marido César e logo após engravidada. Para ela:

A gravidez é um problema e uma esperança. É lindo saber que vou ter um filho. Companheiros e amigos sugerem o aborto. Recuso. Pela primeira vez recuso aceitar que a direção decida questões pessoais minhas. Meu instinto de conservação fala mais alto. Quero ter o meu filho. Brigo com o pai da criança.²⁷

De acordo com o próprio relato, seus companheiros de luta não aceitavam que ela tivesse um filho dentro daquelas condições, e seu marido também não a apoiou. De fato, ter filhos inseridos naquela situação representava um grande risco, tanto para os pais como para a criança, considerando que muitas vezes a repressão tornava os filhos dos militantes alvos para obter informações dos pais que estavam presos. Considerando o contexto da própria organização que Derlei participava, esse fato também não foi apoiado. Segundo Carolina Scarpelli:

(...) as organizações exerciam forte controle sobre a vida do militante, até mesmo em relação a vida afetiva e à gravidez, geralmente repudiada pelos dirigentes por ser considerada um risco a mais para a organização. (...). Enfrentar uma gravidez impunha aos militantes vários riscos e colocava a sua segurança e da organização em jogo.²⁸

Derlei queria tê-lo, foi algo que lhe deu esperança. Devido a desarticulação interna da Ação Popular e a gravidez, o casal muda-se para Londrina no Paraná, onde o sonho de recomeçar a vida inicia novamente. É nesse período, também, que a repressão age sem dar espaço. No dia 11 de janeiro de 1972, nasce o filho de Derlei, Zé Paulo. E “no dia 03 de fevereiro o inspetor da Polícia Federal, Wener Sobral Arcoverde, entrega o relatório do Inquérito 12/71, em Curitiba e pede a prisão preventiva de 12 militantes da AP, inclusive a minha.”²⁹ No dia 18 de fevereiro, levam seu marido preso. Derlei entrega seu filho na rua para uma mulher que ela

²⁶ Departamento de Ordem Política e Social, criado em 1924 durante o Estado Novo e utilizado durante a ditadura civil-militar. DOPS eram as unidades de Polícia Política de cada estado, responsáveis pela repressão a comunistas, anarquistas, sindicatos e movimentos sociais. Para mais informações: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Departamento_de_Ordem_Pol%C3%ADtica_e_Social>.

²⁷ DE LUCA, Derlei Catarina. 2002. p. 197.

²⁸ SCARPELLI, Carolina Dellamore Batista. 2009. p. 179.

²⁹ IDEM. p. 225

não conhecia. A mesma era Joana D’Arc Bizzotto Lopez (posteriormente editora do Jornal BRASIL MULHER³⁰), Derlei então relata:

Saio dali sangrando, física e moralmente. Toda a angústia se converte em sangue. (...) Saio pela estrada sem a menor ideia de onde ir, sem rumo, sem documento, sem esperança. Não chorei. O coração estava paralisado. Caminho até tarde. (...) Por segurança não me atrevo a tomar ônibus. Estremeço só de pensar no meu filho, com três meses de idade, nas mãos de pessoas desconhecidas.³¹

Nesse relato sobre sua gravidez, sobre precisar deixar seu filho com uma pessoa estranha e sobre a dor que sentiu, é possível perceber que a política cultural das emoções está conectada à construção dos mundos, do imperialismo e do capitalismo e da maneira como a violência age nos corpos das mulheres – nesse caso, de uma mulher fragilizada pelo próprio sistema. Essas emoções são políticas e estão ligadas à relação que existe entre um sujeito e um coletivo, sobretudo durante a ditadura militar, pois, nesse caso, Derlei sofreu as imposições impostas pelo patriarcado: ousou ter um filho dentro de condições nas quais todos estavam contra, inclusive seu próprio marido. O fato de precisar deixar seu filho com outra pessoa e sair sem rumo demonstra sua coragem, porém é preciso não romantizar esse sentimento, já que não foi uma escolha, mas, sim, uma necessidade. Derlei volta a ver seu filho muito tempo depois, ainda em clandestinidade, mas, dessa vez, em Florianópolis:

Quando o menino chega nem acredito. Esperava um bebê de 3 meses e chega um menino caminhando, correndo, falando, nervoso, chamando pela vó. Não me conhece nem se emociona com essa mãe que não conhece nem nunca viu. Não quer ficar no meu colo. Só quando canto com ele nos braços fica quietinho (...).³²

Depois desse episódio, o nome de Derlei aparece na “lista dos mortos”, encorajada por Paulo Stuart Wright³³. A necessidade de sair do país à faz partir para o exílio em Santiago do Chile, ficando sem notícias do filho mais uma vez. De lá parte para o Panamá, onde fica exilada com outras pessoas que, por estarem vivendo ditaduras em seus próprios países, estão passando pela mesma situação. As emoções aparecem mais uma vez gritantes:

Não quero entregar-me à saudade. Não quero arrepender-me por ter saído do Brasil. Não havia alternativa possível. Estávamos na defensiva. Aqui é a esperança de sobreviver, curar as feridas, poder ainda fazer algo na terra. Antes era mais fácil enfrentar as situações difíceis. Tinha a organização, tinha

³⁰ Periódico criado em 1975, retratavam em seus artigos a luta pela liberdade democrática, anistia e temas como violência doméstica e direitos das mulheres.

³¹ DE LUCA, Derlei Catarina. 2002. p. 229

³² IDEM. p. 263.

³³ Político catarinense torturado e morto durante a ditadura militar brasileira.

os companheiros de tantos anos. Aqui não tem nada. Não tenho mais coragem.
34

É visível mais uma vez como as emoções agem politicamente. Nesse contexto, a dor, o medo, o ódio e também o amor atravessavam a alma de Derlei e lhes desenhavam como humana. O amor e a esperança também são emoções políticas. Para Derlei, seja o amor pelo seu filho, seja o amor por si própria ou ainda o amor pela nação. Segundo Ahmed:

el amor puede ser especialmente crucial en caso de que la nación no sea capaz de cumplir con su promesa de una buena vida. (...) Amamos a la nación, entonces, a partir de la esperanza y con nostalgia por cómo podría haber sido. Seguimos amando en vez de reconocer que el amor que se ha dado no ha sido ni será devuelto. (AHMED, p. 199).³⁵

Ao lutar contra o autoritarismo e a repressão do governo civil-militar, Derlei estava a favor da nação, mas também a favor do amor. Acredita-se, então, que a violência causada nos corpos dos sujeitos pelos grupos que atuavam em consonância com a repressão, é um ato que demonstra a ausência do amor para com esses corpos, mas, convém lembrar que, esse mesmo grupo, alega um grande amor pela Pátria. O amor age, dessa forma, como outra emoção política.

Considerações finais

A partir dos expostos, é possível visualizar como as emoções agem de forma política e cultural na vida dos sujeitos. Analisando a fonte histórica que Derlei Catarina de Luca escreveu, torna-se fundamental refletir sobre a importância da Memória para a construção do processo histórico, em uma tentativa de resguardar o passado para compreender o presente e evitar que tais barbáries se repitam no futuro. Graças aos seus registros – e de tantas outras pessoas que escreveram sobre – é visível a maneira como a repressão militar agiu tanto nos corpos das pessoas, como nas almas.

Como o próprio título do seu livro sugere, “No corpo e na alma”, as violências, os abusos e as agressões impostas pela ditadura civil-militar deixaram cicatrizes que não se resumem as físicas, mas também emocionais. As torturas, portanto, não se limitam aos corpos, expandem-se para as emoções: registros de medo, de dor, de ódio e de amor, todos revelam, seguindo pela análise de Sara Ahmed, emoções políticas. A própria Derlei relata que precisou fazer tratamento

³⁴ IDEM. p. 299.

³⁵ AHMED, Sara. 2015. p. 204

Cicatrizes do Corpo e da Alma: analisando a trajetória da catarinense Derlei Catarina de Luca – Bruna Busnello

físico e psiquiátrico por anos, mesmo depois da anistia. Outro fato importante a salientar é sobre a maneira como o autoritarismo agiu perante os corpos das mulheres, sendo, de certa forma, diferente em relação aos homens. Com isso, podemos perceber como as relações de gênero definem, também, as relações sociais apresentadas no livro de Derlei.

É necessário salientar que mesmo para quem não presenciou o regime militar, esse período deixou cicatrizes na população como um todo. Os registros, as memórias e as emoções vividas durante essa fase obscura do Brasil ainda se fazem presente na sociedade brasileira. Torna-se fundamental, dessa maneira, lutar pelo espaço político da memória para que as mesmas não se percam em discursos de classes dominantes, e que assim, períodos como esse não voltem a se repetir.

Referências

AHMED, Sara. **La política cultural de las emociones**. Tradução de Cecília Olivares Mansuy. México, DF: Universidad Nacional Autónoma de México, 2015.

BRANCHER, A.; LOHN, R. L. **Histórias na ditadura: Santa Catarina (1964-1985)**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2014.

DE LUCA, Derlei C. **No corpo e na alma**. Criciúma: Ed. Do autor, 2002.

DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2022. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Departamento_de_Ordem_Pol%C3%ADtica_e_Social&oldid=62729813>. Acesso em: 30 set. 2020.

JELIN, Elizabeth. **Exclusión, memorias y luchas políticas. Cultura y transformaciones sociales en tiempos de globalización**. 2005 Disponível em: <bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/mato/jelin.pdf >

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução de Bernardo Leitão. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990.

MICHAELIS moderno dicionário da língua portuguesa. São Paulo: Melhoramentos. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php>>. Acesso em: 30 set. 2020.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o “Perigo Vermelho”: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. São Paulo: Perspectiva FAPESP, 2002.

OPERAÇÃO BANDEIRANTE. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2021. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Opera%C3%A7%C3%A3o_Bandeirante&oldid=62478887>. Acesso em: 23 set. 2020.

Cicatrizes do Corpo e da Alma: analisando a trajetória da catarinense Derlei Catarina de Luca – Bruna Busnello

PEDRO, J. M.; WOLFF, C. S.; VEIGA, A. M. (orgs.). **Resistências, Gênero e Feminismos contra as ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Mulheres, 2011.

SCARPELLI, Carolina D. B. **Marcas da Clandestinidadade**: Memórias na Ditadura Militar Brasileira. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2009.

WOLFF, Cristina Scheibe. **Pedaços de alma**: emoções e gênero nos discursos da resistência. Rev. Estud. Fem., Florianópolis, v. 23, n. 3, p. 975-989, dez. 2015. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104026X2015000300975&lng=pt&nrm=iso>.

De conluio e ímpetus: O Federalismo, o Republicanismo e a guerra em Desterro

Of collusion and impetus: The Federalism, the Republicanism and the war in Desterro

Pedro Haas Zanotto¹

Resumo: Este artigo pretende analisar os processos políticos ocorridos em Desterro a partir da posse de Floriano Peixoto à presidência federal, em 1891, até o final da Guerra Federalista e a destituição do Governo Provisório Revolucionário, em 1894, levando em consideração as atitudes dos dois partidos políticos preponderantes em Santa Catarina durante esse período, o Partido Republicano e o Partido Republicano Federalista, e seus posicionamentos políticos, bem como sua ação na imprensa, recorrendo a seus respectivos jornais, tentando entender o espectro ideológico, o caráter e os interesses pessoais desses grupos cujo conflito culminou em uma das maiores crises políticas da história de Santa Catarina.

Palavras-chave: Federalismo, Republicanismo, Revolta Federalista, Governo Provisório.

Abstract: This article intends to analyze the political processes occurred in Desterro from the Floriano Peixoto government hold, in 1891, until the end of the Federalist War and the dismissal of the Provisional Revolutionary Government, in 1894, taking into consideration the attitudes of the two preponderant political parties at the period in Santa Catarina, the Republican Party and the Federalist Republican Party, and their political positioning, as well as their actions in the press, recurring to their respective newspapers, trying to understand the ideological spectrum, the character and the personal interests of these groups whose conflict culminated in one of the biggest political crises in Santa Catarina.

Keywords: Federalism, Republicanism, Federalist Revolt, Provisional Government.

Introdução

Vale notar que ainda faltam pesquisas aprofundadas sobre o envolvimento, as opiniões e as pautas das classes populares do estado durante o período, então a construção da pesquisa se centra, a contragosto deste pesquisador, no protagonismo das elites. No entanto, é digno de nota também que a ausência de uma análise mais detalhada sobre a participação popular não significa a sua ausência no período histórico analisado. Qualquer tipo de poder estabelecido requer algum tipo de base de legitimidade, o que implica na importância da participação popular em certa medida. Já foi dito que a instauração da República no Brasil não contou com qualquer tipo de envolvimento do povo, o que quebra toda a premissa do ideal republicano.² No entanto, como

¹ Graduando em História pela Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: pedrohaasz@hotmail.com.

² CARVALHO, 2004, p. 11

veremos ao longo do artigo, isso não foi completamente verdade. A própria Guerra Civil que estourou, mesmo sendo liderada por alguns personagens de elite, é um atestado de participação popular. Um dos combustíveis para a Revolta parece ter sido justamente a ausência de meios institucionais de agência política para 98% da população brasileira na República.³

O fortemente disseminado liberalismo das últimas décadas do século XIX dizia muito respeito a uma ânsia geral por acumulação de capital e pouco sobre democracia e liberdades políticas. Mesmo que a Constituição de 1891 tenha revogado a exigência de renda para o direito ao voto, não fez o mesmo com a exigência de alfabetização e, ao mesmo tempo, revogou a obrigação estatal de oferecer a instrução de educação primária para a população.⁴ Além disso, ensaiou proibir greves e manifestações operárias. A República, como visto, não representou um avanço significativo na realização concreta da democracia no Brasil, mas antes foi um “passar de mãos” de grupos dominantes que pouco ou menos se importavam com tais pautas. No entanto, a insurreição popular, sempre latente, foi um elemento de inquestionável importância para os rumos tomados pelo país, até porque a imagem dos pobres bestializados de Aristides Lobo, de uma população incapaz de compreender e opinar sobre o mundo que vivenciam, francamente, é mera leviandade.⁵ Afinal, a sistemática exclusão política muitas vezes significa mais uma potencial participação inconveniente com determinados projetos de poder do que uma incapacidade para isso.

A crise política em 1891 e 1892 em Desterro

O surgimento da República no Brasil em 1889 é, ao mesmo tempo, o resultado e um impulso a um número de mudanças socioeconômicas em curso que possibilitaram o surgimento de novas classes e deram nova dinâmica à agência política delas. Ao final do Império, observa-se um desequilíbrio entre poder político e econômico, sendo que grupos tradicionais entravam em decadência em contraste com outros mais dinâmicos economicamente, e já não era mais condizente com a realidade do país os “elementos que manipulavam o poder”.⁶ O resultado foram movimentos políticos contestatórios, diversos com caráter separatista. Assim, já na República, a nível estadual, elites locais engajaram em disputas por poder que, por vezes, resultaram em confrontos sangrentos. Os governos militares se esforçaram para alicerçar seu

³ Idem, p. 43

⁴ Idem, p. 45

⁵ Idem, p. 9

⁶ COSTA, 1999, p. 472

poder buscando apoio dessas elites, mas, como veremos, Floriano Peixoto se manteve neutro perante essas disputas regionais, mesmo quando um dos lados se declarava abertamente contrário ao Governo Federal.^{7 8}

Ascendentes oligarquias baseadas em relações de trabalho modernas se contrapunham politicamente a grandes fazendeiros tradicionais, ainda apegados ao antigo escravismo e o trabalho forçado, ao reivindicar representatividade política, além de uma política econômica mais dinâmica.⁹ Some-se a isso problemas sanitários das cidades que cresciam rapidamente com uma população cada vez mais pobre, resultado da especulação e inflação descontroladas do Encilhamento¹⁰, que acentuava a crise política do início da República.

Em Desterro, o cenário político no Império estava dominado por Liberais e Conservadores, sendo os primeiros predominantes em seus anos finais. O Partido Republicano, mesmo estando em franco crescimento desde 1870, até então não tinha muita expressão no estado. Tinha base no cientificismo e no positivismo, e encontrou respaldo especialmente em médicos, militares e engenheiros. Quando Deodoro da Fonseca se torna o primeiro presidente em 1889, o Partido Republicano Catarinense entra no poder, mas sua inexperiência na gestão política os aproxima dos Conservadores, que compõem o governo se “republicanizando”. De fato, ninguém, nem mesmo os próprios republicanistas esperavam que se vissem no poder de uma hora para outra em 1889 sob o comando do engenheiro militar Lauro Müller. No entanto, foi o que aconteceu, sendo as antigas Câmaras Municipais, onde os políticos tradicionais tinham preponderância, desmanteladas para dar lugar a Conselhos, cujos membros eram nomeados de Clubes Republicanos sempre que possível. Os Liberais, mesmo tendo apoiado o advento da República e o novo governo, ficam desalentados e começam a organizar uma oposição forte sob a bandeira do Federalismo.¹¹

O Federalismo já não era novo. Baseava-se nas estruturas institucionais estadunidenses, com ênfase na descentralização do poder, autonomia dos estados e liberdade individual.¹² No entanto, sob a força política evocada pelo seu nome, variadas pautas, de diferentes visões políticas algumas vezes contraditórias, farão coro enquanto oposição ao governo estadual e

⁷ PACHECO, 2007, p. 50

⁸ Essa atitude, que se desenvolveu e ficou conhecida como Política dos Governadores, foi uma estratégia para lidar com as tecituras institucionais da Primeira República, buscando apoio político ao conceder favores a deputados federais, controlados por governadores (PACHECO, 2007, p. 50).

⁹ LOZADO, 2019, p. 35

¹⁰ COSTA, 1999, p. 469; MEIRINHO, 1979, p. 49; AXT, 2018, p. 110

¹¹ CORRÊA, 1984, p. 57; MEIRINHO, 1979, p. 32; p. 40-41

¹² PACHECO, 2007, p. 49; COSTA, 1999, p. 470

federal, o que incluía velhos defensores da monarquia ou aqueles que procuravam reaver seus privilégios perdidos na República¹³. É importante ressaltar, no entanto, que os interesses por trás das reações opositoras ao regime militar republicano não surgiram apenas de insatisfações políticas e econômicas de grupos que se viram em desvantagem súbita com a perda de privilégios imperiais ou com decretos que limitavam sua atividade econômica. O tamanho e eventual poder do movimento angariou todo e qualquer tipo de insatisfação com o Governo Federal, unindo diferentes classes, etnias e grupos sociais com projetos próprios: de camponeses que haviam perdido suas terras em projetos latifundiários, de serrarias e de estradas de ferro até donos de latifúndio que buscavam condições de expansão econômica melhores; de capitalistas financeiros que lucravam com a guerra a anarquistas que buscavam fundar comunidades próprias, longe das garras da União; de parlamentaristas liberais contrários ao presidencialismo florianista a monarquistas que clamavam pela volta do poder Moderador¹⁴; foi formado um verdadeiro conluio híbrido contra o Governo Federal. Não por acaso, as pautas levantadas pelo jornal do Partido Federalista “O Estado” constantemente aludem a uma vaga “vontade do povo” e a autonomia individual. O grande objetivo da Revolta como um todo foi, então, destituir Floriano Peixoto e fundar um novo governo, cujo molde não estava claro e mudava de acordo com diferentes líderes e setores das linhas revoltosas. Os focos federalistas em Desterro eram conduzidos, principalmente, pelos políticos liberais destituídos que reivindicavam seu retorno ao poder antes de qualquer outra coisa, mas não evoluiu da mesma forma que o federalismo gaúcho, que se complexificou com o histórico de disputas locais e as redes federalistas da Bacia do Prata sem as quais a Revolta não poderia ter acontecido.

Sobre o republicanismo em Santa Catarina, são escassos os estudos. Muito se referencia ao positivismo comtiano nos ideais republicanos de Júlio de Castilhos, líder legalista gaúcho na revolta que se seguiu, como em Gunter Axt¹⁵, Vitória Ferreira Lozado¹⁶ e Ledir de Paula Pereira¹⁷, mas não foram encontrados, no escopo desta pesquisa, estudos aprofundados sobre os ideais políticos e interesses dos grupos republicanos em Santa Catarina. É preciso, pois, chamar atenção para o fato de que tanto quanto o federalismo presente em Santa Catarina e no

¹³ O monarquismo era um espectro que o governo republicano repudiava acima de tudo e que estava proibido em cláusula pétreia segundo a Constituição Federal de 1891. Esse virou o grande bode expiatório para a resistência ao avanço federalista, que convenceu a opinião pública a estigmatizar a revolta como um movimento para restaurar o Império (LOZADO, 2019, p. 35-39; AXT, 2018, p. 115).

¹⁴ AXT, 2018, p. 117-119.

¹⁵ Idem, p.115.

¹⁶ LOZADO, 2019, p. 35

¹⁷ PEREIRA, 2006, p. 144

Rio Grande do Sul eram distintos, o republicanismo presente nesses estados também o era, e os processos políticos envolvendo esses dois grupos foram particulares em cada estado. Assim, não é possível afirmar com segurança de que pautas castilhistas como o bem-estar social, a moral pública, a ordem, a autoridade e os deveres sociais estiveram nas pautas de Hercílio Luz e Lauro Müller, mas é uma referência útil para se pensar na sua distinção com o discurso federalista da liberdade individual, pois, certamente, existia uma linha em comum.

Em 1891, o federalismo angariava simpatizantes em Desterro. O governador Lauro Müller se encontrava no Rio para cumprir seu mandato no Congresso Nacional, deixando o estado catarinense nas mãos de seu vice. Quando Deodoro da Fonseca fecha o Congresso em 3 de novembro, devido à agravação de uma crise política cujo desenvolvimento não cabe mencionar aqui, Müller repudia o ato enquanto parlamentar, mas seu vice o apoia, deixando ambivalente o posicionamento político de Santa Catarina perante o Governo Federal¹⁸¹⁹. Com isso, o governador reassume o Palácio Rosado. Pouco depois, Deodoro renuncia e seu vice, Floriano Peixoto, assume o cargo presidencial, reabrindo o congresso, depondo diversos governadores e nomeando novos ao buscar alicerçar uma base política forte nos estados. A oposição federalista catarinense aplaude Floriano na esperança de que depusesse Lauro Müller, mas ele se mantém no poder graças à bancada federal catarinense, que convenceu o presidente de sua confiança. O governador, que já não gozava de apoio popular significativo, perde popularidade conforme agitadores federalistas organizam discursos na praça contra seu governo. A imprensa federalista também intensificava ataques a Lauro, incitando uma instabilidade política que levou o comércio da capital a fechar as portas por um breve período no final do ano, gerando insatisfação entre comerciantes locais. Além disso, as Forças Armadas em Desterro eram, em maioria, simpatizantes ao federalismo, sendo alguns dos principais líderes do movimento do alto comando do Exército e da Marinha sediadas na cidade. Mas mesmo sendo hostilizado e até abertamente ameaçado nas ruas da capital, Lauro contava com apoio no interior, especialmente em Blumenau, onde, naquele momento, Hercílio Luz e Bonifácio Cunha destacavam 120 homens para marchar ao auxílio do governador, onde uma Guarnição Federal enviada por Floriano aderira ao movimento oposicionista enquanto deveriam defender o governo legal. No entanto, antes das forças legalistas chegarem à capital,

¹⁸ CORRÊA, 1984, p. 57

¹⁹ MEIRINHO, 1979, p. 49

para evitar derramamento de sangue e diante do silêncio do presidente quanto à situação, Lauro renuncia.²⁰

No lugar de Lauro Müller, então, entra no poder uma Junta Governativa Provisória, que prontamente dissolveu o Congresso Representativo do Estado, dominado por republicanistas, e formou uma nova casa, composta por federalistas. Passou, em seguida, a exercer outros atos anticonstitucionais, mas o Governo Federal não se pronunciava, mesmo quando reações lauristas tomavam armas em vários pontos do estado²¹. Müller, então, volta ao Rio para reassumir sua cadeira no Congresso e, apesar de não conseguir convencer o governo a lhe reestabelecer, conseguiu que este mandasse um interventor federal com o objetivo de mediar os conflitos internos. No entanto, para a frustração dos republicanistas, ele acabou por apoiar o movimento federalista. Abriu novas eleições para o Congresso Estadual ao invés de reabrir o antigo, que foi preenchido exclusivamente por federalistas, pois o Partido Republicano não lançou candidatos em protesto.²²

Em junho de 1892, foi instalada uma constituinte, que no mês seguinte promulga a Segunda Constituição de Santa Catarina, com bases claramente federalistas. Reformaram-se as configurações dos três poderes institucionais²³, com destaque para o governador, que passou a ser denominado presidente. Além disso, configurou o Estado de Santa Catarina como “soberano e independente”²⁴. Os republicanistas se viam contra a parede. O jornal “República”, do Club Republicano, suspendeu suas publicações por duas ocasiões no ano, o que o jornal “O Estado” ironiza como falta de receita para a circulação do jornal O Estado.²⁵

O debate impresso nos jornais mencionados era acalorado. O “Estado” contava com colunas inteiras dedicadas à difamação dos republicanistas em tom irônico e degenerativo, como a “Alfinetadas” e a “Farpinhas...”²⁶. Já o “República” tem tom mais sóbrio e apela para

²⁰ Idem, p. 50-52

²¹ Idem, p. 54-55

²² Idem, p. 56

²³ O Congresso Representativo passou a se chamar Assembleia Legislativa, o Tribunal de Justiça foi substituído pelo Tribunal de Relação e os Conselhos Municipais, integrados em grande maioria por republicanistas, foram desmantelados e foram restituídas as Câmaras Municipais, integradas por vereadores eleitos (Idem).

²⁴ Idem, p. 57

²⁵ O ESTADO, 02 nov. 1892

²⁶ Segue um excerto da coluna “Alfinetadas”: “É realmente assombroso e pyramidal o artigo da Republica. Tremam todos! A Republica pretende revolucionar todo este pacífico Estado de Santa Catharina – a guerra civil está eminente, mas... a socco! !... Uma revolução a socco! Quem diria?” (O ESTADO, 02 nov. 1892). O excerto se refere à última unidade do jornal republicanista publicado naquele ano, a de 1º de novembro, em que um texto afere a um confronto direto desarmado entre os grupos opositores, um eufemismo para uma paridade de condições para a luta política em que tenta trazer à tona valores como coragem e determinação de sua parte e covardia da outra (REPUBLICA, 01 nov. 1892).

argumentos lógicos ao difamar seus opositores, explicando eloquentemente, por exemplo, por quê a recolocação do retrato do antigo Imperador na Câmara Municipal de Blumenau era um mau presságio²⁷. No entanto, não era menos ácido ao tecer críticas aos opositores. Ambos os jornais frequentemente publicavam discursos de políticos alinhados ao seu campo e se referenciavam mutuamente constantemente, se rebatendo e se acusando de mentiras e calúnias, ansiosos para darem suas próprias versões dos acontecimentos. Em grande parte das edições, os primeiros e maiores textos eram dedicados exclusivamente a rebater o jornal adversário ou difamar o campo opositor de maneira geral.

Com isso, ao fim de 1892, Santa Catarina estava tensamente dividida entre federalistas concentrados na capital e republicanistas concentrados em Blumenau, também com outros focos menores de ação em outras cidades. As tensões aumentaram quando o presidente de Santa Catarina arbitrariamente decretou aprisionamento do Delegado da Inspetoria de Terras e Colonização de Blumenau, o republicanista Victorino de Paula Ramos, que foi deportado para o Rio “sem maiores explicações”.²⁸ Os acontecimentos desde novembro do ano anterior desestabilizaram as estruturas políticas a um ponto próximo à quebra completa, mas foram apenas o prelúdio para o que viria nos próximos dois anos. Se a população catarinense já convivia com hostilidades políticas e conflitos de interesses, viria a conviver também com perseguições, estupros e execuções decorrentes da guerra que se seguiu.²⁹

A reação legalista em Santa Catarina

Em fevereiro de 1893, o caudilho Gumercindo Saraiva adentra o Rio Grande do Sul com suas tropas como decorrência de disputas locais de poder, iniciando a Revolta Federalista. O Partido Republicano Federalista não se pronuncia quanto à situação, e o presidente do Estado declara apoio ao Governo Federal. No entanto, ainda no mesmo mês, a imprensa federalista passa, aos poucos, a denunciar as ações de guerra legalistas e a saudar a Revolta^{30,31}, cujos andamentos são noticiados regularmente, e menos regulares passam a ser publicações de colunas como o “Alfinetadas” e o “Farpinhas...”. No Rio, Felipe Schmidt e Lauro Müller se aproximam de Floriano Peixoto e buscam denunciar os crimes constitucionais do governo de

²⁷ REPUBLICA, 09 ago. 1892

²⁸ MEIRINHO, 1979, p 58

²⁹ LOZADO, 2019, 39-40

³⁰ O ESTADO, 07 fev. 1893

³¹ O ESTADO, 11 fev. 1893

Santa Catarina (MEIRINHO, 1979, p. 59; CORRÊA, 1984, p. 58). No clima de tensões, uma discussão evoluiu para agressão física em Blumenau entre federalistas e republicanistas, o que acabou por levar diversos destes à cadeia sob jurisdição alinhada ao governo estadual, incluindo Hercílio Luz e Bonifácio Cunha, que, junto com Santos Lostarda, são transferidos à prisão da capital, mas os esforços da bancada catarinense do Rio dão frutos, e as prisões são impronunciadas. Diante da situação no sul, o Governo Federal manda tropas à fronteira sul de Santa Catarina, comandadas por um major republicanista. Junto com a posição política do major, a desconfiança generalizada para com federalistas leva as forças legalistas a nomearem republicanistas para postos de comando da Guarda Nacional instalada nas cidades catarinenses, o que dá poder institucional e bélico aos opositores do governo estadual ao mesmo tempo que gera insatisfação e receio entre os federalistas catarinenses ao vê-los armados e em posição de preponderância em diversas cidades. Esses ocorridos são narrados em um telegrama enviado à imprensa do Brasil inteiro assinado pelo presidente de Santa Catarina Tenente Machado, em que finaliza denunciando Floriano e o responsabilizando por qualquer eventual derramamento de sangue no estado³²³³. O tom da carta é de denúncia e inconformidade, e marca o rompimento político entre o presidente de Santa Catarina com o presidente do Brasil.³⁴

Já sem as graças federais, Machado tem sua decisão da prisão arbitral de Paula Ramos revista, numa decisão judicial que manda para a prisão, no lugar, ele mesmo, que paga fiança, mas é, de qualquer forma, oficialmente afastado de seu cargo e é substituído pelo Primeiro Vice Presidente, Elizeu Guilherme da Silva^{35 36}.

Diante desses fatos, se eleva o ânimo dos republicanistas que, em julho de 1893 e sob o comando de Hercílio Luz, se armam e tomam a Câmara Municipal de Tijucas, mas logo são derrotados pela reação do governo e recuam a Blumenau, onde a Câmara declara o líder como governador do estado e a cidade como Capital Provisória de Santa Catarina em 22 do mesmo mês³⁷³⁸. Com uma guarnição armada e forte prestígio político, Hercílio então marcha para

³² O ESTADO, 26 abr. de 1893

³³ PACHECO, 2007, p. 51

³⁴ MEIRINHO, 1979, p. 61

³⁵ O relatório anual do presidente do Estado de Santa Catarina à Assembleia Legislativa Estadual escrita por Elizeu é muito elucidativo das tensões políticas deste momento do processo, desde a sua apreensão diante da guarnição fortemente armada que, por ocasião da iniciativa da defesa civil contra a Revolta no sul, se encontrava sob o comando, em Blumenau, de Paula Ramos, até a narrativa da marcha e tomada do palácio rosado por essa mesma guarnição (SILVA, 1893).

³⁶ CORRÊA, 1984, p. 58

³⁷ MEIRINHO, 1979, p. 61-62

³⁸ PACHECO, 2007, p. 51

Desterro e, na madrugada do dia 31 de julho, abre fogo contra o Palácio Rosado com fuzis e dois canhões Krupp da Fortaleza de Santana do Estreito³⁹. Ao raiar do dia, haviam tomado, ao mesmo tempo, a Câmara Municipal e o Tesouro do Estado. O evento é narrado na carta de Elizeu à Assembleia Legislativa, que se encontrava dentro do palácio durante o ataque:

Eram 2 horas da madrugada quando começou o tiroteio sobre o Palácio da Presidência. Nem uma prevenção ou intimação precedeu esse acto de vandalismo, de que não ha exemplos em nenhuma parte, pela covardia e perversidade dos atacantes, que, emboscados em cantos diversos, faziam incessantes descargas, que só cessaram ao signal do clarim do quartel do Commando do Districto.⁴⁰

Na noite seguinte, Elizeu se retira do palácio a fim de apelar por ajuda das Forças Armadas. No entanto, ao retornar,

Calcule-se qual não foi minha surpresa quando, ao voltar pela manhã do dia seguinte, encontrei o palácio cercado por estrangeiros armados e instalado n'elle o celebre sedicioso Hercilio Pedro da Luz!...
Nessas circunstancias, vendo-me sem nenhum meio de acção, e disposto a livrar a todo o transe e a minha terra das garras da anarchia e do banditismo, e a sustentar a autonomia do meu estado, que não podia consentir fosse desorganizado, telegraphiei ao sr. vice-presidente da Republica, reclamando as providencias do art. 6º § 3º da Constituição Federal⁴¹, para manter a minha autoridade e a ordem publica⁴².

Em resposta a dito telégrafo, Floriano demonstra apoio ao governo federalista sob ataque^{43 44}, não reconhece a legitimidade do governo instalado quando da tomada de Desterro e do Palácio Rosado e destitui Hercílio Luz de seu cargo público em Blumenau. Diante dos acontecimentos, Elizeu é chamado para o Rio para dar seu parecer da situação ao presidente. No final, então, em plena Revolta Federalista, Floriano decidiu por apoiar um governo federalista em um ponto estratégico da guerra civil, o que se mostrou um erro crasso quando, em setembro do mesmo ano, uma outra revolta eclode e faz coro à primeira, escolhendo justamente Desterro como ponto de convergência estratégico^{45 46 47}. Essa revolta estoura na

³⁹ SILVA, 1893, p. 6

⁴⁰ Idem

⁴¹ O artigo e parágrafo a que Elizeu se refere diz respeito à interferência federal na política estadual: “Art.6º - O Governo federal não poderá intervir em negocios peculiares aos Estados, salvo: III - para garantir o livre exercicio de qualquer dos poderes públicos estaduaes, por solicitação de seus legítimos representantes, e para, independente de solicitação, respeitada a existencia dos mesmos, pôr termo á guerra civil;” (Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, 24 fev. 1891).

⁴² Idem, p. 9

⁴³ MEIRINHO, 1979, p. 62-63

⁴⁴ PACHECO, 2007, p. 51

⁴⁵ MEIRINHO, 1979, p. 64

⁴⁶ CORRÊA, 1984, p. 58

⁴⁷ PACHECO, 2007, p. 53

Guanabara em setembro por parte da Marinha, um reduto monarquista residual do Império, e é chamada de Revolta da Armada. Quando é declarada, Elizeu ainda se encontrava no Rio, e é preso imediatamente, instituindo no poder catarinense Nunes Pires, 2º vice-presidente do Estado. As causas da revolta diziam respeito à marginalização e sucateamento da Marinha durante o governo militar e a uma interpretação ambígua da Constituição Federal quanto à posse de Floriano quando da renúncia de Deodoro.⁴⁸ As dificuldades e dimensão da Revolta Federalista, unificada então com a da Armada, passou a requerer reconhecimento de países vizinhos, relações diplomáticas para garantias de exílio nesses países e facilidade de acesso a crédito para financiar a guerra, o que, por sua vez, requeria uma instalação fixa a fim de legitimar o movimento como um todo. Desterro, assim, foi vista como cidade ideal pois, além de ser um ponto estratégico de logística para o acesso à foz do Prata, contava com um governo federalista insuspeito de Floriano.⁴⁹ O alinhamento catarinense ao Governo Federal era forjado. Mesmo que os governantes catarinenses alimentassem Floriano de telegramas simpáticos quanto à situação nacional, secretamente se alinhavam com os revoltosos cariocas e gaúchos. O jornal federalista, ainda em setembro, narra os acontecimentos da Revolta da Armada através de telegramas recebidos da capital⁵⁰, mas não tarda a saudá-la como “libertadora”.⁵¹

O Governo Provisório

Com o apoio do governo e do capitão do porto de Desterro, o capitão de mar e guerra Frederico Guilherme de Lorena avança com a Armada revoltosa à cidade, onde abarca após resistência pífia de algumas poucas forças ainda fiéis a Floriano. Diante da presença de forças legalistas, foi assinado um documento permitindo que se retirassem pacificamente da cidade. Em uma sessão da Assembleia Legislativa em 4 de outubro, então, foi declarado oficialmente que Santa Catarina se declarava “Estado separado da União, enquanto Floriano Peixoto permanecesse na Presidência da República”.⁵² Na mesma sessão, o antigo presidente do Estado, tenente Manoel Joaquim Machado, foi convidado a reassumir seu cargo. No entanto, sete dias depois deixa o cargo e Nunes Pires retorna à cadeira presidencial.⁵³

⁴⁸ LOZADO, 2019, p. 36

⁴⁹ AXT, 2018, p. 124-125

⁵⁰ O ESTADO, 27 set. 1893

⁵¹ O ESTADO, 01 nov. 1893

⁵² MEIRINHO, 1979, p. 66

⁵³ Idem

A 14 de outubro, então, é declarado oficialmente o Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil, sob a presidência de Lorena.^{54 55 56} A partir da edição do dia 16, “O Estado” passa a divulgar os atos do novo governo, “23 decretos numerados [...] e centenas de decretos sem número, além de editais, expedientes, manifestos, ordens-do-dia e outros documentos”.⁵⁷ O “República” estava fora de circulação desde agosto, e apenas voltaria a ser impresso com o fim do Governo Provisório. Durante esses acontecimentos, as tropas federalistas atravessavam Santa Catarina e adentravam no Paraná, o anexando também aos estados rebelados. Durante toda a campanha, as cidades tomadas passavam por reformas administrativas e perseguições. O clima de guerra trazia à tona os ímpetos violentos das disputas políticas locais, mesmo quando não tinham relação com a guerra em curso, e muitas vezes resultavam em degolamentos, e a violência decorrente desse clima fez parte da vida comum catarinense ao longo desses meses conturbados.

Logo nos decretos de número 2, 3 e 4, Lorena reorganiza as Guardas Nacionais instaladas nos municípios catarinenses para que sirvam em defesa ao governo provisório⁵⁸, além de um Batalhão de Voluntários, a ser composto pela “mocidade catarinense”.⁵⁹ Nos próximos dias, variados cargos são criados e revoltosos são nomeados para cumpri-los, incluindo embaixadores nos países vizinhos a fim de obter legitimidade perante eles⁶⁰, e o Governo Provisório começa a tomar forma. Um Corpo de Exército e um Batalhão da Marinha são organizados e seus respectivos superiores são nomeados a fim de movimentar uma força de defesa da República dissidente.⁶¹ Lorena também faz uma declaração oficial de não reconhecimento de quaisquer dívidas herdadas pelo governo de Floriano Peixoto quando de sua queda, tamanha a autoconfiança da Revolta⁶².

Desterro, assim, passou a ser o ponto de convergência e de organização da Revolta, onde os mais diversos líderes se reuniam para discutir e traçar planos de ação. No entanto, conforme foi ficando cada vez mais evidente, as divergências ideológicas dos revoltosos aliadas às ambições geradas pela magnitude da Revolta entraram no caminho de uma organização coesa

⁵⁴ MEIRINHO, 1979, p. 67

⁵⁵ CORRÊA, 1984, p. 58

⁵⁶ PACHECO, 2007, p. 52

⁵⁷ CORRÊA, 1984, p. 59

⁵⁸ O ESTADO, 16 out. 1893

⁵⁹ CORRÊA, 1984, p. 61

⁶⁰ O ESTADO, 19 out. 1893

⁶¹ O ESTADO, 24 out. 1893

⁶² CORRÊA, 1984, p. 61

e forte, deixando ambíguo o foco do movimento e gerando tensão em suas linhas.^{63 64 65 66 67} Carlos H. P. Corrêa⁶⁸ aponta para inconsistências em declarações de oficiais do governo nas páginas do jornal “O Estado” que explicitam disputas internas de ideais e noções a respeito de questões governamentais, como a finalidade da Guarda Nacional e a formação ou não de uma constituinte para Santa Catarina.

Com isso, irrompem discussões a respeito da instituição de uma Junta Governativa para governar no lugar de Lorena, a quem o jornal federalista continua a defender. Como ato de defesa, o presidente cria o Superior Tribunal de Justiça da República para tratar de questões relacionadas ao governo, mas isso não acalma e as contestações ao seu militarismo e à falta de heterogeneidade na chapa de seu governo o obrigam, em 5 de março de 1894, a substituir parte de seus ministros, o que não o ajuda em nada e, em 12 de março, renuncia. Os motivos dados por Custódio de Mello em um manifesto n“O Estado” alegam ao militarismo e à necessidade de representar todos os três estados rebelados no executivo^{69 70}. Entra no poder, então, uma Junta Governativa composta por três representantes, um de cada estado do sul, que substituiu todos os ministros e desintegrou todo o Comando Geral da Guarda Nacional. Seguindo à lógica de saudar o governo instituído, o jornal passa a saudar a junta da forma como saudava Lorena.

Quanto ao governo de Santa Catarina, o ex-presidente Machado envia um ofício ao presidente Nunes Pires no dia 26 avisando que tomaria seu posto novamente, e o faz no dia seguinte sem que este pudesse dar seu parecer sobre a situação, o que condena em um manifesto^{71 72}.

A derrota da Revolta

⁶³ MEIRINHO, 1985, p. 19

⁶⁴ CORRÊA, 1984, p. 62

⁶⁵ MEIRINHO, 1979, p. 67

⁶⁶ AXT, 2018, p. 125

⁶⁷ PACHECO, 2007, p. 52

⁶⁸ CORRÊA, 1984, p. 62

⁶⁹ Idem, p. 64-65

⁷⁰ O ESTADO, 13 mar. 1894

⁷¹ Em seu manifesto, Nunes Pires escreve: “podia ter resistido a este ataque desleal à minha autonomia, não o fiz porém para evitar conflitos, preferindo deixar à Sua Excelência a responsabilidade desse ato ilegal cujas consequências funestas não são difíceis de prever-se” (MEIRINHO, 1985, p. 21), após a negligência do Ministro da Justiça sobre sua requisição de direito de resposta ao acontecido. O tom do manifesto de Nunes Pires, denunciando a politicagem e a falta de seriedade das instituições diante do que a Revolta se propunha a ser, é um exemplo emblemático das cisões e tensões internas que o movimento federalista sofreu em seu pico.

⁷² MEIRINHO, 1985, p. 21

Nesse ponto, Floriano passa à ofensiva, contando com a ajuda de oligarquias paulistas com dinheiro, soldados e materiais bélicos em troca da garantia de um paulista na cadeira presidencial⁷³. Algumas tentativas de resistência no Paraná são derrotadas, mas logo a soma de derrotas dos revoltosos começa a aumentar. Em 17 de abril, a “frota de papel”, Esquadra legalista criada por Floriano para fazer frente a Armada revoltosa, derruba as defesas de Desterro e domina a cidade. Era o fim do Governo Provisório. A 22, Antônio Moreira César assumia a cadeira presidencial, e Floriano se aproximava, enfim, dos republicanistas catarinenses.⁷⁴ Em retaliação das execuções decorrentes da guerra, uma perseguição ainda mais violenta é posta em prática contra os federalistas. Nunes Pires narra:

Encheu-se de presos tudo o que podia servir de prisão. Os calabouços e solitárias da cadeia comum, as salas da Câmara, o Quartel da Polícia, o de Linha e até o Teatro, tudo foi pouco, e foi preciso remeter para os navios de guerra os presos a medida que se enchia uma prisão, para dar lugar aos que chegavam. Esses que embarcavam levam destino de Santa Cruz [Anhatomirim]; deles bem poucos voltaram... o maior número, os outros, nunca mais regressaram dessa viagem porque uns não chegaram e muitos ali jazem para sempre.⁷⁵

Segundo levantamentos, o número de prisioneiros levados à Fortaleza de Anhatomirim que não retornaram foi de 185, mas alguns números não passam de 39.⁷⁶ As execuções não se limitaram aos soldados de frente de linha, pelo contrário. As perseguições miraram na elite ligada ao federalismo, como líderes políticos e militares, engenheiros e médicos contratados pelos revoltosos e civis. Alguns, como Manoel Joaquim Machado, conseguiram abarcar a tempo em navios estrangeiros e buscaram asilo na Argentina ou no Uruguai. Outros, como Guilherme de Lorena, não tiveram essa sorte. Os ocorridos, que deixaram a população da capital em estado de choque, marcaram a consolidação definitiva do regime republicano do Rio.⁷⁷ O impacto desse episódio é sintetizado por Rosângela Cherem:

Após Moreira César, numa sucessão de violências e medos evidenciou-se um tipo de comportamento que, de um lado, confirmava as práticas em busca de favores e proteções e, de outro, definia a ausência de qualquer mobilização em torno de alguma causa para além da individual.⁷⁸

⁷³ PACHECO, 2007, p. 52

⁷⁴ MEIRINHO, 1979, p. 69

⁷⁵ NUNES PIRES apud MEIRINHO, 1979, p. 71

⁷⁶ PACHECO, 2007, p. 53

⁷⁷ CORRÊA, 1984, p. 65

⁷⁸ CHEREM apud PACHECO, 2007, p. 53

A responsabilidade pelo massacre é atribuída, por alguns, a Floriano e, por outros, a Moreira César. Ao que tudo indica, no entanto, é que a articulação do ato foi do segundo, mas foi possível apenas diante da conivência do primeiro^{79 80}. E, mesmo assim, sendo estrangeiro na cidade, Moreira César precisou contar com apoio fiel de republicanistas locais na perseguição e no massacre. Como última consequência, a cidade de Desterro foi cunhada de Florianópolis em homenagem ao presidente que a “pacificou”. Após esses incidentes, as frentes de batalha da Revolta foram aos poucos suprimidas. Gumercindo Saraiva morreu após semanas de recuos e perdas dramáticas, em 10 de agosto.

Nas eleições de 1894, não havia opositores para os republicanistas em Santa Catarina, e não haveria por um bom tempo. Conforme acordado durante a Revolta, e por um número de outras questões, como a preponderância política do Partido Republicano Paulista, um paulista, Prudente de Moraes, assume o executivo nacional, marcando o fim dos governos militares e o início de uma república que ainda tardaria por muito tempo a resolver suas questões remanescentes de eras passadas, algumas jamais resolvendo.

Considerações finais

Um cenário político mal consolidado e volátil, marcado pela desigualdade social e pelo surgimento de lideranças regionais, conforme o comum em tais circunstâncias, é terreno fértil para um conluio de ideologias que, não raro, mais dizem respeito aos interesses circunstanciais de determinados indivíduos ou grupos do que a ideais elaborados com um projeto definido. O ímpeto pela preponderância domina a ponderação coerente, e conflitos de interesses surgem que, na ausência de um poder regulador estabelecido ou reconhecido, evoluem para projetos de poder próprios, e as vítimas são os que são pegos pelo fogo cruzado. Não foram encontrados levantamentos concretos de mortos pela guerra em Santa Catarina, mas os milhares de soldados de cada lado diante da dinâmica da guerra de movimento aliados a disputas políticas locais tiveram um impacto marcante na vida das pessoas que os testemunharam. O governo do conluio federalista dava promessas de sucesso, mas sua base foi seu desando, sendo impossível conciliar o conflito de ambições que veio com essa promessa, sendo cunhado, ainda na época, de “*governicho*”⁸¹, e já apresentava claros sinais de desgaste muito antes de sua derrota, contra a qual não houveram forças sólidas para resistir.

⁷⁹ PACHECO, 2007, p. 53

⁸⁰ MEIRINHO, 1979, p. 72

⁸¹ AXT, 2018, p. 125

A Guerra Federalista marca o estabelecimento da república civil no Brasil, uma república notoriamente antipopular e muito pouco “republicana” no estrito senso da palavra. A guerra foi consequência das estruturas e dos projetos de poder conflitantes em operação dentro do país e fora dele, mas seu fim não significou o fim dessa tensão. Conforme as décadas subsequentes mostraram, insatisfações diversas, por parte de variados grupos sociais, culminaram em outras revoltas que reivindicariam, além de suas respectivas pautas, uma participação política que o aparato político institucional republicano não fornecia. Em Santa Catarina, notoriamente, a Guerra do Contestado misturaria pautas religiosas a sociais conforme a convergência de inimigos em comum do Estado se organizou em um conluio, não de maneira diferente da Guerra Federalista, mas em menor escala.

Foi com violência e supressão de oposições que a República Brasileira veio a ser, foi assim que se manteve, e é assim que se mantém, dividida e desigual. A Guerra Federalista não foi uma revolta popular *per se*, mas pautas populares certamente compuseram seu amplo espectro ideológico, e o direito a reivindicá-los foi suprimido junto com todas outras pautas e projetos componentes dele. Isso não significa, no entanto, que a guerra fosse “justa” ou que, caso tivesse vencido, a república teria um caráter menos elitista e mais democrático – isso é impossível afirmar. Mas ela foi um processo importante na formação do Brasil republicano, inclusive – e talvez especialmente – de Santa Catarina, onde o nome dos heróis de guerra republicanistas e seus descendentes ainda figuram nas ruas, pontes, clubes, monumentos e municípios, e sua política foi predominante por muito tempo.

Bibliografia

AXT, Gunter. A Revolução Federalista (1893-1895): guerra civil no Brasil. **Revista IHGB**, Rio de Janeiro, a. 178 (477), p. 107-135, maio/agosto 2018.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a república que não foi**. 3^a ed. 13^a reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

CORRÊA, Carlos H. P. O governo provisório da República dos Estados Unidos do Brasil em Santa Catarina: 1893 – 1894. **Estudos Ibero-Americanos**, v. 10, n. 2, p. 55-68, Porto Alegre, 1984.

COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à república: momentos decisivos**. 6.ed. S. Paulo: Editora da UNESP, 1999.

COSTA, Marcus Vinicius da. A Revolução Federalista (1893-1895): o contexto platino, as redes os projetos e discursos construídos pela Elite Liberal-Federalista. **Revista Eletrônica História em Reflexão**, Dourados, v. 3, n. 6, dez. 2009.

LOZADO, Vitória Ferraz. A Revolução Federalista em Santa Catarina: uma análise através da ótica micro-histórica. **Revista Santa Catarina em História**, Florianópolis, volume 13, número 1, p. 33-41, 2019.

MEIRINHO, Jali. **A República em Santa Catarina (1889-1900)**. Dissertação (Mestrado em História) – Curso de Mestrado em História, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 1979.

MEIRINHO, Jali. Documento dá nova interpretação à Revolução Federalista em Santa Catarina. **ÁGORA: Arquivologia Em Debate**, v. 1, n. 2, p. 19–22, 1985.

O ESTADO: Orgam do Partido Republicano Federalista. Desterro, 02 nov. 1892.

O ESTADO: Orgam do Partido Republicano Federalista. Desterro, 07 fev. 1893.

O ESTADO: Orgam do Partido Republicano Federalista. Desterro, 11 fev. 1893.

O ESTADO: Orgam do Partido Republicano Federalista. Desterro, 26 abr. 1893.

O ESTADO: Orgam do Partido Republicano Federalista. Desterro, 27 set. 1893.

O ESTADO: Orgam do Partido Republicano Federalista. Desterro, 01 out. 1893.

O ESTADO: Orgam do Partido Republicano Federalista. Desterro, 16 out. 1893.

O ESTADO: Orgam do Partido Republicano Federalista. Desterro, 19 out. 1893.

O ESTADO: Orgam do Partido Republicano Federalista. Desterro, 24 out. 1893.

O ESTADO: Orgam do Partido Republicano Federalista. Desterro, 13 mar. 1894.

PACHECO, Diego. Conchavos e Permanências: Disputas, arranjos e práticas políticas na formação das oligarquias republicanas catarinenses (1889 – 1930). **Revista Santa Catarina em História**, Florianópolis, volume 1, número 1, p. 47-58, 2007.

PEREIRA, Ledit de Paula. **O positivismo e o liberalismo como base doutrinária das facções políticas gaúchas na revolução federalista de 1893-1895 e entre maragatos e chimangos de 1923**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, p. 173, 2006.

REPUBLICA. Desterro, 09 ago. 1892.

REPUBLICA. Desterro, 01 nov. 1892.

SILVA, Elizeu Guilherme da. **Mensagem do Presidente do Estado de Santa Catarina à Assembleia Legislativa Estadual**. Desterro, 07 ago. De 1893.

Arte Não Autorizada? Pichações e imprensa digital em Florianópolis na última década (2013-2020)

Unauthorized art? Graffiti and the online press in Florianópolis in the last decade (2013-2020)

Ana Beatriz Brüggemann¹

Resumo: Este artigo é componente avaliativo da disciplina de História de Santa Catarina do curso de História da UFSC. Nele, propõe-se um trabalho com a imprensa digital de Florianópolis, a fim de compreender qual o papel dessa como força ativa na manutenção de um projeto de higienização do Centro da cidade. O objeto proposto é a pichação, na qual já venho desenvolvendo pesquisa associada ao Programa de Ensino Tutorial. O objetivo colocado é, partindo da metodologia de análise das fontes escolhidas, perceber como os jornais digitais da região avaliam a pichação e se as narrativas contribuem para a marginalização da prática e expulsão dos praticantes. Como conclusão, percebe-se que as matérias analisadas funcionam como força ativa no sentido de criar uma opinião pública de rejeição da prática, além de perpetuar o ideal de higienização do Centro da cidade, que se estende desde o início do século XX.

Palavras-chave: Imprensa digital; Pichação; Urbano; Florianópolis.

Abstract: This article emerged as an evaluative component of the course on History of Santa Catarina in the History Undergraduate Program at UFSC. Its proposal is to work with the Florianópolis online press in order to understand the media's stance as an active force in the maintenance of a sanitation project in downtown Florianópolis. The proposed object of study is the graffiti, about which I have already been developing research related to the Tutorial Teaching Program. Based on the methodology of analysis from the chosen sources, the objective of the article is to understand how the online newspapers in the region evaluate Graffiti and whether their narratives contribute to the marginalization of the practice and expulsion of the practitioners. In conclusion, it is noticed that the analyzed press matters works as an active force in the direction of creating a public opinion of rejection of the practice, in addition to perpetuating the downtown Florianópolis sanitation ideal, which has been going on since the beginning of the 20th century.

Keywords: Online press; Graffiti; Urban; Florianópolis;

Introdução

Como motivação para a escrita deste estudo, trago a carga da pesquisa que realizei no Programa de Ensino Tutorial em História da UFSC, que pretendia entender as relações entre a arte de rua, na qual escolhi as práticas de graffiti e pichação para me debruçar, e o ambiente

¹ Graduanda do curso de História pela Universidade Federal de Santa Catarina. Bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET) em História da UFSC. Contato: anabrgmn@gmail.com

urbano de Florianópolis. Além disso, a pesquisa buscava compreender os diferentes usos dessas práticas ao longo da história, dando atenção especial para o período de emergência delas no Brasil: final da década de 60, quando o país enfrentava o regime ditatorial².

Quando realizei a pesquisa citada, percebi a escassez de estudos acerca da arte de rua com foco no graffiti e na pichação em Florianópolis, principalmente no campo da História. Uma das pesquisas que encontrei e que merece destaque foi a do historiador, artista e arte educador Nichollas Munhoz, que fez um trabalho incrível de história oral, explorando a memória dos artistas de rua de Florianópolis³. Ainda assim, são poucos os artigos e monografias de historiadores que se debruçam sobre o tema dentro de um recorte espacial que contemple a cidade. Pensei, então, que eu pudesse fazer a minha contribuição para o tema a partir deste artigo.

Partindo, portanto, de uma conversa com a História Social, pretendo analisar como a imprensa local vem se posicionando na última década em meio às disputas e tensões estabelecidas no ambiente urbano, cujo recorte espacial determinado é o Centro de Florianópolis. Verificando, ainda, se existe uma continuidade histórica presente no discurso identificado, com ajuda da obra do professor Hermetes Reis de Araújo, *A Invenção do Litoral*⁴, em que fala sobre as reformas urbanas na ilha de Desterro durante o período da Primeira República.

História e Imprensa – considerações teórico-metodológicas

Para entender a escolha da fonte utilizada, primeiro, deve-se compreender o contexto em que esse estudo está sendo escrito. A pandemia da Covid-19 nos restringe como pesquisadores no que tange ao trabalho em campo: pesquisas em arquivos, acervos físicos, encontros para registros de entrevistas e outras tantas formas de coletar fontes ficam impossibilitadas. O trabalho utilizando a imprensa como fonte, por outro lado, se torna uma das formas mais acessíveis de pesquisa, ainda mais na sua forma digital, cuja disseminação se dá com rapidez. É uma fonte que está ao nosso alcance em qualquer momento, bastando alguns cliques, seja no celular, computador ou tablet. Muitas vezes, as notícias não precisam ser nem mesmo procuradas, elas acabam surgindo na nossa tela como sugestão de leitura enquanto rolamos as linhas do tempo das nossas redes sociais. Tendo isso em vista, percebemos como ela faz parte do nosso cotidiano como cidadãos, se tornando uma grande formadora de opinião.

2 A pesquisa pode ser acessada a partir do link bit.ly/visaoparaofuturo.

3 MUNHOZ, Nichollas Bichuete, 2014.

4 ARAÚJO, Hermetes Reis de., 1989.

Cruz e Peixoto⁵ falam sobre essa força da imprensa, e nos ajudam a estabelecer uma metodologia de tratamento das fontes. Para as autoras, as fontes da imprensa não podem ser colocadas como expressões neutras da realidade, assim como nenhuma outra fonte. A imprensa surge como uma ferramenta dentro da luta burguesa por hegemonia inserida no sistema capitalista, e deve ser vista de tal forma:

Questão central é a de enfrentar a reflexão sobre a historicidade da Imprensa, problematizando suas articulações ao movimento geral, mas também a cada uma das conjunturas específicas do longo processo de constituição, de construção, consolidação e reinvenção do poder burguês nas sociedades modernas, e das lutas por hegemonia nos muitos e diferentes momentos históricos do capitalismo. Pensar a imprensa com esta perspectiva implica, em primeiro lugar, tomá-la como uma força ativa da história do capitalismo e não como mero depositário de acontecimentos nos diversos processos e conjunturas.⁶

E, utilizando-se das ideias de Robert Darnton, elas situam a imprensa, dentro da história social, como uma força social ativa:

Como indica Darnton, é preciso pensar sua inserção histórica enquanto força ativa da vida moderna, muito mais ingrediente do processo do que registro dos acontecimentos, atuando na constituição de nossos modos de vida, perspectivas e consciência histórica.⁷

A imprensa é tratada por elas, portanto, como uma força que, mais do que refletir a realidade, é capaz de formar para a realidade quando cria e modifica consciências. Tendo isso como pressuposto, entendemos que a imprensa, com a força que tem e servindo como ferramenta na luta por hegemonia, pode servir a projetos de sociedade, já que os veículos “delimitam espaços, demarcam temas, mobilizam opiniões, constituem adesões e consensos”⁸.

Consideramos, também, o ambiente urbano como um palco de disputas, seguindo Habermas quando se refere ao espaço público “como esfera de ação política, [...] [e] chama a atenção para a cidade como um local de encontro entre concepções e práticas diferenciadas.”⁹. Os centros urbanos, são, nesses moldes, espaços onde experiências de diferentes grupos sociais são compartilhadas. E espaços, também, aos quais cada grupo pode dar significado de acordo com suas memórias e experiências. A relação entre urbano e população é, portanto, uma relação dialética, já que estes formam e são formados um pelo outro e, “nessa direção, o centro de

5 CRUZ, Heloisa de Faria, 2007.

6 CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 257.

7 Ibidem.

8 Ibidem, p. 258.

9 HABERMAS, 1984 apud BARREIRA, 2010, p. 259

idades passou a constituir um dos locais de produção de práticas culturais e políticas baseadas em evocações à memória, simbolizando a ideia de um espaço público a ser ativado e reconstruído”¹⁰.

Tendo isso em vista, podemos imaginar que diferentes interesses permeiam a cidade, e esses podem se chocar, criando tensões e conflitos. Então, mobilizamos esforços a fim de compreender onde os veículos de imprensa locais, como forças sociais ativas, se situam nessas disputas em relação ao nosso objeto de estudo: a pichação.

Para a análise das fontes de imprensa, Cruz e Peixoto sugerem algumas etapas. A primeira delas consiste em identificar a fonte, coletar informações como título, subtítulo e datas relacionadas a publicação¹¹. A segunda etapa refere-se ao projeto gráfico e editorial, quando se percebe como os conteúdos estão distribuídos nas páginas, se existem imagens, charges ou outros elementos visuais¹². Ainda nesse momento faz-se necessário coletar informações sobre quem faz parte do grupo editorial do veículo de imprensa em questão, quem são as “forças sociais”, “proprietários, diretores, redatores”, quais os “espaços de circulação”¹³. E, por último, após ter em vista todas essas características do veículo, se

Propõe o aprofundamento da análise do projeto editorial do periódico na conjuntura por meio de uma leitura mais detida e cuidadosa de seus “conteúdos”, problematizando o movimento do jornal enquanto força ativa - atenta às questões, sujeitos sociais, espaços e temas que prioriza na agenda pública - naquele campo da hegemonia e as articulações entre presente, passado e futuro que embasam sua perspectiva histórica.¹⁴

Essa leitura deve buscar encontrar elementos no texto da matéria que nos revelem quais as propostas de “Intervenções na Agenda Pública; Principais Temas e Campanhas Gerais; Posicionamentos Políticos Explícitos Perspectiva Histórica; Construção de Temporalidade; Constituição de Sujeitos Sociais, proposta de alinhamentos e negociação de pactos políticos”¹⁵.

Cabe ressaltar, novamente, que as autoras veem a imprensa “como espaço privilegiado de poder e mobilização da opinião pública, [que] atua sob normas e condições que expressam uma determinada correlação de forças com as quais interage de forma ativa”¹⁶. Pretendo, nesta etapa, entender como a imprensa vem se mobilizando ao longo da última década para criar

¹⁰ BARREIRA, 2010, p. 260.

¹¹ CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 265.

¹² Ibidem, p. 266.

¹³ Ibidem.

¹⁴ Ibidem.

¹⁵ Ibidem, p. 267.

¹⁶ Ibidem.

discursos sobre o ambiente urbano – colocando-se, portanto, neste campo de disputas –, discursos esses que criam uma perspectiva de futuro e correspondem a um projeto de espaço urbano ideal.

O que é a pichação?

Ao andarmos pelas ruas, não só do Centro de Florianópolis como também de outros bairros, é comum nos depararmos com escritas nos muros das casas, dos bancos, do comércio, dos prédios abandonados, dos *outdoors*, das placas, e em tantos outros elementos que compõem o espaço urbano. São escritas que nem sempre conseguimos, como transeuntes, identificar o significado, pois possuem uma caligrafia própria. Geralmente, elas são feitas com *spray* ou caneta¹⁷. Algumas trazem mensagens longas, outras são *tags* – “assinaturas” – de grupos ou dos próprios artistas. Essa prática se popularizou no Brasil durante o período ditatorial quando, segundo Franco, existiam pichadores que protestavam contra o regime, ao mesmo tempo em que outros priorizavam a questão estética e poética¹⁸, associados ou não à cultura *Hip-Hop*¹⁹. Hoje, em território nacional, ela é criminalizada pelo artigo 65 da lei 9.605/98²⁰, colocada como vandalismo, mesmo que a prática interfira na cidade somente de maneira estética, sem impossibilitar a utilização do objeto pichado.

Aqui, olharemos para a pichação como uma prática artística e manifestação social portadora de significado pelos grupos que a realizam. Grupos que encontram nos muros do urbano um espaço para manifestação, porque outros espaços públicos os foram historicamente negados, tendo em vista que essa é uma prática que surgiu na periferia e foi apropriada por populações que buscavam espaços no debate público – é o caso dos estudantes e trabalhadores durante o período ditatorial²¹.

17 Para entender um pouco mais sobre as características das pichações de Florianópolis, consulte: MUNHOZ, Nichollas Bichuete. Pichadores de Florianópolis: memória e relações de grupo em meio a metrópole contemporânea. 2014. 87 f. TCC (Graduação) - Curso de História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

18 FRANCO, 2009, p. 33.

19 Foi por meio da cultura *Hip-Hop* que a pichação emergiu nos bairros pobres dos Estados Unidos, popularizando-se, posteriormente, no Brasil. Você pode saber mais acessando o conteúdo criado por mim em conjunto com o PET História UFSC: bit.ly/visaoparaofuturo.

20 PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA DA CASA CIVIL. **Lei Nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998**. Brasília, BRASIL, 13 fev. 1998.

21 Thiago Soares fala sobre essa e outras questões relacionadas ao uso da pichação durante o período da ditadura empresarial-militar brasileira em sua obra: SOARES, Thiago Nunes. Gritam os muros: pichações e ditadura civil-militar no Brasil. Curitiba: Appris, 2018.

Gonçalves e Estrella falam sobre como a arte de rua se coloca como um meio de comunicação e resistência frente ao sistema vigente:

Atualmente a vida cotidiana contemporânea se constitui também e, especialmente, pelo atravessamento dos sistemas tecnológicos de comunicação e de seus jogos discursivos de poder. É nesse cenário que a arte urbana assume um papel efetivo de re-convocação dos sentidos e da reflexão sobre nossa atual condição urbana. Ao se lançar nessa missão de atravessar e interferir no fluxo de vida, especialmente o cotidiano urbano, a arte negocia com o sistema vigente e, mais uma vez, retoma, de outra forma, a sua condição de força de resistência.²²

Dessa forma, a pichação pode ser vista como uma forma de o artista, por meio da cidade, se comunicar com o transeunte. E ela possui, ainda, uma força de questionar o sistema, carregando, se quiser, uma opinião política capaz de mobilizar. É uma das forças que se impõem no ambiente urbano, assim como a imprensa, da qual tratamos anteriormente. Em seguida, analisaremos como essas forças se relacionam pensando no ambiente urbano do Centro de Florianópolis na última década.

Pichação e Imprensa: apenas um dos conflitos no urbano

Para a realização dessa análise, selecionei seis matérias veiculadas digitalmente entre os anos de 2013 a 2020, cuja redação trazia a palavra “pichação” em algum momento no corpo do texto. Apesar de digitais, todos os veículos de imprensa que serão aqui mencionados são também televisivos.

Antes de identificarmos cada uma das matérias, pretendo entender quem são cada um dos veículos que as circulam. Três dos artigos encontrados são do Grupo ND, cujo canal televisivo corresponde à filial catarinense da Rede Record. *Online*, o jornal recebe o nome de ND+ (NDmais). Em sua página institucional, o jornal assume sua “identidade corporativa como Grupo empresarial independente”²³, ressaltando a importância da comunicação regional, colocando como visão “Ser líder em mídia regional, com produtos e serviços de excelência e inovadores, gerando resultados crescentes para clientes, o grupo e sociedade.”²⁴. Algumas outras informações são igualmente importantes. Como missão, coloca contribuir “com o desenvolvimento socioeconômico de Santa Catarina e do Paraná”²⁵ citando inclusive o PIB dos dois estados. Por último, coloca seus valores. Quero destacar aqui os seguintes: “Defender

22 GONÇALVES; ESTRELLA, 2007, p. 104.

23 Grupo ND, [s.a].

24 Ibidem.

25 Ibidem.

a democracia, a liberdade de expressão e a livre iniciativa; Pluralidade de informação, opinião e compromisso com a ética.”²⁶.

A partir dessas informações, podemos reconhecer algumas características do veículo. Quando coloca que sua visão é ser líder em mídia regional defende, de certa forma, o monopólio dessa mídia. Quando assume sua preocupação com o desenvolvimento socioeconômico vê-se que a prioridade é a economia, isso fica ainda mais nítido quando fala sobre livre iniciativa. Entretanto, um de seus valores propõe pluralidade de informação e opinião, veremos como esses valores refletem nas matérias encontradas.

Vamos começar pela análise de uma matéria veiculada pelo ND+ em 2017. Seu título é “Pichadores vandalizam mobiliário urbano e prédios no Centro de Florianópolis”, cuja descrição é “Segundo a Câmara dos Dirigentes Lojistas, um em cada três imóveis no Centro Histórico estão pichados. Neste primeiro semestre, apenas um flagrante foi realizado pela PM”²⁷. A matéria foi escrita por Michael Gonçalves e sua circulação se deu no site do ND+, de forma *online*. Ao longo da matéria encontramos duas imagens, a primeira é de um dos entrevistados pelo jornal, o empresário Rafael Althoff, em frente a prédios pichados. A segunda é de uma pichação feita em uma base da polícia militar no Centro.

Logo no início da matéria, Gonçalves faz uma diferenciação entre o grafitti e a pichação: “Diferente do grafite, arte que valoriza os espaços públicos e privados, as pichações estão tirando o sossego de comerciantes, empresários e população em geral de Florianópolis.”²⁸. O grafitti, justamente pela diferença estética em relação à pichação, é normalmente mais aceita pela sociedade civil. O que pouco se sabe é que as duas práticas vêm de uma origem comum, e que muitas vezes quem grafita também picha²⁹.

O texto conta com algumas entrevistas e percebemos a repulsa de todos os entrevistados em relação à prática da pichação. Rafael Althoff, por exemplo, faz um elogio a João Dória, pelo projeto Cidade Linda, que apagou dezenas de expressões das paredes da cidade de São Paulo, falando que essa operação deveria se repetir na cidade de Florianópolis.

A matéria associa a pichação à sujeira, vandalismo, crime, coloca o texto da lei que a criminaliza em seu corpo, não abre margem para questionamentos sobre as motivações que a faz existir. Os seus praticantes são criminosos. Entretanto, o que vemos no Centro da cidade,

²⁶ Ibidem.

²⁷ GONÇALVES, 2017.

²⁸ Ibidem.

²⁹ FRANCO, 2009, p. 20.

principalmente em relação ao patrimônio público são prédios históricos que aparentam estar sem manutenção há anos, o que impossibilita o uso do patrimônio por parte da população, inversamente às pichações, que são escritas que alteram apenas esteticamente o objeto.

Uma outra fala emblemática no corpo da matéria é a de Rafael Salim José:

O diretor de Desenvolvimento da CDL Florianópolis e coordenador do Núcleo do Centro Histórico, Rafael Salim José, afirmou que a cada três imóveis na região, um sofreu vandalismo por pichação. Para o diretor, o poder público precisa incentivar a ocupação dos espaços que deixaram de ser frequentados pelas famílias. “Estamos desenvolvendo um trabalho para revitalizar o Centro Histórico, porque acreditamos que ninguém se preocupa quando um local abandonado é vandalizado. Espaços bem cuidados são ocupados por pessoas de bem, que evitarão atos de pichadores. Os empresários também devem se unir e por meio de troca de informações para os órgãos responsáveis identificar os infratores”, destaca.³⁰

Duas questões podem ser levantadas a partir desse trecho retirado da matéria. A primeira delas, a associação das “pessoas de bem” àquelas que compõem um núcleo familiar e somente. Outra questão muito tocada quando se fala na “vandalização” dos espaços é em como revitalizá-lo, porque se acredita que o local está esvaziado, abrindo margem para a prática. Barreira fala sobre como os projetos de revitalização podem ser resultado de uma perda de hegemonia de poder no espaço público, quando “No intuito de ordenar espaços e devolver ao centro o papel hegemônico perdido, as políticas urbanas contemporâneas vêm procurando fomentar ações culturais diferenciadas.”³¹ A ideia de revitalização está também associada ao ideal que se procura atingir e qual parte da população deve frequentar o espaço público. Segundo o trecho do artigo do ND+, famílias podem frequentar, pichadores devem ser evitados e, se possível, presos.

Ao que o texto da matéria indica, o jornal buscou ouvir e unir forças à reivindicação dos lojistas do Centro da cidade, pois entende que estes são os que têm mais prejuízos por conta da pichação.

A segunda matéria, veiculada ainda pelo ND+, contrapõe o que chama de “arte pública” às pichações. Escrita pelo jornalista Marcos Cardoso, que analisa, como sua curta biografia junto à matéria diz, a sociedade e os eventos culturais da região. O título é “Arte pública contrasta com pichações no Centro de Florianópolis”³² e a matéria foi veiculada em julho de 2020 dentro da categoria “cultura” do jornal. As palavras que o jornalista associa às pichações

³⁰ GONÇALVES, 2017.

³¹ BARREIRA, 2010, p. 256.

³² CARDOSO, 2020.

são “melancolia” e “dó”. O texto em si é muito pobre em questão de informação. Traz exatamente quatro frases em relação às pichações e, posteriormente, insere imagens das esculturas artísticas que, segundo Marcos, contrastam com a melancolia da prática do picho e o abandono dos prédios.

O que podemos tirar dessa matéria é, principalmente, essa contraposição que retira totalmente a possibilidade de as pichações serem consideradas manifestações artísticas. O texto faz juízo de valor, onde as esculturas “compensam” a tristeza a que as pichações remetem. Não existe a chance de quem produz as pichações não serem vândalos, essa é a única alternativa que lhes é colocada.

A próxima e última matéria veiculada pelo ND+ foi escrita por Moacir Cardoso, cito aqui a pequena biografia que acompanha seu nome na página da matéria: “Notícias, comentários e análises sobre política, economia, arte e cultura de Santa Catarina com o melhor comentarista político de Santa Catarina. Fundador do Curso de Jornalismo da UFSC. Integrante da Academia Catarinense de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, é autor de 53 livros publicados.”. Essa matéria é interessante, pois traz somente um parágrafo escrito e um vídeo de um cinegrafista amador. Moacir Pereira, jornalista influente e de longa carreira, não conseguiu escrever mais de um parágrafo sobre a manifestação das pichações no Centro da cidade.

A matéria intitulada “Centro histórico de Florianópolis: sujeira, pichações, lojas fechadas, abandono”³³ foi veiculada em dezembro de 2020, quando, assim como a anterior, já estávamos sob a pandemia da Covid-19. O título é acompanhado por um subtítulo “Dá uma tristeza circular pelas ruas João Pinto, Tiradentes e adjacências”³⁴. A matéria está situada dentro da categoria “política brasileira” do jornal. O parágrafo único presente na página diz:

A situação das vias situadas no lado sul da Praça XV de Novembro, centro histórico de Florianópolis, está uma vergonha, no mais completo abandono. As ruas Tiradentes e João Pinto transformadas em “terra de ninguém”: lojas fechadas pela crise, paredes tomadas de pichações, colchões e caixas de papelão nas calçadas e craqueiros tomando conta. Uma tristeza. E uma vergonha.³⁵

Acredito que a crítica de Moacir está associada aos comércios terem sido fechados durante parte da pandemia, mas ele não deixa de associar as pichações à ideia de abandono e sujeira.

³³ PEREIRA, 2020.

³⁴ Ibidem.

³⁵ Ibidem

Essa associação com o abandono é muito comum quando falamos em pichação. Mas se as pichações são parte dos significados que seus praticantes dão para o urbano, teoricamente essa associação não deveria fazer sentido. É, de fato, um ambiente que está sendo ocupado, mas não de maneira que siga o ideal de ambiente urbano que o jornal prega.

Apesar de o ND+, veículo de imprensa analisado acima, pregar a pluralidade de informação e opinião como um de seus valores, o que vemos em relação ao tema proposto é uma linha de raciocínio única: pichação colocada como sujeira, vandalismo, abandono, atentado contra a propriedade privada e o patrimônio público, crime.

A próxima matéria é de 2015 e foi veiculada no *site* do G1 Santa Catarina. O G1 é um veículo nacional do Grupo Globo e assume grande visibilidade. Seu diretor geral de jornalismo é Ali Kamel, jornalista e sociólogo que tem obras em crítica ao antigo presidente Lula e à sua política de cotas raciais, e o coordenador local responsável pela subdivisão correspondente ao estado de Santa Catarina é Fabrício Vitorino, que também é gerente de conteúdo da rede NSC.

O portal G1 conta com uma página “Princípios Editoriais do Grupo Globo”³⁶. Uma das partes que acredito valer a pena mencionar é o princípio colocado da isenção, onde são abordados alguns tópicos, entre eles:

[...]

a) Os veículos jornalísticos do Grupo Globo devem ter a isenção como um objetivo consciente e formalmente declarado. Todos os seus níveis hierárquicos, nos vários departamentos, devem levar em conta este objetivo em todas as decisões;

b) Na apuração, edição e publicação de uma reportagem, seja ela factual ou analítica, os diversos ângulos que cercam os acontecimentos que ela busca retratar ou analisar devem ser abordados. O contraditório deve ser sempre acolhido, o que implica dizer que todos os diretamente envolvidos no assunto têm direito à sua versão sobre os fatos, à expressão de seus pontos de vista ou a dar as explicações que considerar convenientes;

[...]

i) O Grupo Globo é apartidário, e os seus veículos devem se esforçar para assim ser percebidos;

[...]

l) O Grupo Globo é independente de governos, e os seus veículos devem se esforçar para assim ser percebidos;

m) O Grupo Globo é independente de grupos econômicos, e os seus veículos devem se esforçar para assim ser percebidos. Por esse motivo, as decisões editoriais sobre reportagens envolvendo anunciantes serão tomadas a partir dos mesmos critérios usados em relação aos que não sejam anunciantes;

[...]37

³⁶ Grupo Globo, [s.d.].

³⁷ Ibidem.

O alfabeto de tópicos é extenso, alcançando a letra Z. Coloco aqui somente os que acredito serem mais interessantes para nosso estudo. Tendo em vista a importância que o jornal dá para a isenção, percebemos que há uma busca ferrenha pela neutralidade em suas matérias. O tópico “b)” dá a entender que essa neutralidade pode ser alcançada pela diversidade de pontos de vista abordados nas reportagens.

A notícia encontrada veiculada no G1 SC em agosto de 2015 recebe o título “Centro histórico de Florianópolis é alvo frequente de pichadores”, com o subtítulo “Polícia militar afirma que vai intensificar fiscalização. Câmeras de monitoramento não flagraram autores.”³⁸. Como autor, a matéria coloca somente o grupo G1 SC.

O corpo do texto conta com um vídeo – que está fora do ar, provavelmente pelo fato de a matéria ser antiga – e duas imagens de pichações. A matéria trata a pichação somente como crime, contando com depoimento de um comandante do 4º batalhão da PM:

Crime

Quem for flagrado pichando vai responder criminalmente pelo ato de vandalismo. "Pode resultar inclusive em prisão dependendo do patrimônio e do grau de destruição que ele promove", afirma o comandante do 4º Batalhão da PM.³⁹

Crime e vandalismo são as associações à pichação feitas pelo portal, que ainda ressalta a dificuldade para flagrar e prender os praticantes. Para além disso, a notícia não traz reflexões, apenas fala dos esforços da polícia militar para identificar os pichadores.

Algo que eu gostaria de destacar é acerca da segunda imagem colocada no artigo. É a imagem de uma pichação que questiona “pátria educadora?”. A pichação, claramente carregada de crítica social, não recebe nenhum tipo de reflexão ou esclarecimento em relação ao que significa, cuja legenda só faz referência à busca pelos autores: “Câmeras de monitoramento não flagraram autores (Foto: Reprodução/RBS TV)”⁴⁰

A última matéria da nossa lista foi veiculada pelo NSC Total, filial da Globo em Santa Catarina, que não possui página própria para falar quem são sua equipe e colaboradores, nem para falar suas perspectivas, visões, princípios ou valores. Entretanto, sabemos que assim como o G1 SC, está sob comando do gerente de conteúdo Fabrício Vitorino. É importante citar também que o site limita acessos. A partir da leitura de dois artigos, você só conseguirá ler a terceira ao assinar o Clube NSC, pago mensalmente, o que, de certa forma, restringe o público

³⁸ G1 SC, 2015.

³⁹ G1 SC, 2015.

⁴⁰ Ibidem.

do portal. Além disso, inclusive a leitura da matéria gratuita é dificultada pelo surgimento de anúncios do Clube NSC inúmeras vezes sobre o texto.

Esse artigo é o mais antigo dos selecionados, foi postado em agosto de 2013 e faz parte de uma série de reportagens dedicadas ao Hip Hop Floripa. O título é “Em Florianópolis, a arte urbana incorpora elementos do folclore e do mar”, o subtítulo “Na última reportagem da série Hip Hop Floripa o assunto é o grafite”⁴¹, cuja autoria é dada para a Redação do NSC. Na verdade, o artigo pretende falar sobre o grafitti, mas em um momento vê a necessidade de diferenciar a prática da pichação:

Grafite ou pichação?

Aos que ainda têm dúvida sobre a diferença entre grafite a pichação, a lei brasileira esclarece: o que os diferencia é a intenção e qualidade. A Lei 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, colocava o grafite no mesmo nível da pichação e o proibia. Em 2011, a Lei 12.408, de 25 de maio de 2011, legalizou a expressão: “Não constitui crime a prática de grafite realizada com o objetivo de valorizar o patrimônio público ou privado mediante manifestação artística, desde que consentida pelo proprietário”.⁴²

Esse excerto é interessante pois traz informações sobre como o portal vê a prática da pichação.

Primeiro, coloca que o que define a diferença entre as práticas do grafitti e da pichação é a lei – um não é crime, o outro é. Quem define não são os praticantes. Coloca intenção e qualidade como as principais diferenças. O ato de negar a qualidade ignora, por exemplo, o fator de os praticantes estudarem caligrafia. Ignora que a forma que a pichação também é resultado de um acúmulo de conhecimento e estudo. Além disso, segundo Munhoz, o pichador precisa também compreender uma série de códigos relacionados à prática, aos grupos praticantes e às especificidades do local onde pratica⁴³.

Ainda sobre o trecho anterior, o texto coloca a intenção como uma diferença entre o grafitti e o picho. Mas qual a intenção do picho? Ele não especifica.

Antes mesmo de colocar essa diferenciação entre as duas expressões de arte urbana, o texto afirma algumas vezes que o caráter que o grafitti assume em Florianópolis é “mais leve” do que sua forma tradicional: “Se o grafite nasceu como uma forma de expressar as dificuldades, de criticar e desabafar, em Florianópolis ele é mais colorido e leve, incorporando a proximidade com o mar e o folclore local”⁴⁴. Entendo que a intenção da redação é valorizar

⁴¹ Redação NSC, 2013.

⁴² Ibidem.

⁴³ MUNHOZ, 2014, p. 26.

⁴⁴ Redação NSC, 2013.

o grafitti e o trabalho dos artistas entrevistados, entretanto, é contraditório afirmar que ele assume um caráter mais leve e alegre quando as expressões existentes consideradas mais “pesadas” – e aqui coloco nas minhas palavras – são deslegitimadas enquanto arte. Todas as outras matérias lidas afirmam a existência das formas mais críticas de arte urbana em Florianópolis, mesmo que não consideradas pelos veículos de imprensa enquanto arte. As formas críticas existem, e de maneira abundante em Florianópolis, como visto anteriormente.

Todos os artigos citados seguem uma linha de pensamento muito parecida, a de criminalizar a prática da pichação. Até mesmo aqueles que tentaram valorizar alguma espécie de arte urbana colocam a pichação como sua contraposição, como o que deve ser evitado. As matérias analisadas funcionam como força ativa no sentido de criar uma opinião pública de rejeição da prática, além de perpetuar o ideal de higienização do Centro da cidade, que se estende desde o início do século XX, quando Florianópolis passa por reformas urbanas que buscavam “regenerar” a cidade, partindo do viés médico-sanitarista⁴⁵. Hermetes de Araújo, quando fala sobre as reformas em Florianópolis no período da primeira república, afirma que elas serviram para “o estabelecimento de uma hegemonia e para o processo de afirmação da classe burguesa no país”⁴⁶.

Ainda em sua obra, o autor coloca como consequência desse processo de higienização da cidade de Florianópolis a exclusão das camadas e dos costumes que não se adequavam à nova ordem social estabelecida, levando-as à marginalidade:

A partir destas injunções, os indivíduos, cujos hábitos, costumes e formas de sobrevivência não se enquadram sem às codificações disciplinadoras e moralizantes que se apresentaram na época — como foi o caso de consideráveis segmentos da população do litoral catarinense e da ilha onde se situa a capital — eram configurados como um desvio, como uma negatividade que remetia ao campo dos elementos que poderiam constituir uma ameaça à ordem que se tentou estabelecer. E essas práticas justificaram grandemente os anseios de erradicação dos costumes e dos valores das camadas sociais que não formavam os segmentos que se pautavam pelas normas de uma sociedade em crescente processo de mercantilização das coisas e dos homens.⁴⁷

A associação que se faz da pichação à sujeira demonstra certa continuidade dessa visão sanitaria, que justifica a partir dessa a exclusão dos indivíduos – no caso deste estudo, os pichadores – que não se ajustam à ordem social burguesa. A imprensa somou forças na

⁴⁵ ARAÚJO, 1989, p. 172.

⁴⁶ Ibidem, p. 195.

⁴⁷ Ibidem, p. 196.

realização desse projeto de exclusão durante a última década, como vimos, pensando no Centro de Florianópolis.

Entretanto, o que é mais interessante na prática da pichação, ao meu ver, é que ela se nutre dessa rejeição, ela não pretende ser aceita. O seu objetivo na maioria das vezes é justamente questionar os moldes e os usos do espaço urbano. As antropólogas Ana Luiza Carvalho da Rocha e Cornelia Eckert falam sobre o caráter transgressivo que a arte de rua pode assumir:

Na composição estética das edificações dos modernos centros urbanos, é frequente apontar-se a arte de rua como um tipo de manifestação que se polemiza com os constrangimentos sociais advindos do individualismo de massa, no esforço de uma geração em marcar os espaços públicos da vida urbana com uma assinatura visual, não apenas questionando regras e leis comuns em uso em tais territórios, mas criando novas maneiras de fruição estética em suas ambiências.⁴⁸

A pichação questiona as relações de poder que se estabelecem no ambiente urbano e, portanto, é fortemente combatida pelos meios que tendem a perpetuar a hegemonia burguesa nesse espaço. A imprensa digital local surge como uma força de defesa dessa hegemonia.

Conclusão

Esse trabalho uniu esforços para compreender as relações entre duas forças que formam o ambiente urbano: a imprensa digital local e as pichações. Assim como Priscilla Lima, olhei para as pichações “como manifestações dos anseios de luta social vividos na cidade, reflexos da paisagem urbana e do caos que ela acompanha.”⁴⁹ A partir da análise das matérias encontradas que mencionavam a palavra “pichação”, entende-se que a prática tem forte reprovação por parte da imprensa, que demonstra estar de acordo com o poder hegemônico burguês. A pichação não se enquadra nos moldes capitalistas, justamente por questionar seu sistema. Tenta-se sempre estabelecer um distanciamento entre a pichação e o graffiti, pois o segundo conseguiu se adaptar de forma com que fosse acolhido pelas forças hegemônicas:

Ou seja, enquanto o graffiti é por muitos visto como expressão artística, a pichação é vista como uma doença do espaço urbano, um ato sujo de alguém que está fora do sistema. Dessa forma, a pichação não se insere nos espaços “sacralizados” da arte, ora por não compartilhar dos padrões estéticos

⁴⁸ ROCHA; ECKERT, 2016, p. 42.

⁴⁹ LIMA, 2018, p. 136.

impostos como artísticos, ora por não se inserir na lógica capitalista, visto que, além de não ser reproduzível, não é rentável.⁵⁰

A associação da pichação com a sujeira também nos faz perceber a ligação do discurso da imprensa com o ideal de reforma urbana sanitarista iniciada no século XX, sob a qual o professor Hermetes Araújo se debruça em sua pesquisa. Reforma que reservava o ambiente urbano para setores específicos.

Pode-se dizer que a pichação, como uma manifestação artística que busca justamente tensionar o ambiente urbano, está conseguindo alcançar seu objetivo quando aparece sendo repreendida pela imprensa, que segue se esforçando na defesa da cidade que acredita ser ideal.

⁵⁰ GONÇALVES; ESTRELLA, 2007, p. 106 apud. LIMA, 2018, p. 63.

Fontes:

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA DA CASA CIVIL. **Lei Nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998**. Brasília, BRASIL, 13 fev. 1998.

REDAÇÃO NSC (Florianópolis). NSC Total. **Em Florianópolis, a arte urbana incorpora elementos do folclore e do mar**. 2013. Disponível em: <https://www.nsctotal.com.br/noticias/em-florianopolis-a-arte-urbana-incorpora-elementos-do-folclore-e-do-mar>. Acesso em: 24 mar. 2021.

G1 SC (Santa Catarina). G1. **Centro histórico de Florianópolis é alvo frequente de pichadores**. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2015/08/centro-historico-de-florianopolis-e-alvo-frequente-de-pichadores.html>. Acesso em: 24 mar. 2021.

MICHAEL GONÇALVES (Florianópolis). ND+. **Pichadores vandalizam mobiliário urbano e prédios no Centro de Florianópolis**. 2017. Disponível em: <https://ndmais.com.br/noticias/pichadores-vandalizam-mobiliario-urbano-e-predios-no-centro-de-florianopolis/>. Acesso em: 24 mar. 2021.

MARCOS CARDOSO (Florianópolis). ND+. **Arte pública contrasta com pichações no Centro de Florianópolis**. 2020. Disponível em: <https://ndmais.com.br/cultura/arte-publica-contrasta-com-pichacoes-no-centro-de-florianopolis/>. Acesso em: 24 mar. 2021.

MOACIR PEREIRA (Florianópolis). ND+. **Centro histórico de Florianópolis: sujeira, pichações, lojas fechadas, abandono**. 2020. Disponível em: <https://ndmais.com.br/politica-brasileira/centro-historico-de-florianopolis-sujeira-pichacoes-lojas-fechadas-abandono/>. Acesso em: 24 mar. 2021.

Grupo ND. ND+, [s.d.]. Institucional Grupo ND. Disponível em: <https://ndmais.com.br/sobre/>. Acesso em 06 maio 2021.

Grupo Globo. G1, [s.d.]. Princípios Editoriais do Grupo Globo. Disponível em: <http://g1.globo.com/principios-editoriais-do-grupo-globo.html>. Acesso em 06 maio 2021.

Bibliografia:

ARAÚJO, Hermetes Reis de. **A invenção do litoral: reformas urbanas e reajustamento social em Florianópolis na Primeira República**. 1989. 215 f. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1989.

BARREIRA, Irllys Alencar F. **Pulsações no coração da cidade: cenários de intervenção em centros urbanos contemporâneos**. **Cad. CRH**, Salvador, v. 23, n. 59, p. 255-266, 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792010000200004&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 24 mar. 2021.

CRUZ, Heloísa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do Historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto História**, São Paulo, v. 35, n. 0, p. 253-270, dez. 2007. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/2221>. Acesso em: 24 mar. 2021.

FRANCO, Sergio Miguel. **Iconografias da metrópole**: grafiteiros e pixadores representando o contemporâneo. 2009. Dissertação (Mestrado em Projeto, Espaço e Cultura) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. doi:10.11606/D.16.2009.tde-18052010-092159. Acesso em: 24 mar. 2021.

GONÇALVES, Fernando do Nascimento; ESTRELLA, Charbelly. Comunicação, arte e invasões artísticas na cidade In: **Comunicação e conflitos urbanos**. Ano 14, 1º semestre, Rio de Janeiro, RJ, 2007, p. 104.

LIMA, Carlos Henrique Magalhães de. A cidade em movimento: práticas insurgentes no ambiente urbano. **Oculum Ensaios**, Campinas, v. 12, n. 1, p.39-48, jan. 2015. Disponível em: <http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/oculum/article/view/2711/1937>. Acesso em: 24 mar. 2021.

LIMA, Priscilla Nathani Pessoa de. **Protesto e spray**: o graffiti e a pichação como forma de intervenção artística e política na ditadura militar na cidade de São Paulo. 2018. 164 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História Cultural, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/193779>. Acesso em: 04 ago. 2020.

MUNHOZ, Nichollas Bichuete. **Pichadores de Florianópolis**: memória e relações de grupo em meio a metrópole contemporânea. 2014. 87 f. TCC (Graduação) - Curso de História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

NASCIMENTO, Mirian Alves do. Ajustes e desajustes em Florianópolis (1890-1930). **Revista Santa Catarina em História**, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 49-57. 2008. Disponível em: <https://nexos.ufsc.br/index.php/sceh/article/view/345>. Acesso em: 24 mar. 2021.

ROCHA, Ana Luiza Carvalho da; ECKERT, Cornelia. Arte de rua, estética urbana: relato de uma experiência sensível em metrópole contemporânea. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 47, n. 1, p.25-48, jan. 2016. Semestral. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/revcienso/article/view/5676>. Acesso em: 24 mar. 2021.

SOARES, Thiago Nunes. Gritam os muros: pichações e ditadura civil-militar no Brasil. Curitiba: Appris, 2018.

TAVARES, Andréa. Ficções urbanas: estratégias para a ocupação das cidades. **ARS (São Paulo)**, São Paulo, v. 8, n. 16, p. 21-30, 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-53202010000200002&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 24 mar. 2021.

TERRAZA, Cristiane Herres. Cultura visual: Memória coletiva e a estética do espaço urbano. **Ciclos**, Florianópolis, v. 2, n. 4, p.40-50, fev. 2015. Disponível em: <http://www.revistas.udesc.br/index.php/ciclos/article/viewFile/5012/4079>. Acesso em: 24 mar. 2021.

VIEIRA, Maria do Pilar de Araujo; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha; KULCSAR, Rosa; KHOURY, Yara Maria Aun. Imprensa como fonte para a pesquisa histórica. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, São Paulo, v. 3, n. 0, p. 47-54, nov. 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12495/9064>. Acesso em: 24 mar. 2021.

As mulheres paraguaias em Santa Catarina após a guerra da Tríplice Aliança

Paraguayan women in Santa Catarina in the post-war Triple Alliance

Michel Felipe Moraes Mesalira¹

Resumo: Neste artigo buscamos entender sob quais condições ocorreu a imigração de mulheres paraguaias no contexto do pós-guerra da Tríplice Aliança (1864-1870) para a província de Santa Catarina. Trata-se de uma pesquisa inicial que requer ainda mais investigações. A pergunta principal é como foi a integração das mulheres paraguaias e o que atraía as autoridades políticas e militares a incentivar em certo grau essa entrada? Os principais documentos utilizados são correspondências trocadas entre o Ministério da Guerra, e o Presidente da Província de Santa Catarina em meados da década de 1870, Relações Nominais de dispensa do exército, e as notícias na *Gazeta de Joinville* sobre casos que paravam na delegacia relatando a violência sofrida por mulheres paraguaias nas décadas de 1870 e 1880. São indícios de um capítulo da história que ainda precisa ser pesquisado com a devida profundidade.

Palavras-chave: Guerra da Tríplice Aliança; mulheres paraguaias; Santa Catarina; imigração

Abstract: In this article, we seek the conditions for the immigration of Paraguayan women in the post-war Triple Alliance (1864-1870) for the province of Santa Catarina. This is initial research that requires further investigation. The main question is the integration of Paraguayan women and what do the political authorities and the military attract to a certain degree for this entry? The main documents used are correspondence exchanged between the Ministry of War and the President of the Province of Santa Catarina in the mid 1870s, Nominal Relations of Dismissal from the Army, news in *Gazeta de Joinville* about cases that stopped at reporting the violence suffered by women from research 1870s and 1880s. They are indications of a chapter of history that still needs to be researched in depth.

Keywords: War Triple Alliance; paraguayan women; Santa Catarina; immigration

Introdução

E não era nenhuma miudeza, matéria de pouca importância. Tratava-se de duas correspondências, um telegrama e alguns artigos de jornal dando conta de um capítulo da história do pós-guerra deveras ausente ou quiçá ainda por se fazer, e que inusitadamente ou não se ligava à história de Santa Catarina.

Encontrar essas fontes e interpretá-las foi um trabalho historiográfico cuja intenção é compreender o que aconteceu depois do desfecho da Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870),

¹ Graduando em História (UFSC). Bolsista PIBIC/CNPq da pesquisa "Sitiantes e ervateiros do planalto meridional brasileiro", sob orientação do prof. Paulo Pinheiro Machado. Email: michel.mesalira.ufsc@gmail.com.

As mulheres paraguaias em Santa Catarina após a guerra da Tríplice Aliança – Michel Felipe Moraes Mesalira

também conhecida como Guerra do Paraguai.² O que viabiliza escrever sobre a entrada das mulheres paraguaias no solo brasileiro são as fontes. A comunicação oficial entre o Ministério da Guerra, no Rio de Janeiro, e o Presidente da Província de Santa Catarina em meados da década de 1870, e os casos de mulheres paraguaias nas notícias da *Gazeta de Joinville* nas décadas de 1870 e 1880 são indícios de um capítulo da história que ainda precisa ser pesquisado com a devida profundidade.

Ao encontrar tais fontes, confirmei com o prof. Paulo Pinheiro Machado, conhecedor da história política e social do Brasil Imperial, a validade do tema. Merecia alguma atenção o fato de o estado brasileiro tutelar mulheres paraguaias no exato momento em que as tropas das forças Aliadas se retiravam do Paraguai.

O Ministro da Guerra, Duque de Caxias, escreveria em meados de 1876 esclarecendo as dúvidas que pairavam sobre a cabeça do Presidente da Província de Santa Catarina, Sr. Alfredo d'Escagnolle Taunay – que atuava naqueles anos da guerra como engenheiro militar e escreveu originalmente em francês o romance *A Retirada da Laguna (1871)*. É certo que Taunay testemunhou de perto o cotidiano de muitas mulheres paraguaias. Reparou que “as mulheres que acompanhavam o exército, contadas na cabeça da ponte em número de setenta e uma, estavam a pé, com exceção de duas montadas em burros; iam quasi todas carregadas com creanças de peito ou pouco mais velhas”.³

Taunay e Duque de Caxias, do lado brasileiro, tentaram após o término da guerra atrair as paraguaias para as colônias brasileiras, ou seja, buscaram formas de regular e controlar a liberdade das mulheres recém saídas da guerra. Há que se pesquisar, em outro momento, a partir das documentações internas - ofícios e minutas que circulavam entre ministros, secretários, presidentes de províncias e diretores de colônias - a proximidade ou a distância entre as intenções e planos do Estado e a implementação, de fato, de políticas de imigração.

Neste artigo, tentaremos entender e atribuir algum sentido para a entrada desse grupo de mulheres, e que Taunay, numa mensagem anotada no canto superior como “urgente”, classificou-as enquanto “classe de imigrantes”.⁴

² A historiografia brasileira sobre a guerra que envolveu Brasil, Argentina e Uruguai contra o Paraguai problematiza o próprio nome dessa guerra. Na Argentina, no Uruguai e, mais recentemente no Brasil, vamos encontrá-la como Guerra da Tríplice Aliança. Guerra do Paraguai é, evidentemente, uma forma de colocar sobre os ombros do país adversário a responsabilidade pela guerra. No Paraguai, a guerra vai ser conhecida como Guerra Grande ou Guerra-Guaçú.

³ TAUNAY, Alfredo d'Escagnolle, 1874, p. 160.

⁴ Arquivo Nacional. Telegrama do Presidente da Província de Santa Catarina para o Ministro da Guerra. 2 de Junho de 1876.

Traremos, também, algumas pistas sobre o que, afinal de contas, se passou com as mulheres paraguaias nas terras de Santa Catarina. Ao final da guerra da Tríplice Aliança, grupos de soldados retornam às suas respectivas províncias. Os 2º e 3º regimentos de Artilharia e o 8º Batalhão de Infantaria vai para o Mato Grosso; o 2º Batalhão de Cavalaria Ligeira retorna ao Rio Grande do Sul; e o 17º Batalhão de Infantaria volta a se aquartelar em Santa Catarina. Há aqui uma sugestão valiosa. No simples voltar para casa, fechar os tempos de guerra e começar vida nova, aparentemente alguns soldados – talvez não só do 17º Batalhão! – já haviam dado início a algo novo ainda em terras paraguaias, em Assunção e arredores. Esse argumento é reforçado pelo historiador Francisco Doratioto, quando afirma que “de fato, esses militares, nos anos que permaneceram no país, criaram vínculos familiares, econômicos e políticos”.⁵

Uma parte dessas mulheres paraguaias em solo brasileiro não teve grande sorte. Alguns artigos publicados pela *Gazeta de Joinville* servirão para enxergar alguns finais pouco felizes, onde Santa Catarina foi o palco da angústia, da dor, do medo e da morte.

Falta, assim, quem escreva sobre a integração das mulheres paraguaias nas sociedades de recepção. E Santa Catarina foi uma delas.⁶

Como eram vistas enquanto pertencentes a grupos étnicos distintos? Como se formulou, ou não, políticas de imigração latino-americanas? São perguntas decisivas. Todavia, considerando a abrangência delas e a margem pequena para desenvolvermos e ensaiarmos boas respostas, propusemos nos deter sobre a decisão das autoridades oficiais em abrigá-las observando qual era o contexto militar e agrário da época – estas são as questões avaliadas como fundamentais para uma pequena (e inicial) história das mulheres paraguaias no pós-guerra da Tríplice Aliança.

A participação decisiva das mulheres na guerra e na economia rural

Após o término da Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870), o Império do Brasil, a Argentina e o Uruguai ocuparam o Paraguai por mais seis anos. Durante a guerra, a presença das mulheres, junto de indígenas, velhos e crianças, formaram um “exército invisível”.^{7 8}

⁵ DORATIOTO, Francisco, 2004, p. 234.

⁶ Existe na literatura da historiografia do estado do Mato Grosso um pequeno texto feito sobre o assunto. Ver PERARO, Maria Adenir. A imigração para Mato Grosso no século XIX – mulheres paraguaias: estratégias e sociabilidades. *Anais do XII Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, Belo Horizonte, p. 1-13, 2000.

⁷ DOURADO, Maria. T. G. S, 2005, p. 11.

⁸ Nesse texto, a autora defende a presença de um “exército invisível” formado por crianças, velhos, indígenas e mulheres, em contraposição ao que podemos chamar de “exército visível” formado por soldados. Para mim, a

As mulheres paraguaias em Santa Catarina após a guerra da Tríplice Aliança – Michel Felipe Moraes Mesalira

Através de livros de memórias e reminiscências de capitães e generais, livros de episódios militares, romances, ofícios e cartas, Maria Dourado apresenta a participação, pelo lado brasileiro, de muitas mulheres pobres combatentes. As que são conhecidas por nome e sobrenome destacam-se ou pelo fato de serem casadas com militares, ou por feitos nobres – são militares disfarçadas com fardas ou não, salvam feridos, tratam doentes, fabricam balas de fuzis, etc. Assim, ficamos conhecendo Florisbela (natural do Rio Grande do Sul), Maria Francisca da Conceição (chamada Maria Curupaiti e natural de Pernambuco), Jovita Alves Feitosa (natural do Piauí), Ludovina Portocarrero (natural da Cisplatina), Rafaela Senhorinha Maria da Conceição Barbosa (?), Ana Justina Ferreira Nery (natural da Bahia) e Ricarda de Almeida Brito (natural do Amazonas).⁹ Entre elas, tantas outras ainda anônimas na história.

Durante a guerra, em meio às tropas, eram andarilhas, prostitutas e vendedoras. Aquelas que acompanhavam o exército e vendiam comida, bebida e outros objetos eram chamadas, desdenhosamente, pelos militares brasileiros, de “vivandeiras”.

A participação das mulheres paraguaias na economia do Paraguai no séc. XIX não permite oposições ficcionais entre as esferas do mercado e da subsistência, pois, de um modo geral, as mulheres paraguaias trabalhavam e retiravam da terra seu sustento e o da família. Isso não anula a possibilidade da existência de outras atividades concomitantes ou sazonais. Produtos artesanais e agrícolas podiam ser vendidos em pequenos comércios locais e regionais. A flexibilidade e a mobilidade do trabalho campesino soma-se a uma característica fundamental da cultura guarani. Era tradicional a migração masculina, o que abria longas temporadas de ausência da figura masculina em casa e proximidades.^{10 11}

As mulheres paraguaias cumpriam, então, uma liderança doméstica e atuavam na economia do país – com destaque para a produção e a venda de certas mercadorias. Vamos observar, conforme as pesquisas de Barbara Potthast-Jutkeit, que, a partir de listas de arrendamentos, muitas delas com nomes e preços pagos por lotes de terras, as mulheres chegavam a 75% dos arrendamentos na cidade de Assunção, percentual que diminui nos

ideia de “exército invisível serve para realçar, ao mesmo tempo, a presença de sujeitos indispensáveis para o cotidiano da guerra e a miopia da historiografia que tem dificuldades em enxergar esses grupos sociais

⁹ DOURADO, Maria T. G., 2000.

¹⁰ MOBY, Alberto, 2006, p. 1-9.

¹¹ Neste texto, Alberto Moby nota que, como consequência maior da guerra, a ausência dos homens, fosse para servir o exército, fosse para trabalhar nos *yerbales*, fez com que “as mulheres paraguaias se acostuma[ssem] a contar consigo mesmas e a ser quase as únicas responsáveis por sua prole.”. Ver *ibid.*, p. 8.

As mulheres paraguaias em Santa Catarina após a guerra da Tríplice Aliança – Michel Felipe Moraes Mesalira

arredores e periferias da capital, assim como notoriamente no interior do país.¹² Esse perfil da mulher arrendatária não traria um tipo de experiência que a dotaria para o trabalho na terra, muito útil nas colônias brasileiras, como veremos adiante? Essa qualidade econômica não era reparada pelas autoridades oficiais como ministros e militares?

Listas de licenças comerciais mostram uma considerável participação das mulheres no mercado formal paraguaio, o que poderia ser ainda maior dado o predominante caráter informal da economia. Recibos da contadoria do exército paraguaio também mostram mulheres oferecendo serviços ao Estado como de costura e venda de mandioca, aguardente e tabaco, abrindo dúvidas para outras mercadorias, que, na ausência de recibos, permitem imaginar uma assídua atuação laboral das mulheres em outros ramos produtivos e comerciais.¹³

Em relação à mobilidade, listas de passaportes – referentes aos anos 1840, 1850 e 1860 – autorizavam as mulheres paraguaias a viajar de um departamento a outro. Assim, pequenos volumes de mercadorias eram transportados pelo interior do país. Além de que o número de mulheres com passaporte aumentou continuamente desde 1846 até 1863.¹⁴ Todavia, mais tarde, no contexto de reconstrução do país dos escombros da guerra, no que as elites chamaram *Regeneración*, as mulheres paraguaias não fizeram parte do programa político. Alberto Moby fornece pistas para possíveis fatores que levariam à repulsão de muitas delas ao seu país de origem: “(...) *la determinación de los productos que deberían cultivar los pequeños agricultores, la reglamentación de su trabajo y la prohibición del uso del idioma guaraní incluso en las escuelas rurales.*”¹⁵

Segundo Alberto Moby, no pós-guerra, surgiria no Paraguai a questão da “delinquência feminina”. Havia mulheres famosas por pequenos delitos, com passagens e fugas pelo Departamento Geral de Polícia.¹⁶ Neste contexto, as elites paraguaias ocuparam-se de estratégias para definir a “mulher ideal”, cujo valor moral a definiria como uma verdadeira paraguaia. Surgem, já no desfecho da guerra, duas categorias, podemos assim dizer, de mulheres. As *agraciadas*, cujos parentes foram seguidores de López. As *agraciadas* seriam condenadas não pelos juízes de López, mas pelas forças locais da Tríplice Aliança. Estas mulheres ficaram conhecidas como *residentas*. Retiradas à força de suas casas, seguiam com as

¹² POTTHAST, Barbara. Entre lo invisible y lo pintoresco: las mujeres paraguayas en la economía campesina (siglo XIX). *Jahrbuch für Geschichte Lateinamerikas*, v. 40, p. 203-220, 2003, p. 211.

¹³ Ibid., p. 212, 213.

¹⁴ Ibid., p. 214, 215.

¹⁵ MOBY, Alberto, 2017, p. 1-34.

¹⁶ MOBY, Alberto, 2014, p. 184-212

As mulheres paraguaias em Santa Catarina após a guerra da Tríplice Aliança – Michel Felipe Moraes Mesalira

tropas paraguaias ou tornavam-se andarilhas, com pousadas provisórias. Já as *traidoras*, ligadas aos parentes de réus políticos, foram, por isso mesmo, castigadas. As *traidoras* ou *destinadas* que não foram fuziladas, seriam mandadas para Yhú, e depois para Espadín, onde ficariam num campo de concentração.¹⁷

Taunay comenta que muitos “achavam-se à margem inóspita do Iguatemi, numa espécie de campo de concentração denominado Espadim”, e que algumas mulheres (as *destinadas*) e crianças livravam-se deste triste destino: “No dia 14 de dezembro vimos chegar ao nosso acampamento oitenta e tantas mulheres e crianças, escapas ao terrível desterro”.¹⁸

Mas apesar de evidente o controle, no final da guerra, as tropas Aliadas representavam, paradoxalmente, para muitas delas uma forma de escapar das agruras da miséria, fome e morte.

Há uma evidência que deve deixar o historiador alerta. As correspondências trocadas entre Duque de Caxias e Taunay são valiosas, com certeza, mas não podem ser lidas de modo a criar em nós uma falsa impressão de ação unilateral. As paraguaias não estavam simplesmente resignadas. A evidência está num artigo de jornal de Assunção, no qual vimos conhecer que, numa certa manhã, “(...) um grupo de mulheres se apresentou ante o General Guimarães primeiro, depois ante o Ministro Brasileiro e fomos [trata-se do jornal] informados que até mesmo ao Cônsul da Itália, **solicitando nada menos que uma mudança radical no pessoal do P. E. [Poder Executivo] (...)**”.¹⁹

A interação entre as paraguaias e as autoridades oficiais constitui uma perspectiva interessante. É difícil saber exatamente de qual grupo social pertenceriam aquelas mulheres, mas é um dado significativo o fato de que teriam procurado um general, um ministro brasileiro e um cônsul italiano para pedir uma transformação do Executivo.

Entre casadas, amancebadas e solteiras

No dia 2 de junho de 1876, o Presidente da Província de Santa Catarina, Sr. Alfredo d’Escragnolle Taunay, escreveu um telegrama para o Ministro da Guerra, Duque de Caxias, onde se lê na parte superior o que daria o tom de seriedade do assunto, pois grafava a palavra “urgente”. Faltava um dia para o prazo limite estipulado entre as diplomacias das forças Aliadas e o governo paraguaio para desocupação e retirada das tropas. Junho era o mês de cheias e,

¹⁷ MOBY, Alberto, 2010, p. 95-96.

¹⁸ TAUNAY, Alfredo d’Escragnolle, 2008, p. 87.

¹⁹ **La Libertad**, Assunção, n. 40, 27 de abril de 1874, grifo nosso.

assim, o nível da água dos rios permitiria a navegação de navios com instrumentos, artilharias e soldados. Antes disso, era impraticável. Quem sabe por isso, também, o aspecto grave do telegrama. Taunay contou que “além de praças **casados** vierão com o 17º [Batalhão] muitas outras que são **amancebadas**”²⁰, e que recebeu permissão do Comandante da Brigada para decidir o que fazer com todas aquelas que não se encontravam casadas. Cita, inclusive, uma ordem na qual era concedido um limite máximo de soldados casados por companhia. E já havia chegado aos quinze soldados casados permitidos.

Havia um certo costume no século XIX de soldados serem dispensados quando estivessem casados ou amancebados.²¹ Para Taunay, deveriam ser “arranchados”, o que impediria que os casais excedentes à ordem limite e as mulheres solteiras fossem abandonadas à própria sorte. Acontece que, para tanto, precisava da autorização do Ministro da Guerra para pagar a quantia de 250 reis a cada uma. Ao final, justifica-se: “Considerarei essas mulheres como uma classe de imigrantes e **parece-me útil aproveitá-las**.”²²

Pouco depois desse telegrama, saiu uma lista de circulação interna militar, informando os dez soldados do 17º Batalhão de Infantaria com tempo de serviço concluído e com suas respectivas companheiras.²³ Nominalmente eram Manoel Romão Bispo (ingresso no exército em 1864), Manoel Gomes Barbosa (em 1865), Claudino José de Oliveira e Antonio Pereira de Moraes (ambos em 1866), Clarinho Lopes de Almeida, Joaquim Antonio de Oliveira, Gonçalo Marinho, Zeferino José Espindola e Ricardo Francisco do Nascimento (todos em 1867) e Jesuino Golçalves da Silva (em 1868). Todos recrutados, menos Jesuíno, voluntário e que adentrou mais tarde no exército.

²⁰ Arquivo Nacional. Telegrama do Presidente da Província de Santa Catarina para o Ministro da Guerra. 2 de Junho de 1876, grifo nosso.

²¹ Como afirma KRAAY, Hendrik. Repensando o recrutamento militar no Brasil. In: **Diálogos**, DHI/UEM, v. 3, n. 3, Maringá, UEM, pp. 113-151, 1999, p. 117, “o governo imperial limitou o impacto do recrutamento sobre a sociedade civil e, principalmente, evitou as despesas necessárias para manter em pé um grande exército.”

²² Arquivo Nacional. Telegrama do Presidente da Província de Santa Catarina para o Ministro da Guerra. 2 de Junho de 1876, grifo nosso. O discurso de Taunay coincide com as dificuldades no Império em povoar as colônias e em promover disciplina e entusiasmo pelo trabalho agrícola – discurso muito comum entre Diretores de colônias militares e Presidentes de Província e que não necessariamente corresponderem com a realidade. Isso fez com que o exército buscasse recrutamentos forçados, comutações de pena, penalizações a desertores, trouxesse mercenários e estrangeiros. Sobre esse assunto, ver KRAAY, Hendrik. Repensando o recrutamento militar no Brasil. In: **Diálogos**, DHI/UEM, v. 3, n. 3, Maringá, UEM, pp. 113-151, 1999; MENDES, Fábio F. A economia moral do recrutamento militar no império brasileiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 13, n. 38, 1998.

²³ Arquivo Nacional. Relação nominal do 17º Batalhão de Infantaria. 14 de Julho de 1876.

Outra lista saiu do quartel de Santa Catarina trazendo o nome de todos os soldados casados do 17º Batalhão.²⁴ No total, eram noventa e quatro soldados com esposas.

No mês de julho, Duque de Caxias escreveu do Rio de Janeiro para Taunay (já Presidente da Província de Santa Catarina), informando que o pagamento dos 250 reis a cada mulher solteira trazida pelo 17º Batalhão seria realizado até o final daquele mês. Já para as mulheres casadas determinava o seu estabelecimento na colônia militar de Santa Thereza, próxima ao rio Itajaí onde hoje seria a cidade de Alfredo Wagner, e que na época comunicava a cidade de São José com a vila de Lages.²⁵ Duque de Caxias solicitava uma relação nominal das mulheres casadas – infelizmente não encontramos fonte semelhante. É possível especular que se ansiava levar famílias para dedicarem-se ao trabalho em roças e pequenas produções, afinal, era uma característica econômica desta colônia. Muitos trabalhadores livres e pobres, nacionais e estrangeiros eram atraídos às colônias militares pela promessa de recebimento de terras, roças, ferramentas e sementes. Os colonos solteiros recebiam lotes de 10.000 braças, famílias formadas por três pessoas recebiam 22.500 braças, e, famílias compostas por mais de três pessoas recebiam 40.000 braças. O título de terras seria definitivo após dois anos de trabalhos na colônia e comprovado tempo de residência.²⁶

Levá-las até a colônia de Santa Thereza possivelmente fizesse parte da configuração do próprio sistema de colonização brasileiro, o qual permitia o ingresso de colonos estrangeiros. A colônia de Santa Thereza previa desde o decreto de sua criação, em 1858, a inserção de civis, e era reconhecida a falta de interesse por parte das autoridades oficiais em ocupá-la com soldados do exército.²⁷

Ao que parece, Taunay não estava certo da correspondência anterior enviada pelo Ministro da Guerra, e guardava dúvidas. Pois em 1º de Agosto, escreveu um telegrama perguntando: “Paga-se ainda este mez as folhas das mulheres Paraguayas?”²⁸ É difícil saber *se* e *quantas* mulheres paraguaias estavam entre as solteiras que receberiam o direito à etapa – cuja determinação oficial era encerrar em breve –, ou se estavam entre as casadas – cuja

²⁴ Arquivo Nacional. Relação nominal das praças cazadas com declaração do respectivo tempo de praça. 13 de Junho de 1876. Seria exagerado citar os noventa e quatro soldados casados. Possui uma fotografia desse documento.

²⁵ Arquivo Nacional. Correspondência do Ministro da Guerra para o Presidente da Província de Santa Catarina. 15 de Julho de 1876.

²⁶ BRÜGGEMANN, Adelson, 1877.

²⁷ BRÜGGEMANN, *ibidem*.

²⁸ Arquivo Nacional. Telegrama do Presidente da Província de Santa Catarina para o Ministro da Guerra. 1º de Agosto de 1876.

determinação oficial era enviá-las para a colônia militar de Santa Thereza. Ou, quiçá, ainda, estavam embaralhadas nas duas formas nas quais a Província de Santa Catarina e o Ministério da Guerra criou para interferir e decidir pela vida daquelas mulheres.

A semelhança na atenção ao sujeito (mulheres paraguaias), ao tema (imigração) e ao tempo (pós-guerra) faz do texto *A imigração para Mato Grosso no século XIX: mulheres paraguaias: estratégias e sociabilidades* de Maria Adenir Peraro fundamental para traçar comparações e levantar hipóteses. As suas fontes essenciais são os recenseamentos de 1872 e 1890. Para Maria Peraro, as mulheres paraguaias puderam reconstituir suas vidas nos novos locais preservando características culturais e constituindo novas sociabilidades. Conforme os censos de 1872 e 1890, na província do Mato Grosso haviam situações em que numa mesma casa residiam brasileiros com paraguaias – eram famílias extensas -, bem como existiam lares formados apenas por paraguaias, algumas viúvas. O trabalho das paraguaias no espaço público era como engomadeiras, lavadeiras, costureiras, etc.²⁹

Nas paróquias Senhor Bom Jesus e São Gonçalo de Pedro II (ambas em Mato Grosso) algumas dezenas de casamentos de paraguaias foram identificados no período do pós-guerra. Maria Peraro percebeu até casos cujos filhos de paraguaias eram recenseados como brasileiros e de raça branca. Como o professor Paulo Pinheiro Machado chamou minha atenção, no Brasil, filhos de homens brancos com índias poderiam ser considerados brancos, de acordo com a posição social do pai. É possível que se trate de uma forma de assimilacionismo e uma razoável integração dos filhos das paraguaias na população nacional. Além de que é possível que existissem casos de algumas paraguaias brancas migrantes ao Brasil. Dados relativos à raça das mulheres paraguaias ou dos casais formados entre brasileiros e paraguaias não dispomos no momento para traçar um quadro.

Essa sociabilidade que Maria Peraro identifica não equivale no caso de Santa Catarina. As fontes de que dispomos, pelo menos, não nos permitem dizer algo nesse sentido. Contudo, há que fazer um reparo importante nessa comparação que estamos traçando: a anexação de parte do Mato Grosso ao Paraguai. Essa fronteira criou uma condição especial. A mobilidade, portanto, acontece em arranjos espaciais bastante distintos.

Para Maria Peraro, “a imigração de contingentes dos países vizinhos era vista por parte dos administradores como pouco contributiva para o desenvolvimento da província [de Mato

²⁹ PERARO, Maria Adenir, 2000, p.12.

Grosso]”³⁰. Essa premissa também merece mais estudos. Os imigrantes que chegavam, sobretudo a partir de meados do século XIX, eram dirigidos a núcleos de proprietários do planalto meridional que tinham pequenas produções, sobretudo de gêneros alimentícios.³¹ Como vimos, o próprio Presidente da Província de Santa Catarina considerou “útil aproveitá-las” (as paraguaias saídas da guerra). Parece necessário, então, combinar aquela política de colonização que buscava atrair as populações pobres europeias com a entrada de imigrantes latinoamericanos dentro de contextos específicos, e a guerra da Tríplice Aliança é um caso particular.

A província do Mato Grosso era atrativa na medida em que representava a possibilidade de muitas delas reconstruírem suas vidas, distante dos efeitos duradouros da guerra. Poderiam falar a língua guarani sem o risco da censura. E com o tempo, a presença de paraguaios radicados no Brasil tornaria plausível emigrar para novos lugares, uma vez que deixava de ser uma aventura ao desconhecido.³² São dados razoáveis também para a imigração de paraguaias a Santa Catarina no final do século XIX, mas reconhecidamente carecem de mais pesquisas.

Na sequência, vamos conhecer casos onde se evidencia a relação entre brasileiros e paraguaias em Santa Catarina; onde os afetos, com chances de terem sido tecidos no contexto do pós-guerra da Tríplice Aliança, são quebrados pelo cotidiano de violência.

Em Santa Catarina: Juliana Giudico e outros casos

Na pesquisa realizada no jornal *Gazeta de Joinville*, foram encontradas situações de violência contra mulheres oriundas do Paraguai e também seus filhos. São casos que mostram a possibilidade de conexão entre a guerra e a vida em novo território. Reunidos, indicam a viabilidade de aprofundarmos-nos sobre as novas sociabilidades construídas em Santa Catarina.

A polícia foi acionada. O soldado Camillo Alexandre de Oliveira do 17º Batalhão - aquele mesmo que esteve em solo paraguaio - assassinou a facadas a paraguaia Juliana Giudico. O artigo do jornal não anunciou com precisão quem era, se era esposa, nem sua ocupação. Sequer indicou algum motivo para a brutal morte.³³ Apenas ficamos sabendo que Camillo foi preso e que a polícia abriu inquérito. Possivelmente existam mais rastros escondidos pelos arquivos.

³⁰ Ibid., p. 5.

³¹ MACHADO, Paulo Pinheiro, 1999.

³² PERARO, ibidem, p. 8.

³³ Desterro, *Gazeta de Joinville*, ed. 00018, Joinville, 1877, f. 2/4.

Dois anos mais tarde, em 1879, novamente na sessão do jornal chamada “Desterro”, lê-se a notícia de que um soldado, do 17º Batalhão de Infantaria, ao encontrar um “crioulo” na casa de uma mulher paraguaia – com quem estava “amaziado” –, desferiu três facadas no dito “crioulo”. Parece que foram “ferimentos leves”. O soldado foi preso em flagrante.³⁴

No ano seguinte, quando já era noite, na rua da Constituição, um soldado do exército – presume-se que pertencente ao 17º Batalhão – apunhalou com uma facada a perna de uma mulher paraguaia e fugiu.³⁵ A polícia realizou auto de corpo de delito na mulher. Nada mais soubemos.

A última notícia encontrada apresenta um caso de tortura de uma criança (não sabemos a idade). A centralidade no texto da notícia está na repugnância moral de quem maltrata uma criança. Existe um registro indireto que nos interessa. Na casa onde vivia essa criança morava um ex-soldado do exército, chamado José Pedro – que fugiria da polícia. Ele era casado com uma paraguaia.³⁶ Não sabemos se José Pedro era pai ou padrasto da criança, ou se nutria algum sentimento pela criança.

Conclusão

O texto apresentado faz parte de uma pesquisa ainda em andamento. As famílias formadas por militares brasileiros e paraguaias inauguram suas histórias em solo paraguaio, e continuam nas províncias de Mato Grosso e Santa Catarina. É fácil imaginar que desde 1876, quando desembarcaram no novo país, seguissem pelo interior das províncias a palmilhar novas rotas em busca de moradia, trabalho e uma vida digna. As fontes e a historiografia consultadas mostram mulheres casadas, amancebadas e solteiras acompanhando tropas, apresentam esposas como importante força de trabalho para as colônias militares e evidenciam mulheres paraguaias próximas de autoridades oficiais do estado paraguaio e brasileiro.

Os casos de violência se tornaram ocorrências policiais e notícias na imprensa, e merecem ainda pesquisas mais focadas a fim de avaliar a representatividade das situações frente ao número de famílias formadas entre brasileiros e paraguaias. Só assim iremos conseguir precisar melhor a tese das “relações paradoxais”, usada para afirmar uma generalização que vê os companheiros oriundos das fileiras do exército ora enquanto uma alternativa de vida para

³⁴ Ferimentos, **Gazeta de Joinville**, ed. 00014, Joinville, 1879, f. 2/4.

³⁵ Ferimento, **Gazeta de Joinville**, ed. 00036, Joinville, 1880, f. 3/4.

³⁶ Barbaridade, **Gazeta de Joinville**, ed. 00010, Joinville, 1881, f. 3/8.

As mulheres paraguaias em Santa Catarina após a guerra da Tríplice Aliança – Michel Felipe Moraes Mesalira

aquelas decididas a buscar felicidade fora do seu país, ora enquanto algozes, como mostram os casos encontrados na *Gazeta de Joinville*.

Referências

BRAZIL, Érico Vital; SCHUMACHER, Schuma. **Dicionário Mulheres do Brasil**: de 1500 até a atualidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

BRÜGGEMANN, Adelson. **A sentinela isolada**: o cotidiano da colônia militar de Santa Thereza (1854-1883). Dissertação (mestrado em História), UFSC, 2013.

DORATIOTO, Francisco. A ocupação político-militar brasileira do Paraguai (1869-76). In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik. **Nova História Militar Brasileira**. Rio de Janeiro: Editora FGV, p. 209-235, 2004.

DOURADO, Maria T. G. Matriarcas, patriotas, andarilhas e vivandeiras: a presença feminina na Guerra do Paraguai. **XXIII Simpósio Nacional de História**, ANPUH-Londrina, p. 1-7, 2005.

DOURADO, Maria. T. G. **Mulheres comuns, senhoras respeitáveis**: a presença feminina na Guerra do Paraguai. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2005.

KRAAY, Hendrik. Repensando o recrutamento militar no Brasil. In: **Diálogos**, DHI/UEM, v. 3, n. 3, Maringá, UEM, pp. 113-151, 1999.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **Política de Colonização no Império**. Porto Alegre: Ed. Universidade UFRGS, 1999.

MENDES, Fábio F. A economia moral do recrutamento militar no império brasileiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 13, n. 38, 1998.

MOBY, Alberto. A delinquência feminina no Paraguai: a paraguaia ideal e a paraguaia real em meio ao caos do pós-guerra da Tríplice Aliança. **Historiae**, Rio Grande, 5 (1), p. 184-212, 2014.

MOBY, Alberto. **La noche de las kygua vera**: la mujer y la reconstrucción de la identidad nacional en la posguerra de la Triple Alianza (1867 - 1904). Assunção: Intercontinental Editora, 2010.

MOBY, Alberto. Mulheres ‘distinguidas’ e mulheres do povo no Paraguai do pós-guerra da tríplice aliança: desigualdade social e direito de cidadania feminina durante a regeneración. **XII Encontro Regional de História**, ANPUH-RJ, p. 1-9, 2006.

PERARO, Maria Adenir. A imigração para Mato Grosso no século XIX – mulheres paraguaias: estratégias e sociabilidades. **Anais do XII Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, Belo Horizonte, p. 1-13, 2000.

POTTHAST, Barbara. Entre lo invisible y lo pintoresco: las mujeres paraguayas en la economía campesina (siglo XIX). **Jahrbuch für Geschichte Lateinamerikas**, v. 40, p. 203-220, 2003.

As mulheres paraguaias em Santa Catarina após a guerra da Tríplice Aliança – Michel Felipe Moraes Mesalira

QUEIRÓZ, Paulo R. C. O livre comércio entre Matogrosso e o Paraguai (1872-1898). **XII Congresso Brasileiro de História Econômica & 13ª Conferência Internacional de História de Empresas**, Niterói, p. 1-34, 2017.

TAUNAY, Alfredo d'Escagnolle. **A Retirada da Laguna**. Trad. de Salvador de Mendonça. Rio de Janeiro: Typographia Americana, 1874.

TAUNAY, Alfredo d'Escagnolle. **Recordações de guerra e de viagem**. Brasília: Senado Federal, 2008.

Africanos em Desterro: como o caso de Rufina demonstra os limites da liberdade concedida a Africanos escravizados ilegalmente (1842-1862)

Africans in Desterro: how Rufina's case demonstrates the limits of freedom granted to illegally enslaved Africans (1842-1862)

Andressa Aparecida Pastori¹

Resumo: Baseado nos autos de emancipação, na Lei de 7 de novembro de 1831 e no Decreto nº 1.303 de 28 de dezembro de 1853; o presente artigo pretende discutir a escravização ilegal da africana Rufina em Desterro que foi trazida do Uruguai para o Brasil no contexto da ilegalidade do tráfico, período em que o Império brasileiro comprometia-se internacionalmente a conceder a liberdade aos africanos que foram escravizados de maneira ilícita. Entretanto, pretende-se destacar que o status de livre dos africanos mesmo que reconhecido pelo Estado tinha muitos limites antes e depois do processo de emancipação. Considerando o contexto da escravidão ilícita no século XIX, conclui-se que o caso de Rufina apesar de ser o único conhecido de uma africana escravizada ilegalmente em Desterro, é antes de tudo uma evidência de que esses casos de escravização ilegal frequentemente não chegavam a justiça. E que a vitória de Rufina no tribunal não era garantia de liberdade.

Palavras-chave: Escravidão; Desterro; Africanos; Tráfico.

Abstract: Based on the emancipation records, on the Law of November 7, 1831 and on Decree nº. 1,303 of December 28, 1853; The present article intends to discuss the illegal enslavement of the African Rufina in Desterro, who was brought from Uruguay to Brazil in the context of illegal trafficking, a period in which the Brazilian Empire was internationally committed to granting freedom to Africans who were illegally enslaved. However, it is intended to highlight that the free status of Africans, even if recognized by the State, had many limits before and after the emancipation process. Considering the context of illicit slavery in the 19th century, it is concluded that the case of Rufina, despite being the only known case of an African illegally enslaved in Desterro, is above all evidence that these cases of illegal enslavement often did not reach justice. And that Rufina's victory in court was no guarantee of freedom.

Key-words: Slavery; Desterro; Africans; Traffic.

Introdução

Este artigo tem como objetivo discutir a escravização ilegal de africanos com base em um caso ocorrido em Desterro relatado em um processo de emancipação em que uma negra

¹ Graduanda em História pela Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail:andressapastore1234@gmail.com

chamada Rufina conseguiu a sua “liberdade plena” baseada na Lei de 7 de novembro de 1831 e no Decreto nº 1.303 de 28 de dezembro de 1853. Porém, a escolha em apresentar a história de Rufina não é meramente descritiva ou de ilustrar um caso de vitória da liberdade sobre a ilegalidade, mas sim expor um diagnóstico da situação do tráfico ilegal e da escravidão ilícita de africanos. Para tal, o presente artigo partirá de um caso particular que para além de ser sido ou não uma expressão de uma trajetória micro de uma africana na Ilha de Santa Catarina pode nos revelar situações macro do sistema escravista no Brasil. Isso porque essa história expressa particularidades em relação a outros casos e semelhanças na estrutura dos processos e condições que envolvem a escravização ilegal e a efetivação ou não da emancipação de um africano.

Para situarmos a história de Rufina e podermos discutir a suas implicações e potências interpretativas, faz-se necessário contextualizarmos alguns processos que envolveram a sua escravização e emancipação. São eles: 1. O contexto da abolição do tráfico no Brasil; 2. A situação de Santa Catarina em relação à escravidão no século XIX; 3. A independência do Uruguai, a Guerra Civil no país e a abolição do tráfico e da escravidão no Estado Oriental.

A abolição do tráfico no Brasil e a escravização ilegal de africanos

A abolição do tráfico de escravos no século XIX, fazia parte de um contexto maior de tentativas de mitigação do comércio de cativos nas Américas que tinha as suas origens na postura política inglesa ao longo do oitocentos. Junto a pressões internacionais, o Brasil aboliu o tráfico pela primeira vez através da Lei de 7 de novembro de 1831. Essa lei tornava ilegal todo o tipo de tráfico de cativos no território brasileiro. Todavia, o fato de uma lei tornar algo ilegal, como bem sabemos, não é garantia que a prática será extinta.

Mesmo depois da proibição do tráfico centenas de milhares de africanos foram trazidos para o país ilegalmente. Ser trazido ilegalmente para o Brasil não significava apenas que uma lei estava sendo violada, significava também que muitos africanos livres estavam sendo escravizados de maneira ilícita. Essa escravização ilegal em massa no Brasil do século XIX não era apenas um problema para os africanos trazidos para o país, mas também para os negros livres e libertos aqui nascidos que sofriam constante ameaça de serem escravizados ou re-escravizados.

Sabendo que existia esse tipo de escravização ilegal o Estado brasileiro comprometeu-se internacionalmente, especialmente com a Inglaterra, a mitigar o tráfico ilegal e a libertar os

africanos trazidos ilicitamente para o país. O decreto nº 1.303 de 28 de dezembro de 1853 era exemplo disso, uma vez que determina que os africanos trazidos para o Brasil depois da Lei de 7 de Setembro de 1831 seriam declarados livres, com a condição de prestar serviços por quatorze anos para serem emancipados. O decreto diz o seguinte:

Declara que os Africanos livres, cujos serviços foram arrematados por particulares, ficam emancipados depois de quatorze anos, quando o requeiram, e providência sobre o destino dos mesmos Africanos.

Hei por bem, de conformidade com a Minha Imperial Resolução de 24 do corrente mês, tomada sobre Consulta da Seção de Justiça do Conselho de Estado, Ordenar que os africanos livres, que tiverem prestado serviços a particulares pelo espaço de 14 anos, sejam emancipados quando o requeiram; com obrigação porém de residirem no lugar que for pelo Governo designado, e de tomarem ocupação ou serviços mediante um salário².

Ademais, é importante destacar que esse decreto não foi o primeiro a tratar da temática, ele fazia parte de um contexto maior de negociações com a Inglaterra onde um dos assuntos tratados era a alocação de serviços para esses Africanos livres. Tais questões estavam sendo negociadas desde a década de 1810, as quais determinavam um período de serviços para as vítimas do tráfico. Outra determinação importante sobre o assunto é a enquadração dos traficantes através do artigo 2º da lei de proibição do tráfico de 1831 ao crime de redução de pessoa livre a escravidão, determinado pelo artigo 179 do Código Criminal do Império³:

Art. 2º Os importadores de escravos no Brasil incorrerão na pena corporal do artigo cento e setenta e nove do Código Criminal, imposta aos que reduzem à escravidão pessoas livres, e na multa de duzentos mil réis por cabeça de cada um dos escravos importados, além de pagarem as despesas da reexportação para qualquer parte da África; reexportação, que o Governo fará efetiva com a maior possível brevidade, contrastando com as autoridades africanas para lhes darem um asilo⁴. Os infratores responderão cada um por si, e por todos⁵.

Entretanto, apesar da abolição do comércio atlântico de escravos no país e das leis determinando a liberdade dos africanos trazidos ilegalmente ao Brasil, havia muitas

2 COLEÇÃO DE LEIS DO BRASIL (CLB). 1853.

3 COLEÇÃO DE LEIS DO BRASIL (CLB). 1853.

4 A maioria dos africanos identificados como vítimas do tráfico ilegal não foram reexportados, o que fez o Ministério da Justiça aderir a um sistema de concessão de serviços através do juizado de órfãos. Sistema no qual os beneficiados da mão-de-obra comprometiam-se diante das autoridades a prover as necessidades básicas para esses africanos na medida em que adquiriam os seus serviços. Sobre esse assunto ler: MAMIGONIAN, Beatriz. Os direitos dos africanos livres. In____: Org. DANTAS; Monica D.; BARBOS, Samuel. Culturas e práticas constitucionais (c. 1820-c. 1930), 2020.

5 COLEÇÃO DE LEIS DO BRASIL (CLB). 1831.

dificuldades para a efetivação da proibição e a conivência de parte das autoridades. O próprio enquadramento dos traficantes as penas do artigo 179 do Código Criminal foram raros⁶.

Uma das maneiras de observar as falhas da proibição da escravização de africanos trazidos no Brasil após 1831, é a própria existência de processos jurídicos e pedidos de emancipação de africanos que foram escravizados ilegalmente. Todavia, vale destacar que a maioria dos casos de africanos escravizados nem sequer chegaram ao conhecimento das autoridades. Beatriz Mamigonian e Keila Grinberg (2017) comentam que no período de 1831 e 1850, cerca de 800 mil africanos foram escravizados ilegalmente junto com os seus descendentes⁷.

Tendo em vista esse contexto nacional, para o presente artigo pretendo discutir um caso de escravização ilegal de uma Africana chamada Rufina, que ao ser traficada primeiramente de seu continente de origem para o Uruguai e mais tarde trazida para a província de Santa Catarina, reclamou o seu status como livre anos depois de sua escravização ilegal. Rufina é antes de tudo uma exceção, porque desde a sua entrada na justiça até a decisão proferida no seu Auto de Emancipação representa um caso raro tanto na província de Santa Catarina, quanto no Brasil, tendo em vista o montante de africanos escravizados ilegalmente que nunca tiveram a sua liberdade garantida. Mas antes de nos aprofundarmos no caso de Rufina, é necessário tratar brevemente do contexto e da situação do sistema escravista em Santa Catarina e em Desterro.

A situação do Sistema escravista em Santa Catarina e Desterro no século XIX

Santa Catarina nesse período, apesar da imagem que parte do estado criou sobre si mesmo enquanto uma localidade onde a escravidão não teve grande importância econômica, possuía importantes regiões escravistas produtoras agrícolas. Isso acontecia especialmente em relação a farinha de mandioca para a exportação destinada majoritariamente para o Rio de Janeiro, sendo Desterro um desses centros produtivos.

Aliás, o aumento da participação da mão de obra escrava aconteceu em Desterro e em outros locais do estado nas últimas décadas do século XVIII e nas primeiras do século XIX, justamente por consequência da exportação de produtos agrícolas, onde o Rio de Janeiro além de ser um local de venda para essa produção era também um abastecedor de escravos para a

6 O artigo 179 do Código Criminal do Império determinava que quem reduzia pessoa livre a escravidão deveria receber pena de prisão de três a nove anos e pagamento de multa.

7 MAMIGONIAN, Beatriz Gallott, 2017, p. 8.

Ilha de Santa Catarina através do tráfico⁸. Desterro era alimentada pela mão de obra africana como meio de assegurar a produção agrícola e baleeira, por esse motivo é certo que na Ilha e em outras localidades do estado a escravização ilegal após a abolição do tráfico de africanos era uma realidade.

A história de Rufina é um exemplo de escravização ilegal de africanos, porém o fato dela vindo do Estado Oriental (atual Uruguai) dá uma dimensão a mais na complexidade e no contexto de sua escravização.

A situação uruguaia durante o processo de escravização de Rufina

No Uruguai o tráfico de escravos foi abolido em 1825 no mesmo ano que se tornou independente do Brasil. Entretanto, a abolição não valia para Montevidéu e para Colônia do Sacramento que ainda era controlada por portugueses e brasileiros. Em 1930 a constituição – já no contexto do fim da ocupação brasileira – declarou o fim do tráfico.

Além disso, a escravidão foi abolida no Estado Oriental no contexto da Guerra Civil (1839-1852) que o país vivia entre os Blancos (conservadores) e os Colorados (liberais). Na guerra, enquanto as tropas dos Blancos estavam avançando, o governo colorado criou uma política de recrutamento entre os cativos que resultaria na abolição da escravidão em 1842 por parte dos Blancos. Anos depois, em 1846, os Colorados também aboliriam a escravidão como uma estratégia de recrutamento.

Mas o que interessa aqui para a história de Rufina, é que é quase certo que ela havia sido traficada ilegalmente para o Uruguai depois da lei de abolição do tráfico no país e provavelmente foi trazida para o Brasil depois da abolição da escravidão no Estado Oriental, uma vez que Rufina diz ter sido trazida da África a Montevidéu (cidade controlada pelo Blancos) e trazida de lá para o Brasil por volta de 1842 ou 1843.

Histórias como a de Rufina de livres ou libertos que foram trazidos ou sequestrados do Uruguai e escravizados no Brasil não foram tão raras, especialmente no Rio Grande do Sul que fazia fronteira com o Estado Oriental. Mas o fato de Rufina ter chegado a Ilha de Santa Catarina ilustra que casos como esse não se restringiam a localidades fronteiriças.

Keila Grinberg argumenta (2016) que com o processo de abolição do tráfico legal havia uma corrida no Estado Oriental “para escravizar africanos e vendê-los no Brasil, [junto] a alta

8 MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti, 2013, p. 17-42.

geral do preço dos escravos e o aumento do movimento de navios negreiros que aportaram, entre 1826 e 1830, em várias regiões do país”⁹.

A partir do argumento de Gringerb, talvez seja possível criar a hipótese – tendo como base o caso de Rufina – de que com a abolição da escravidão no Uruguai havia também uma tentativa de vender ou trazer os ex-escravos para o Brasil como uma estratégia de não perder o valor do que até então era considerado propriedade, sendo essa uma medida dos senhores para contornar a determinação da emancipação escrava. Assim, tendo em vista o período em que Rufina foi trazida para Desterro, em 1842 ou 1843, é muito provável que o seu senhor a tenha levado para Santa Catarina em uma tentativa de não perder a sua propriedade e de poder gozar do status de proprietário de escravos em um país que ainda sustentava o sistema escravista.

O caso de Rufina, um olhar conjectural

A história de Rufina começa a aparecer na documentação de Santa Catarina no ano de 1846 em uma correspondência do presidente de província Antero José Ferreira de Brito para o juiz de direito da Comarca. De acordo com essa fonte, Rufina foi trazida do Estado Oriental por Francisco Sardo¹⁰. Em Desterro Francisco foi processado por Fábio José Maines por causa de dívidas. Fábio venceu o processo e para quitar as dívidas foi determinado que os bens de Francisco deveriam ser entregues a ele. Com a sentença o réu disse que ela não poderia ser incluída em seus bens porque ela já era livre de acordo com a Lei de 1831. Mas Rufina havia vivido como escrava de Francisco Sardo até então e somente no momento da perda de um processo que determinou o fim da posse da sua cativa ele admitiu que Rufina fosse livre. O juiz, diante da revelação do réu, declarou que Rufina fosse emancipada.

Quinze anos mais tarde, depois de ter passado a servir diversas pessoas privadas, Rufina abriu seu processo de emancipação. Onde junto a seu curador diz que tendo chegado ao país depois da lei de abolição do tráfico e tendo prestado os 14 anos de trabalho exigido aos africanos livres trazidos ilegalmente ao país estava apta a ser emancipada.

Entretanto, o documento de emancipação da Rufina oferece uma informação um pouco diferente da versão apresentada pelo seu ex-senhor, uma vez que ela declara que foi apreendida perto de Montevidéu e que veio para Santa Catarina em um barco chamado *Carmana*. Nos autos

9 GRINBERG, Keila, 2016, p.7. Observação: A Rufina do texto da Keila Grinberg não é a mesma que discuto nesse artigo.

10 SOUZA, Maysa Espíndola, 2012, p. 41-42.

também declara que tem por volta de 35 anos, o que deixa bem provável a afirmação de que ela foi trazida da África para o Uruguai depois da proibição do tráfico no país.

A emancipação da Rufina foi bem-sucedida, uma vez foi favorável a liberdade da mesma. Entretanto, é necessário não interpretar os processos de libertação de africanos escravizados ilicitamente como algo que leva a liberdade pura e simples como a interpretamos atualmente. O que os processos de emancipação de africanos nos demonstram, e nesse caso a emancipação de Rufina em Desterro deixa claro, é que esses Africanos apesar de serem considerados como livres pelo Estado brasileiro, a realidade que eles enfrentavam para conseguir a sua liberdade por direito e as condições de vida e trabalho que eles se deparavam após o processo legal de emancipação não os separava de forma antagônica das condições precárias vividas pelos cativos.

Para discutir essa problemática, partimos das determinações do Decreto Nº 1.303 que declarava que os africanos trazidos ilegalmente para o Brasil precisavam cumprir 14 anos de serviços para conseguirem pleno acesso à liberdade.

As condições de trabalho que esses africanos em processo de emancipação “plena” se encontravam durante os 14 anos exigidos pela legislação eram extremamente precárias. Considerados como incapazes pela lei, os africanos livres não tinham direito de decidir os seus contratos de trabalho, por esse motivo era uma autoridade que deliberava por eles. Além disso, quando precisassem pleitear a sua emancipação depois dos anos de trabalho exigidos por serem incapazes – ao olhos do direito da época – era exigido que o processo fosse aberto e dirigido por um curador, uma figura que os representava em um processo e requeria os assuntos do interesse dos africanos.

Assim, esses africanos não tinham nem autonomia e conseqüentemente nem liberdade desde o começo de seu processo de libertação na escolha dos serviços. Inclusive a própria existência de um trabalho compulsório durante 14 anos para pessoas que teoricamente tinham o status de livre é um dos fatores mais evidentes dos limites dessa liberdade reconhecida pelo Estado brasileiro. E no fim dessa exigência de serviços compulsórios, um africano não poderia abrir um processo de emancipação sozinho, dependiam pois que uma terceira pessoa estivesse disposta a representá-lo como curador.

Aliás, é importante destacar a dimensão da divisão do trabalho baseado no gênero que existia no caso de Rufina, uma vez que enquanto os homens eram mais destinados para trabalhar em instituições governamentais, as mulheres recorrentemente eram destinadas para trabalhar

para particulares no serviço doméstico e/ou de ganho, provavelmente o que ocorreu com Rufina, durante esses 14 anos de serviço.

É importante destacar que existia uma conveniência das autoridades para com os abusos sofridos pelos africanos durante esses anos de trabalho. Uma vez que as autoridades responsáveis tentavam limitar as demandas dos trabalhadores ao mesmo tempo que legitimavam comportamentos abusivos dos “empregadores”, pois temiam que a aceitação das acusações desses africanos poderia fazer com que outros fizessem o mesmo¹¹. Um dos elementos centrais dessa precariedade do trabalho africano durante esse período é a questão do pagamento dos serviços, pois mesmo a lei determinando que a mão-de-obra africana seria paga era comum que esse “salário” não chegasse a eles. E é justamente nesse contexto que Rufina vai prestar os 14 anos de trabalho necessários para a sua emancipação.

Rufina foi emancipada no período exigido pela lei, mas é necessário destacar que a maioria dos africanos passaram muito mais tempo prestando esses serviços, sendo que alguns morriam antes de conseguirem emancipação.

Mas aqui havia uma divisão entre os que trabalhavam para instituições públicas e os que trabalhavam para pessoas particulares, isso porque aqueles africanos que se dedicavam ao poder público normalmente trabalhavam por mais tempo. O que não é o caso de Rufina, uma vez que ela trabalhou para particulares, o que pode ter influenciado a sua emancipação no tempo determinado pela lei. Outra problemática existente para a libertação dos serviços era o próprio processo para a emancipação uma vez que

[...] tratava-se de um procedimento administrativo burocrático e penoso que tramitava no Ministério da Justiça e para o qual os africanos e africanas tinham que contar com ajuda de solicitadores de causas, advogados ou seus concessionários [...] completar os quatorze anos de serviço era condição necessária, mas não suficiente para a emancipação. Obediência, boa conduta e capacidade de sustentar-se ou mesmo o apoio dos concessionários não foram garantias de deferimento. A restrição do direito dos africanos livres à emancipação definitiva esteve atrelada à percepção de que uma vez emancipados eles representariam ameaça à ordem social¹².

Assim, as condições necessárias para conseguir uma emancipação vitoriosa eram no mínimo difíceis, o que reforça a hipótese de que o caso de Rufina é algo raro em Desterro, em Santa Catarina e até mesmo no país como um todo. Uma vez que além de haver muitas

11 MAMIGONIAN, Beatriz, 2020, p. 9-10.

12 Ibidem, p. 16-17.

escravizações ilegais de africanos que certamente nunca chegaram a lei, os africanos que eram reconhecidos como livres pelo Estado passavam por um processo penoso para adquirir a emancipação e em boa parte dos casos não a conseguiam.

Além disso, todo o processo envolvendo os trâmites da liberdade dos africanos fazia parte de uma tentativa do Estado de exercer algum tipo de vigilância e de controle sobre essas pessoas. A sentença da emancipação de Rufina ilustra muito bem o pensamento jurídico vigente na época sobre o assunto:

Julgo por sentença emancipada a africana livre Rufina, com obrigação, porém, de residir no lugar que for pelo Governo designado, e de tomar ocupação ou serviço mediante salário. Tome-se o respectivo termo dessas obrigações com assistência do curador da mesma africana, e nestes termos passe-se carta de emancipação, consignando-se nesta as demais circunstâncias constantes do ofício do Sr. Procurador Fiscal, cuja conta produzirá o seu efeito de ficar pertencendo à emancipada todo o fruto do seu trabalho desde a data desta sentença¹³.

Podemos observar que a sentença do processo de emancipação preocupa-se em ter sob o controle do governo o local em que Rufina deveria morar e o tipo de serviço que ela deveria exercer, determinação que estava clara no decreto Nº 1.303 de 28 de dezembro de 1853. Por isso, os africanos não ganhavam autonomia total mediante o seu processo de emancipação, uma vez que o Estado preocupava-se em tê-los sob a sua alçada. Isso acontecia devido ao temor de que eles poderiam apresentar alguma ameaça para a ordem social vigente no pensamento de muitos juristas e da população na época.

A própria existência de um montante gigante de africanos escravizados ilegalmente era um dos elementos que sustentavam o sistema escravista após a abolição do tráfico. Quando as circunstâncias permitiam a identificação e emancipação de um africano o Império via como necessário ter uma espécie de controle sobre o processo que levaria a emancipação. Ou seja, os 14 anos de serviço e caso a emancipação se torne uma realidade era necessário ter algumas informações referentes a esse africano agora livre formalmente.

Não sabemos exatamente o que aconteceu com Rufina depois da sua emancipação pela justiça, mas no processo ela informa que continuaria a trabalhar para o seu antigo patrão: Joaquim Fernandes Capella. Ora, como não é possível conjecturar de maneira precisa o que aconteceu com Rufina após a emancipação, mas algumas coisas são certas, ou ao menos

13 ACTJSC. Processo de Emancipação de Rufina Africana Livre, 1861-62, fl. 13-13v

prováveis. Uma delas é que como ela teria que morar em um local determinado pelo Governo é quase certo que tenha passado a sua vida residindo em Desterro e que tenha ao menos trabalhado por alguns anos para Joaquim Fernandes Capella.

Entretanto, como já destacado, essa liberdade concedida a Rufina não é a mesma que podemos imaginar atualmente, mesmo depois de sua carta de emancipação é muito provável que as condições de trabalho que ela encontrou em Desterro trabalhando para Joaquim ou para outras pessoas da Ilha sejam extremamente precárias. O problema quando tratamos o trabalho livre e escravo como antagônicos é que a linha que os separava, era ambígua, ainda mais quando a condição econômica do sujeito era precária, o que representava a maioria dos livres e libertos de Santa Catarina e do Brasil¹⁴.

Conclusão

O processo de emancipação de Rufina é o único que temos conhecimento em Desterro, porém é praticamente certo que ela não foi a única africana escravizada ilegalmente na Ilha e muito menos em Santa Catarina¹⁵. A existência de um único processo conhecido de uma africana ilegalmente escravizada não é evidência da ausência do tráfico ilegal na Ilha, é antes de tudo um diagnóstico de que esses casos não chegavam a justiça, é indício da omissão de muitas autoridades catarinenses diante daquela situação, é evidência de uma prática disseminada no território nacional especialmente entre 1831 a 1850 quando centenas de milhares de africanos foram traficados para o Brasil.

Além disso, o sucesso da emancipação da Rufina em Desterro não deve ser visto simplesmente como uma vitória da liberdade, mas deve ser analisado de maneira mais crítica de acordo com que determinava a legislação da época sobre estes africanos e diante do contexto de precariedade da liberdade, da vida e do trabalho que os negros experienciavam no século XIX.

14 Na época do processo de emancipação, em 1861, Rufina tinha três filhos pequenos de nomes Emília de seis anos, Maria com três anos e Manoel com seis meses que muito provavelmente também viveram sob as mesmas condições da mãe.

15 Sobre o caso de Rufina ser o único processo de emancipação de uma africana em Desterro ver SCHWEITZER, Maria Helena Rosa. O tráfico ilegal e renovado das décadas de 1830 e 1840. In ____: Santa Catarina na Rota do tráfico: portos catarinenses e o tráfico atlântico ilegal de escravos (1831-1855). Florianópolis: UFSC, 2006, p. 49.

Fontes

ACTJSC. **Processo de Emancipação de Rufina Africana Livre**, 1861-62.

COLEÇÃO DE LEIS DO BRASIL (CLB). 1853. Atos do Poder Executivo. **Decreto Nº. 1303 de 28 de dezembro de 1853**. Rio de Janeiro, Tipografia Nacional. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/colecao-anual-de-leis/copy_of_colecao5.html. Acesso em: 06 mar. 2021.

COLEÇÃO DE LEIS DO BRASIL (CLB). 1853. Atos do Poder Legislativo. **Lei de 16 de Dezembro de 1830**. Rio de Janeiro, Tipografia Nacional. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/colecao-anual-de-leis/copy_of_colecao2.htm. Acesso em: 06 mar. 2021

COLEÇÃO DE LEIS DO BRASIL (CLB). 1831. Atos do Poder Legislativo. **Lei de 7 de Novembro de 1831**. Rio de Janeiro, Tipografia Nacional. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/colecao-anual-de-leis/copy_of_colecao3.html. Acesso em: 06 mar. 2021.

Bibliografia

GRINBERG, Keila. As desventuras de Rufina : Escravidão, liberdade e tráfico de seres humanos na fronteira sul do Brasil no século XIX. In___: **Escravidão e subjetividades** : no Atlântico luso-brasileiro e francês (Séculos XVII-XX), organizado por Myriam Cottias e Hebe Mattos. Marseille: Open Edition Press, 2016.

GRINBERG, Keila e Rachel da Silveira CAÉ, **Escravidão, fronteira e relações diplomáticas Brasil-Uruguaí, 1840-1860**, *Africana Studia*, no. 14 ,2010, p. 275-285.

LIMA, Henrique Espada. **Sob o domínio da precariedade: escravidão e os significados da liberdade de trabalho no século XIX**. Topoi: Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, 2005, p. 289-326.

MAMIGONIAN, Beatriz. Os direitos dos africanos livres. In___: Org. DANTAS; Monica; BARBOS, Samuel. **Culturas e práticas constitucionais (c. 1820-c. 1930)**, 2020.

MAMIGONIAN, Beatriz Galloti e VIDAL, Joseane Zimmermann. **História diversa: africanos e afrodescendentes na Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2013.

MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti; GRINBERG, Keila. “**Le crime de réduction à l’esclavage au Brésil du XIXe siècle**”. BRESIL(S), v.11, 2017, p.1-21.

SCHWEITZER, Maria Helena Rosa. **Santa Catarina na Rota do tráfico: portos catarinenses e o tráfico atlântico ilegal de escravos (1831-1855)**. Florianópolis: UFSC, 2006.

SOUZA, Maysa Espíndola. **Africanos livres em Desterro: tutela, trabalho e liberdade**. Florianópolis: UFSC, 2012.

Quitandeiras e domésticas na Desterro do século XIX (1835-1870): os mundos do trabalho e suas representações

Quitandeiras and maids in Desterro of 19th century (1835-1870): worlds of labor and their representations

Maria Luiza Péres¹

Resumo: O presente estudo se concentra na análise de jornais e Correspondências da Câmara Municipal ao Presidente da Província de Santa Catarina entre os anos de 1835 e 1870. A partir dessas fontes, busca-se refletir a respeito das representações construídas pela elite de Desterro sobre o trabalho de mulheres escravizadas, assim como esmiuçar as micro-resistências encabeçadas por mulheres negras diante dos processos de modernização da cidade e normatização de suas condutas.

Palavras-chave: Quitandeiras; domésticas; Desterro; Mundos do Trabalho.

Abstract: This paper focuses on the analysis of newspapers and correspondences of the City Council of Desterro to the President of the Province of Santa Catarina between the years 1835 and 1870. From this, seeks to reflect on the representations built by the Desterro elite about the work of enslaved women, as well as scrutinize the resistance led by black women in the face of the city's modernization processes and the normalization of their conduct.

Keywords: *Quitandeiras*; Maids; Desterro; Worlds of Labor.

Neste artigo, pretendemos refletir acerca das representações construídas sobre o trabalho feminino e negro na Desterro imperial. Nosso objetivo é entender, por um lado, como a elite da cidade enxergava o trabalho de escravizadas e, por outro, que mecanismos essas mulheres criaram para resistir às normas, impostas pelo poder público, que buscavam regular seus trabalhos e restringir sua circulação na cidade.

Para isso, analisaremos anúncios de dois importantes jornais da capital: *A Regeneração*, que circulou entre 1860 e 1889, e *O Argos*, publicado entre 1850 e 1869. Nesse período, a seção Avisos Diversos, presente em ambos os periódicos, comportava anúncios de compra, venda e aluguel de escravizados. A partir da leitura desses documentos, argumentamos que os jornais veiculavam representações sociais e valores culturais da sociedade escravocrata desterreense e, por isso, são fontes fundamentais para o estudo aqui proposto. Apontamos também que, no caso

¹ Graduanda em História pela Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: maria.luizaperes@hotmail.com

do trabalho escravo feminino, essas caracterizações versavam a respeito de uma trabalhadora ideal – sadia, honesta e fiel –, frequentemente evocada por vendedores e compradores.

Outras fontes importantes para o desenvolvimento dessa pesquisa foram as Correspondências da Câmara Municipal ao Presidente de Província de Santa Catarina, conjunto que se refere a ofícios e cartas redigidas com o propósito de manter a comunicação entre diferentes instâncias do poder imperial. Para esse artigo, selecionamos correspondências produzidas entre 1843 e 1853, período em que é possível observar um intenso debate acerca do trabalho e da presença negra na cidade, sobretudo no Mercado Público que, na época, começava a ser construído.

Para a análise desses documentos, os conceitos de representação e cotidiano² foram fundamentais. O primeiro, desenvolvido por Roger Chartier, refere-se às construções sociais da realidade. Segundo o autor, são nelas que os sujeitos fundamentam suas visões de mundo, levando em conta seus interesses ou do seu grupo. Dessa forma, na medida em que as representações são as matrizes dos discursos e práticas de um determinado grupo, elas são excelentes instrumentos teórico-metodológicos para analisar a criação de discursos sobre o Outro – em nosso caso, as mulheres escravizadas. Neste artigo, estamos especialmente interessados na forma como essas representações – em geral, negativas – impactaram o cotidiano das escravizadas e como, a partir disso, elas criaram estratégias cotidianas de resistência.

Argumentamos, por fim, que essas representações não circularam somente entre as elites, mas que influenciaram a legislação municipal e imperial. A partir de 1830, houve um esforço de normatização do trabalho e das condutas de pessoas negras e pobres, de modo a expulsá-las do espaço urbano. Se o objetivo final não foi alcançado, foi porque a população negra resistiu e criou estratégias para burlar essas medidas, como demonstraremos a seguir.

Mundos do trabalho: quitadeiras e criadas na dinâmica cidadina

Por anos, prevaleceu uma historiografia da escravidão que afirmava que o trabalho escravo foi usado de forma excepcional em Santa Catarina. Somente nos anos 1980 e 1990, com a advento de novas fontes e metodologias, pesquisas demonstraram a importância da

² Com base nas seguintes obras: CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Lisboa: Difusão Editorial, 1988, 244 p; CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: Artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1998, 350p.

escravidão para a economia da província, assim como inseriram os portos catarinenses nos circuitos atlânticos. Com base nesses trabalhos, torna-se possível enxergar Nossa Senhora do Desterro, capital da província e objeto de nosso estudo, como ponto dinâmico de produção e escoamento de produtos, ao menos a partir de 1808, quando a Corte chega ao Rio de Janeiro.

Nesse contexto, Santa Catarina possuía uma produção agrícola significativa, cujo excedente era destinado à exportação e ao abastecimento do mercado externo. Ao mesmo tempo em que os navios levavam mercadorias para o além-mar, chegavam, do porto do Rio de Janeiro, africanos escravizados que, pouco a pouco, eram transportados para pequenas e médias propriedades de toda a província³. Além disso, da Europa, chegavam viajantes e produtos europeus que, em breve, seriam integrados à elite desterrense.

Diante de tamanha circulação de produtos e pessoas, era estratégico distribuir o comércio da cidade pelos arredores do porto. Ao seu redor, estavam não apenas as principais casas de comércio, mas também um grande número de ambulantes, como as quitadeiras e pombeiros. Dessa dinamização do comércio, surgiu também uma classe urbana, composta por negociantes e membros do poder público, que passou a integrar a elite da cidade.

Além disso, a escravidão, sobretudo a urbana, foi diretamente afetada pela inserção de Desterro no circuito comercial atlântico. Outro ponto de tensão na historiografia, essa modalidade de escravidão foi vista, até meados dos anos 1980, como menos violenta. Hoje, pelo contrário, as pesquisas demonstram que a escravidão urbana criou uma espécie de cativo urbano, onde o Estado assumia o controle e o exercício da violência⁴. Dessa forma, a escravidão urbana tinha particularidades quando comparada à rural. Entre elas, uma maior circulação pela cidade e a possibilidade de estabelecer vínculos de afetividade e contato com grupos sociais mais amplos, para além dos limites das senzalas e fazendas.

Mas a escravidão urbana não era uma modalidade homogênea. Ela se desenvolveu em diferentes formatos, como o ganho e o aluguel. No primeiro caso, o escravizado, que poderia exercer diferentes ofícios, pagava um jornal – uma espécie de salário – ao seu senhor, com quem poderia ou não morar. Essa relação variava conforme o acordo estabelecido e as condições materiais do senhor, mas o trabalho no ganho abriu uma janela de possibilidades para os escravizados que, em alguns casos, chegaram a acumular pecúlio suficiente para comprar suas alforrias. Já no segundo caso, o senhor de escravos determinava que um ou mais

³ MAMIGONIAN, Beatriz G., 2014, p. 565-596.

⁴ SANTOS, Ynaê Lopes dos. 2016, p. 512.

escravizados trabalhassem, por um tempo previamente acordado, para um segundo senhor. Essas negociações, frequentemente, ocorriam por meio dos jornais, onde eram anunciados quais escravizados estavam disponíveis para aluguel⁵.

Apesar de pouco lembradas pela historiografia, entre os escravizados de ganho e de aluguel, existiam mulheres. Elas atuaram em diversos ofícios, em geral, bastante lucrativos para seus senhores. Neste artigo, exploraremos a atuação de quitandeiras e criadas, duas ocupações comuns para escravizadas na Desterro imperial.

Entre jornais e legislações municipais: representações do trabalho feminino

Uma leitura acurada dos jornais produzidos em Desterro nos permite historicizar o cotidiano de trabalho das quitandeiras e criadas, assim como esmiuçar algumas das representações sobre mulheres escravizadas que exerciam essas funções. Para isso, como já mencionado, serão analisados os periódicos *A Regeneração* e *O Argos* no período entre 1835 e 1865. A escolha do recorte temporal tem por objetivo recuperar as discussões sobre a modernização da cidade, iniciadas na década de 1830, e a consolidação de uma elite, de herança escravocrata, situada nos anos de 1850⁶.

As quitandeiras atuavam em mercados e feiras ao ar livre, e vendiam gêneros alimentícios, como frutas, peixes e comidas preparadas. Poderiam atuar de forma ambulante, com cestas sobre as cabeças, ou com pequenas quitandas fixadas em calçadas e praças. Assumiam o ofício de quitandeiras tanto escravizadas quanto libertas, mas havia uma maioria banto e iorubá. Essa predominância pode ser explicada por uma tradição africana antiga que cruzou o Atlântico junto com os navios negreiros e se dispersou pelo Brasil: segundo Selma Pantoja⁷, na África centro-ocidental, de onde vinham os bantos e iorubás, a venda de mercadorias de consumo rápido por mulheres era comum.

Embora desempenhassem um papel significativo para o funcionamento das cidades, as quitandeiras não contavam com a simpatia dos legisladores municipais. Prova disso é o modo como o redator critica uma sessão da Assembleia Provincial no jornal *A Regeneração*, em

⁵ Para mais elementos, ver também: SANTOS, Ynaê Lopes dos. Tornar-se corte: trabalho escravo e espaço urbano no Rio de Janeiro (1808-1815). *História Comparada*. Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, 2013, p. 262-292; SOARES, Cecília Moreira. As ganhadeiras: mulheres e resistência negra em Salvador no século XIX. *Afro-Ásia*. Salvador, v. 17, 1996.

⁶ PEDRO, 1994.

⁷ apud SILVA, 2004, p. 102.

1882⁸. Ele afirma que as palavras infâmias ditas pelos políticos só poderiam ser comparadas às das quitadeiras da praça do Mercado. Esse comentário não é um caso isolado, mas uma representação praticamente universal das quitadeiras durante o período imperial: elas seriam mulheres imorais, escandalosas e inconvenientes.

Suas quitandas e quitutes também eram vistos com maus olhos. Em tempos de modernização e higienismo, os legisladores do município recorrentemente buscavam controlar a atuação das quitadeiras. Exemplo disso são as discussões⁹ acaloradas sobre a construção de um Mercado Público e a transferência das barraquinhas da praça da Matriz para os arredores do Forte de Santa Bárbara, local mais distante do porto e, conseqüentemente, do centro da cidade. O objetivo era tornar o espaço central de Desterro, por onde chegavam os visitantes, mais ordenado, civilizado e bonito¹⁰.

A mudança, é claro, não vingou. Em 1851, foi inaugurado o novo Mercado, localizado próximo ao porto e à Igreja Matriz. Além disso, o espaço continuou a contar com a presença das quitadeiras e de suas barraquinhas, o que é um indício de resistência dessas mulheres, cujas vendas e subsistência dependiam da circulação intensa de pessoas, e daqueles que se beneficiavam de seus trabalhos, como seus senhores, os comerciantes locais e sua clientela¹¹.

Embora tenham ganhado essa batalha, as quitadeiras não escaparam dos impostos e regulamentos da Câmara Municipal, presentes nos ofícios de 1846 e 1850¹². Outrossim, a nova legislação limitava a circulação e o ajuntamento de escravizados no entorno das feiras e Mercados. Quando analisadas a contrapelo, essas medidas mostram que os escravizados criaram redes de sociabilidade e que as quitandas, feiras e Mercados foram espaços fundamentais para o desenvolvimento de laços de afeto e amizade¹³. Já a necessidade de

⁸ **A Regeneração**, 13/10/1882, p. 3.

⁹ Para saber mais: POPINIGIS, Fabiane. “Aos pés dos pretos e pretas quitadeiras”: experiências de trabalho e estratégias de vida em torno do primeiro mercado público de Desterro (1840-1890). **Afro-Ásia**. Salvador, n. 46, 2012.

¹⁰ MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. 1999, p. 179-188.

¹¹ O apoio da clientela pode ser observado em **O Novo Iris**, 30/08/1850, p. 3-4. Para saber mais sobre as relações de dependência entre senhores e escravizados de ganho, veja: SBRAVATI, Daniela Fernandes. **Senhoras de incerta condição**: proprietárias de escravos em Desterro na segunda metade do século XIX. Dissertação (Mestrado) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

¹² OFÍCIO da Câmara para a Presidência da Província, 24/07/1850, **Registro da Correspondência da Câmara Municipal desta Cidade** (1848-1853), N° 109 (144 B.C), p. 115. Arquivo Histórico Municipal de Florianópolis; ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Ofícios da Câmara Municipal ao Presidente da Província**. Regulamento para o uso da Praça de Mercado. Anexo ao Ofício de 21/12/1850, Fls. 120-126.

¹³ A preocupação com o ajuntamento de escravizados era motivo de ofícios direcionados ao poder público, ver mais em: ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Registro de Correspondência, n° 94

reafirmar as normas de conduta em distintos momentos ao longo da década, como os ofícios de 1846 e 1850 mostram, leva-nos a crer que homens e mulheres negras empreenderam ações de resistência diante do poder público, buscando criar espaços de reunião apesar das leis que coíbiavam essas práticas.

Logo, a partir das fontes, é possível observar uma maior autonomia espacial e, por vezes, social na escravidão urbana, o que não significava, contudo, uma menor rigidez ou controle sobre seu trabalho. As escravizadas precisaram conviver não somente com as hostilidades de seus senhores, mas também com as do poder público, cujos legisladores buscavam, com bastante frequência, restringir sua circulação pela cidade. Mesmo quando livres, essas mulheres lidaram com a ameaça constante de serem expulsas de seus locais de trabalho, como o caso do Mercado Público denota. Ainda assim, essa ofensiva do poder público não foi uma via de mão única, visto que as trabalhadoras negras se mobilizaram e resistiram às mudanças que poderiam afetar seu cotidiano.

Mulheres escravizadas, porém, não trabalhavam apenas nas ruas de Desterro. Pelo contrário, um grande número delas exercia serviços porta a dentro¹⁴, como os ligados à cozinha e à limpeza da casa. A notar pelo número de anúncios e vagas de emprego que circulavam nos jornais, esse era um ofício que movimentava bastante o mercado de escravizados da cidade.

Exigia-se dessas escravizadas o serviço de toda uma casa, como cozinhar, lavar e engomar. Também era comum que, além das atividades domésticas, essas mulheres fossem responsáveis por fazer compras ou acompanhar suas senhoras em passeios pela cidade. Por isso, como características morais e físicas, exige-se a boa conduta, saúde e a não existência de vícios¹⁵. Além disso, havia certa preferência por escravizadas jovens, entre 15 e 25 anos.

Quando eram anunciadas amas de leite, uma categoria especial dentre os serviços de porta a dentro, o aspecto nutricional e a idade das escravizadas eram frisados¹⁶. Vale lembrar que, nesse contexto, era comum que os filhos recém-nascidos dos senhores fossem alimentados

(128 B.C). Ofícios da Câmara Municipal, 1843-1845. **Ofício da Câmara para o Presidente da Província**, 6 de setembro de 1843, fl. 20 v.

¹⁴ Designação dada aos serviços domésticos. Ver SILVA, 2004.

¹⁵ Um exemplo é **A Regeneração**, 11/06/1871, p. 3. Pode ser uma referência às denúncias, bastante recorrentes no período, de embriaguez entre os escravizados e libertos. Ver mais em: FREITAS, 2006.

¹⁶ **A Regeneração**, 02/09/1877, p. 3.

por jovens escravizadas, o que explica porque os anúncios de aluguel ou compra de amas de leite era tão comuns¹⁷.

Observa-se, então, que por trás da repetição das qualidades anunciadas e procuradas, transparecem elementos caros ao universo sociocultural da classe senhorial. Honestidade e saúde, por exemplo, combinavam dois elementos caros à elite nessa época: a moralidade e a higiene. No século XX, caracterizações como essa se tornarão ainda mais comuns, dado o higienismo eugênico que se dispersará do Rio Janeiro em direção a outras cidades do Brasil.

Ainda que especialmente selecionadas e vigiadas dada a proximidade com seus senhores, as criadas também encontravam brechas para um agir de forma independente. Exemplo disso é o caso da escravizada Luiza. Em 1869¹⁸, sua senhora, D. Maria Joaquina de Vasconcellos Coimbra, anunciou que não se responsabilizava por nenhuma dívida contraída por Luiza. Podemos supor que a escravizada era responsável por fazer as compras de sua proprietária e, aos poucos, aprendeu a usar essa credibilidade na praça para comprar produtos para ela mesma, beneficiando-se da confiança que detinha junto a D. Maria Joaquina.

Outra informação valiosa está no Regulamento da Praça de Mercado¹⁹ de 1850, expedido pela Câmara Municipal. Nesse documento, há um artigo que limita o tempo de permanência de escravizados nas barracas de compras, sob pena de prisão. Tal medida revela que os escravizados usavam o momento de compras ou do serviço no ganho para passear pela cidade e conversar com transeuntes, estabelecendo redes de camaradagem e amizade. Em casos como esse, a ameaça de prisão é justificável, segundo as autoridades, por se tratar de uma derivação do crime de vadiagem. Vale lembrar que, de acordo com o Código Penal de 1830²⁰, vadios eram aqueles que não tinham ocupação útil. Por isso, eram considerados inimigos do trabalho honesto e perturbadores da ordem social. Como crime tipificado, a vadiagem detinha pena de prisão, com a aplicação de trabalhos forçados, por até 28 dias. Fica nítido, então, que o objetivo não era somente punir os sujeitos, mas inculcar neles a cultura do trabalho, tão cara à sociedade brasileira dos séculos XIX e XX.

¹⁷ González tem um interessante artigo sobre a permanência da figura da “mãe preta” na sociedade brasileira. Ver: GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Ciências Sociais Hoje**. Rio de Janeiro, 1984, p. 223-244.

¹⁸ **A Regeneração**, 14/02/1869, p. 4.

¹⁹ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, 21/12/1850.

²⁰ Ver artigo n. 295 do Código Penal de 1830. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm>. Acesso em 19 de out. de 2022.

Para além da ideia de vadiagem, esse era um contexto em que a grande presença da população de cor, tanto escrava quanto liberta, nas cidades assustava as autoridades. Sobretudo após a Revolta dos Malês, em 1835, a escravidão e a construção de sociabilidade entre escravizados passaram a ser lidas pela ótica de seu potencial explosivo²¹. Para conter a ameaça, as autoridades buscaram, durante toda a segunda metade do século XIX, restringir a liberdade e a circulação de escravizados em horas e lugares impróprios. Além disso, a emissão de licenças municipais para o trabalho africano e taxas de matrículas para escravizados cresceram exponencialmente no século XIX, o que revela uma preocupação com o controle do número de escravizados e de suas atividades. Ao mesmo tempo, com forte tom punitivista, os jornais²² anunciavam multas, recolhimento e prisão de escravizados e libertos cujos documentos continham irregularidades.

A partir dos casos estudados, fica claro que as legislações municipal e imperial, frequentemente, buscaram normatizar o trabalho de libertos e escravizados. Ainda assim, as mulheres negras, fossem elas quitadeiras ou domésticas, criaram oportunidades para escapar da vigilância e conquistar certa liberdade no espaço das cidades. Algumas, como a escravizada Luiza, usavam o nome de sua senhora para ganhar credibilidade com os lojistas. Outras, como as regras do Mercado Público sugerem, usavam o tempo destinado às compras para conversar com amigos e comerciantes. Existiam também as quitadeiras africanas que, para vender seus produtos, cantavam e gritavam pela cidade, ainda que atraíssem as críticas da elite desterrense. Tais condutas demonstram que o trabalho e a cidade foram espaços em que as escravizadas, usando de sua relativa liberdade, protagonizaram ações de resistência diante poder público e senhorial.

Considerações finais

Como vimos, a normatização do trabalho de escravizadas coincide com o período de formação de uma elite de moldes burgueses em Desterro. O desenvolvimento dessa classe é resultado de uma conjuntura ampla, em que a presença da Corte trouxe maior dinamicidade para o comércio de gêneros alimentícios, assim como houve um momento de prosperidade nos mercados e preços de exportação, beneficiando Desterro. Além disso, nesse contexto,

²¹ SILVA, 2004, p. 128.

²² Um exemplo é o anúncio da prisão de Eva, escravizada de J. Marciano de Sá, que havia fugido. Ver **O Argos**, 02/11/1861, p. 3.

desenvolvia-se um processo de higienização eugênica da cidade, marcado pela necessidade de ordenar e limpar os espaços públicos, o que, frequentemente, significa expulsar pobres e negros das malhas urbanas.

Aproveitando-nos dessa conjuntura, estudamos as representações do trabalho feminino de mulheres escravizadas. Em anúncios de jornais e transcrições das legislações municipais, é possível enxergar a construção de um modelo ideal de mulher trabalhadora. As escravizadas dedicadas ao serviço doméstico precisavam ser prendadas, higiênicas, sadias e fiéis. Por outro lado, as quitandeiras, fossem elas escravizadas ou libertas, precisavam lidar com o estereótipo de africana escandalosa e imoral que circulava nas páginas dos jornais.

Ao mesmo tempo, demonstramos que, apesar de um esforço do poder público no sentido de modernizar e embelezar a cidade, escravizados e libertos insistiram em frequentá-la e lhe dar significados próprios. Esses grupos subalternos não entendiam o espaço urbano apenas como local de trabalho, mas também como espaço propício para a formação de redes de sociabilidade e ao exercício de certa autonomia. Nesse sentido, fizeram uma leitura própria das cidades imperiais e, com a territorialização de suas experiências, somos capazes de enxergar suas práticas cotidianas e escrever uma nova história de Florianópolis, levando em conta as experiências e agências negras que se desenrolaram em seu território.

Além disso, argumento que é impossível escrever essa história sem considerar as intersecções entre gênero, raça e classe. As mulheres negras, fossem elas escravizadas ou libertas, estiveram presentes nos espaços urbanos e seus trabalhos impactaram diretamente a dinâmica das cidades e o cotidiano de seus moradores. Ainda assim, pouco estudamos as mulheres trabalhadoras, sobretudo as negras, e, menos ainda, o modo como as representações elitistas de seus corpos permanecem no nosso cotidiano. Esse artigo é um convite para que pesquisas como essas sejam feitas e publicadas.

Referências

Primárias:

A Regeneração, 13 de outubro de 1882, n. 80, p. 3.

Anúncios. **A Regeneração**, 02 de setembro de 1877, n. 900, p. 3.

Atenção. **A Regeneração**, 14 de fevereiro de 1869, n. 46, p. 4.

CONCEIÇÃO, Jorge. Anúncios. **A Regeneração**, 11 de junho de 1871, n. 283, p. 3.

Repartição da polícia. **O Argos**, 02 de novembro de 1861, n. 827, p. 3.

Repartição da polícia. **O Argos**, 02 de novembro de 1861, n. 827, p. 3.

O CHRISTÃO FIRME. Correspondências ao Editor. **O Novo Iris**, 30 de agosto de 1850, n. 49, p. 3-4.

OFÍCIO da Câmara para a Presidência da Província, 24/07/1850, **Registro da Correspondência da Câmara Municipal desta Cidade** (1848-1853), N° 109 (144 B.C), p. 115. Arquivo Histórico Municipal de Florianópolis.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Ofícios da Câmara Municipal ao Presidente da Província**. Regulamento para o uso da Praça de Mercado. Anexo ao Ofício de 21/12/1850, Fls. 120-126.

ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Registro de Correspondência, n° 94 (128 B.C). Ofícios da Câmara Municipal, 1843-1845. **Ofício da Câmara para o Presidente da Província**, 6 de setembro de 1843, fl. 20 v.

Secundárias:

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: Artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1998, 350p.

CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Lisboa: Difusão Editorial, 1988, 244 p.

COWLING, Camillia. Esclarecidas mães de família ou criadas prendadas? A elite imagina os sentidos da liberdade. In _____. **Concebendo a liberdade: mulheres de cor, gênero e a abolição da escravidão**. Campinas: EdUNICAMP, 2018, p. 261-295.

FARIA, Sheila de Castro. Mulheres forras: riqueza e estigma social. **Tempo**. Rio de Janeiro, n. 9, 2000.

FREITAS, Fernanda Vieira de. As negras quitadeiras no Rio de Janeiro do século XIX pré-republicano: modernização urbana e conflito em torno do pequeno comércio de rua. **Tempos Históricos**. v. 20, 2016.

GOMES, Flávio; SOARES, Carlos E. Líbano. “Dizem as quitadeiras”: ocupações urbanas e identidades étnicas em uma cidade escravista, Rio de Janeiro, século XIX. **Revista da Biblioteca Nacional**. Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, 2002.

LEITE, Carlos Henrique Ferreira. Teoria, metodologia e possibilidades: os jornais como fonte e objeto de pesquisa histórica. **Escritas**. Araranguá, vol. 7, n.1, p. 3-17, 2015.

LIMA, Henrique Espada. Sob o domínio da precariedade: escravidão e os significados da liberdade de trabalho no século XIX. **Topoi**. Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, 2005.

LIMA, Henrique Espada . Trabalho e lei para os libertos na Ilha de Santa Catarina no século XIX: arranjos e contratos entre a autonomia e a domesticidade. **Cadernos Arquivo Edgard Leuenroth**. Campinas, v. 14, p. 133-175, 2009.

LIMA, Henrique Espada, A família de Maria do Espírito Santo e Luís de Miranda Ribeiro: “agências e artes” de libertos e seus descendentes no Desterro do século XIX. In _____. XAVIER, Regina C. (org). **Escravidão e Liberdade**. Temas, problemas e perspectivas de análise. São Paulo: Alameda, 2012, p. 383-414.

MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. Em nome da beleza, comunidade e benefício público: um projeto de intervenção urbana para Desterro na metade do século XIX. **Geosul**. Florianópolis, v. 14, n. 28, p. 179-188, 1999.

MAMIGONIAN, Beatriz G. Africanos em Santa Catarina: escravidão e identidade étnica (1750-1850). In _____. FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo; JUCÁ, Antônio Carlos et al. **Nas rotas do Império: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português**. Vitória: EdUFES, 2014, p. 565-596.

PEDRO, Maria Joana. **Mulheres honestas e mulheres faladas: uma questão de classe**. Florianópolis: EdUFSC, 1994.

POPINIGIS, Fabiane. “Aos pés dos pretos e pretas quitadeiras”: experiências de trabalho e estratégias de vida em torno do primeiro mercado público de Desterro (1840-1890). **Afro-Ásia**. Salvador, n. 46, 2012.

POPINIGIS, Fabiane. Trabajo, libertad y esclavitud: estrategias y negociaciones en el sur de Brasil, siglo XIX. **Trashumante**. Medellín, n. 6, 2015, p. 146-168.

SANTOS, André Luiz. **Do Mar ao Morro: a geografia histórica da pobreza urbana em Florianópolis**. Dissertação (Doutorado em História) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 658 p, 2009.

SANTOS, Ynaê Lopes dos. Escravidão urbana como cenário? Um exame crítico sobre a historiografia da escravidão urbana no Rio de Janeiro e Havana. **Landa**. Florianópolis, v. 5, n. 1, 2016, p. 500-531.

SANTOS, Ynaê Lopes dos. Tornar-se corte: trabalho escravo e espaço urbano no Rio de Janeiro (1808-1815). **História Comparada**. Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, 2013, p. 262-292.

SBRAVATI, Daniela Fernandes. **Senhoras de incerta condição: proprietárias de escravos em Desterro na segunda metade do século XIX**. Dissertação (Mestrado) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

SILVA, Maciel H. Carneiro da. **Pretas de honra: trabalho, cotidiano e representações de vendeiras e criadas no Recife do século XIX (1840-1870)**. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 299 p, 2004.

Quitadeiras e domésticas na Desterro do século XIX (1835-1870): os mundos do trabalho e suas representações – Maria Luiza Péres

SOARES, Cecília Moreira. As ganhadeiras: mulheres e resistência negra em Salvador no século XIX. **Afro-Ásia**. Salvador, v. 17, 1996.

Modelos de feminilidade na intersecção entre gênero e raça: amas de leite e domésticas em Desterro (1849-1883)

Models of femininity at the intersection between gender and race: wet nurses and domestic in Desterro (1849-1883)

Fernanda Buttini Barczak¹

Resumo: Partindo da premissa teórica da intersecção entre gênero e raça, o presente artigo pretende investigar os discursos acerca dos papéis das mulheres escravizadas, assim como as concepções de feminilidade, higiene e maternidade que coexistiram com as construídas para mulheres brancas, enfocando as escravizadas domésticas, sobretudo, as amas de leite, em Desterro na segunda metade do século XIX. A investigação parte da análise de jornais de Desterro entre 1849 e 1883, buscando destacar a presença africana e afrodescendente na história de Santa Catarina e contribuir com os estudos de gênero.

Palavras-chave: Amas de leite; Domésticas; Desterro; Gênero.

Abstract: Based on the theoretical premise of the intersection between gender and race, this article aims to investigate the discourses about the roles of enslaved women, as well as the conceptions of femininity, hygiene and motherhood that coexisted with those built for white women, focusing on domestic enslaved, and above all, wet nurses, in Desterro in the the second half of the 19th century. The investigation starts from the analysis of Desterro's newspapers between 1849 and 1883, seeking to highlight the African and Afro-descendant presence in the history of Santa Catarina and contribute to gender studies.

Keywords: Wet nurses; Domestic enslaved; Desterro; Gender.

Introdução

Não é novo que as categorias identitárias de gênero não são homogêneas. Desde a importante ruptura epistemológica com a categoria de análise “Mulher” como sujeito universal, em contraposição ao “Homem”², entendemos que não havia “a mulher”, mas sim as mais diversas “mulheres”, atingidas por diferentes opressões e que reivindicavam também diferentes pautas. Apenas quando o gênero é transversalizado, isto é, interseccionado com raça e classe é que se abre o leque de possibilidades para dar conta das realidades das mulheres³. Desta maneira, ao investigarmos as relações de gênero na sociedade brasileira do século XIX,

¹ Graduanda do curso de História da Universidade Federal de Santa Catarina e bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET). E-mail: buttinifernanda@gmail.com

² PEDRO, 2005, p. 80.

³ CARMO, 2012, p. 110.

percebemos que havia mais de uma feminilidade sendo vivida (e subvertida), ainda que algumas fossem mais valorizadas pelo status quo branco patriarcal⁴.

Assim sendo, o gênero que deve ser transversalizado por outras categorias, deve ser também historicizado, já que é construído em contextos espaço-temporais específicos – e nada possui de determinações biológicas, como estudos apontam mesmo antes da popularização do conceito, com Margaret Mead⁵. Em concordância com a historiadora já bastante citada Joan Scott (1995), parto do princípio de que “(1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder.”⁶ A autora, a partir do conceito foucaultiano de poder, explica-nos que

[...] o gênero implica quatro elementos relacionados entre si: primeiro, símbolos culturalmente disponíveis que evocam representações múltiplas (frequentemente contraditórias) – Eva e Maria, como símbolo da mulher, por exemplo, na tradição ocidental cristã – mas também mitos de luz e escuridão, de purificação e poluição, de inocência e corrupção.⁷

Relacionando esta dimensão das simbologias de gênero bem salientadas por Scott à história da escravidão no Brasil, Adriana Reis (2001) considera o escravo como explicitamente o símbolo do feminino: “é emasculado, desvirilizado e submetido, como o feminino, ao poder do senhor, seja ele homem ou mulher”⁸. Desta maneira, para a autora, as estruturas hierárquicas da relação pretensamente “natural” entre homens e mulheres, simbolicamente remetem a poder/submissão, branco/negro, senhor/escravo⁹. Considerando que o gênero é um campo primeiro por meio do qual o poder é articulado, como argumentado por Joan Scott (1995), Reis afirma que “A simbologia do gênero garantia a submissão e essa é a grande metáfora do poder na escravidão.”¹⁰

⁴ CARMO, 2012, p. 118.

⁵ Considerada precursora dos estudos de gênero, a antropóloga investigou as relações entre temperamento e diferenças sexuais em três sociedades “primitivas”, e a partir da variabilidade do modo como dramatizavam as diferenças sexuais, constatou que são frutos de construções sociais e não fatores biológicos. MEAD, Margaret. Introdução e A padronização do temperamento sexual. In _____. Sexo e temperamento. São Paulo: editora Perspectiva, 1988.

⁶ SCOTT, 1995, p. 86.

⁷ SCOTT, 1995, p. 86.

⁸ REIS, 2001, p. 16.

⁹ REIS, 2001, p. 16.

¹⁰ REIS, 2001, p. 16.

Contudo, é claro que as relações entre raça e gênero não se dão apenas a nível metafórico. Angela Davis (2016) tratou de esclarecer como as opressões se combinam de forma sistemática, demonstrando as conexões entre a luta abolicionista e o movimento pelos direitos das mulheres nos Estados Unidos¹¹. Logo, Davis parece teorizar a interseccionalidade antes mesmo do termo existir.

É neste jogo de poderes no qual se inter cruzam gênero, raça e classe, que a sociedade escravista oitocentista se funda. E nela, os papéis que se colocam para mulheres negras escravizadas¹² muitas vezes contrariam o mito do amor materno, a fragilidade feminina e o vínculo à esfera privada. As escravizadas domésticas, conhecidas como mucamas, e amas de leite, se apresentam como figuras chave para a investigação deste debate, permeadas de ambiguidades, se aproximam muitas vezes das tarefas direcionadas as mulheres brancas da elite: o cuidado dos filhos e do lar.

Os estudos sobre mucamas e amas de leite estão consideravelmente bem desenvolvidos, o que é perceptível a partir das numerosas publicações que se debruçam sobre a cidade do Rio de Janeiro, mas também sobre a Bahia, São Paulo, e diversos outros centros urbanos. Em Desterro, as domésticas ainda não foram protagonistas nos trabalhos dos historiadores, sendo apenas brevemente consideradas em alguns deles¹³. Isso é reflexo de um movimento maior de embranquecimento da história de Santa Catarina, articulado ao mito da ilha açoriana. Uma historiografia tradicional enfatizou a imigração europeia em detrimento da heterogeneidade cultural do estado, mas felizmente, a historiografia recente, que segundo Cristina Wolff (2009) seguiu a “abordagem temática”, incorporou os grupos excluídos da história¹⁴.

Argumentava-se que a presença africana e afrodescendente era inexpressiva na região Sul do país devido a não predominância das grandes fazendas de monocultura¹⁵. Entretanto, escravizados ocuparam “funções de mar, do engenho e do apoio, as armações baleeiras”¹⁶ assim como outros ofícios, no litoral catarinense. No caso de Desterro, em 1855, segundo relatório do

¹¹ DAVIS, 2016.

¹² Opta-se pelo termo “escravizada”, em oposição a “escrava”, partindo do entendimento de que esta condição era imposta pelo colonialismo e não natural, porém o termo “escrava” aparece no momento da análise das fontes originais.

¹³ Excepcionalmente, a importante tese de doutorado de Débora Michels Mattos, se aprofunda mais nas amas de leite e domésticas na ilha de Santa Catarina, ao tematizar saúde e escravidão. MATTOS, Débora Michels. Saúde e escravidão na ilha de Santa Catarina (1850-1888). Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2015.

¹⁴ WOLFF, 2009, p. 58.

¹⁵ FREITAS, 2020, p. 90.

¹⁶ MAMIGONIAN, 2006, p. 619.

presidente da província, a população era de 5.611 habitantes, dos quais cerca de 1.436 eram escravos¹⁷. Ou seja, 25% da população da capital da província de Santa Catarina era africana ou afrodescendente, sem contar ainda os “pretos e pardos livres”. Trabalhos como os de Mamigonian (2006), Cardoso (2007), Mattos (2015), Penna (2005) e diversos outros autores, ressaltam a presença africana e afrodescendente no estado e suas diversas facetas.

Por outro lado, o gênero também se estabelece como área de pesquisa crescente na historiografia catarinense. Destacam-se os trabalhos de Pedro (1994), Machado (2001)¹⁸, que trabalham o século XIX. Contudo, pesquisas que enfocam a conexão entre raça, gênero, e consequentemente classe, sobretudo, os indivíduos mais atingidos nesta encruzilhada de opressões (mulheres negras), ainda são escassas. Entre elas, encontra-se a pesquisa sobre as quitandeiras em Desterro, de Fabiane Popinigis (2012, 2013) e os trabalhos que enfocam a figura específica da Antonieta de Barros. Desta maneira, a história das mulheres negras que viveram em Santa Catarina, ou que circularam pelas ruas de Desterro oitocentista, permanecem como experiências esperando para serem indagadas. Enxergando com otimismo o movimento engendrado pela historiografia de Santa Catarina até aqui, acredito que está próximo o despertar para o desenvolvimento dos estudos que centralizem as mulheres africanas e descendentes em suas investigações. O presente artigo, como um estudo introdutório, é também um convite para novas pesquisas.

Tendo em vista a premissa teórica e o estado da arte exposto anteriormente, objetivo analisar os modelos de feminilidade vigentes na intersecção entre raça e gênero, a partir das escravizadas domésticas e amas de leite em Desterro na segunda metade do século XIX. Para isso, parto da análise de jornais da cidade, dentre eles: *O Despertador* (1863-1866; 1882); *Commercial* (1868); *O Conciliador Catharinense* (1849-1850); *O Argos* (1856-1857) e *A Regeneração* (1880; 1883). Do exame de diversos anúncios de procura, venda e aluguel de domésticas e amas de leite, assim como de outros tipos de publicações, emergem modelos de feminilidade peculiares às mulheres escravizadas, bem como concepções de higiene e maternidade correntes no período.

Amas de leite e domésticas no Brasil oitocentista

¹⁷ POPINIGIS, 2013, p. 2.

¹⁸ MACHADO, Vanderlei. Honra e conduta: em busca da construção de um modelo burguês de masculinidade em Desterro. (1850-1894). In: BRANCHER, Ana e AREND, Sílvia M. F.(org.) História de Santa Catarina no século XIX. Florianópolis, UFSC, 2001. pp.85-104.

De acordo com Mariana Muaze (2018), as relações escravistas na esfera privada no Brasil do século XIX, se, por um lado, envolviam afetividades e fidelidades, por outro, “eram gestadas num ambiente de abuso, humilhação, violência física e simbólica, característico da própria escravidão como instituição.”¹⁹ Grosso modo, as domésticas eram encarregadas de lavar e passar a roupa, limpar, cuidar da casa e cozinhar. Contudo, sabe-se que nem sempre as mucamas eram responsáveis por todas as tarefas necessárias para manter o lar. Uma família da elite poderia possuir uma escravizada para cuidar das roupas, outra para cozinhar e talvez uma terceira para ser copeira. As criadas poderiam também acumular funções domésticas combinadas ao trabalho na roça ou como “escravas de ganho”. Segundo Katia Mattoso, as amas de leite são as mucamas que, por vezes, alimentavam seu filho e o do seu amo.²⁰ Entretanto, Maria Elizabeth Carneiro (2006) argumenta que é difícil perceber uma regra nesse sentido devido a constatação de diversos autores acerca da privação do convívio das amas cativas com seus próprios filhos.

Conforme a definição de Muaze (2018), a tarefa das amas de leite era amamentar o filho do senhor e cuidar de sua higiene para a preservação da saúde do bebê na primeira infância, por vezes acompanhada de outras atividades em paralelo. Poderia, ao final do período, se transformar em ama-seca ou ser acolhida como doméstica, “já as amas de leite alugadas eram devolvidas aos donos e poderiam nunca mais ver as crianças que criaram.”²¹ Refutando a perspectiva de Gilberto Freyre acerca das amas como “negras a quem se faziam todas as vontades”²², Mariana Muaze salienta:

Mesmo que, muitas cativas pela proximidade intrínseca à função de ama, tenham adquirido melhores condições de vida dentro do sistema que cotidianamente as oprimia, usufruindo de vestimentas, comidas e local de moradia melhores se comparadas ao de outras escravas. Não se pode esquecer que a tarefa a que se destinavam envolvia o silenciamento do exercício da maternidade.²³

Deste modo, ao passo que as amas conquistavam algumas conceções pela função que ocupavam, o que nem sempre ocorria, seus filhos eram vilipendiados em nome da nutrição da criança branca. A prática da amamentação mercenária, carregada de afetividades e violências,

¹⁹ MUAZE, 2018, p. 361.

²⁰ MATTOSO, 1978 apud CARNEIRO, 2006, p. 218.

²¹ MUAZE, 2018, p. 363.

²² FREYRE, 1987, p. 352 apud MUAZE, 2018, p. 360.

²³ MUAZE, 2018, p. 363.

se constitui como um *habitus* senhorial que reproduz e naturaliza as relações hierárquicas vivenciadas e foi utilizada como elemento de distinção social.²⁴ Em sua maioria, as amas de leite foram mulheres escravizadas, mas sabe-se que minoritariamente existiram amas livres e também brancas, portanto, esta prática possuía uma grande variabilidade de significados.

A segunda metade do século XIX é marcada pela emergência de um discurso médico que negativiza a amamentação dos filhos dos senhores pelas mulheres escravizadas, alegando que traria prejuízos ao desenvolvimento da criança. De maneira semelhante, as escravizadas presentes no ambiente doméstico que participavam da infância das crianças brancas também foram objetos de preocupação para a educação, especialmente das meninas.

Feminilidades racializadas nas páginas dos jornais de Desterro

Objetivando demonstrar como as imagens femininas funcionaram como elemento de distinção da nova elite de Desterro, Joana Maria Pedro (1994) se volta às publicações nos jornais da cidade que tematizam a mulher, a família, a maternidade: delineava-se a mulher idealizada cujo papel essencial era ser esposa, mãe e dona de casa. A autora observou que “as primeiras páginas destinavam-se à esfera pública e, nas seguintes - em especial no setor de “variedades” - abria-se um espaço para a subjetividade originada na esfera íntima da família.”²⁵ Enquanto, neste setor de variedades encontram-se as discussões a respeito das mulheres brancas, sobretudo as da elite, as imagens femininas das mulheres africanas e afrodescendentes aparecem, a princípio, nas últimas páginas do jornal: o espaço destinado aos anúncios.

Os anúncios de procura, venda e aluguel de amas de leite e escravizadas domésticas dividiam a página com divulgações de terrenos, casas, pianos, sabões, cavalos, pílulas “purgativas de vida” e as mais diversas mercadorias. Mas ali também anunciava-se espetáculos teatrais, clubes e serviços como os de dentista e cambio marítimo.

Explorando os anúncios de escravizados nos jornais de Desterro, percebe-se que, enquanto os anúncios referentes a homens escravizados ressaltavam ofícios bem diversificados como “para serviço na lavoura”, “para trabalhar de caixeiro”, ou, cozinheiro, marceneiro, pedreiro, marinho, entre outros, a grande maioria das mulheres escravizadas anunciadas eram as que “servem para todo o serviço de uma casa”. Como podemos verificar nestes: “COMPRA-

²⁴ MUAZE, 2018, p. 364.

²⁵ PEDRO, 1994, p. 27.

SE uma escrava que saiba cozinhar, lavar, engomar e costurar, quem a tiver e quizer vender dirija-se a esta Typographia que se dirá a pessoa que a pretende”²⁶; “VENDE-SE em casa de Manoel Alves Martins, uma escrava ainda moça, sabendo bem lavar, cozinhar e engomar alguma cousa”²⁷; “Aluga-se huma parda para todo o serviço interno de huma casa de família, quem a quizer derija-se ao Bilhar da rua da Cadêa, onde achará com quem tratar.”²⁸

Deste modo, as escravizadas anunciadas nos diferentes jornais consultados eram principalmente domésticas. Em menor número estavam os anúncios de escravizadas com ofícios não identificados ou de ganho, como a procura para alugar uma “preta fiel e diligente para vender quitanda”²⁹. Apesar de majoritário, o trabalho doméstico não era a única função exercida por mulheres escravizadas em Desterro no século XIX, estavam presentes no comércio de gêneros aos arredores do Mercado Público como quitandeiras³⁰. Trabalhavam também como lavadeiras, costureiras, amas de leite³¹ e até no preparo do óleo e outros derivados da baleia³². Na praça de Desterro, “perto da praia, mulheres de cor preta frigiam peixe, cozinhavam mocotó e faziam comida para vender”³³. Se o espaço público foi pensado de modo geral como palco de atuação masculina, as feminilidades marginais – das mulheres negras e também brancas pobres – colocam contradições a este quadro, já que constituíram-se e espacializaram-se para além do lar.

A oferta e demanda das amas de leite, a partir dos anúncios dos jornais consultados, mostra-se expressiva na segunda metade do século XIX em Desterro. Assim, João Vieira Pamplona anuncia sua procura para alugar “uma ama de leite com todas as qualidades necessarias para bem criar uma criança de dous mezes [...]”³⁴, na rua Formosa n. 26 também precisa-se de uma ama de leite “paga-se bem, agradando”³⁵, na mesma rua na casa n. 22 “precisa-se alugar uma ama de leite e uma cozinheira”³⁶, já na rua Mato Grosso n. 16 “existem

²⁶ O DESPERTADOR, 21 de abril de 1863, p. 8.

²⁷ O DESPERTADOR, 28 de Abril de 1863, p. 8.

²⁸ O CONCILIADOR CATHARINENSE, 27 de junho de 1849, p. 4.

²⁹ O DESPERTADOR, 25 de novembro de 1864, p. 4.

³⁰ POPINIGIS, 2013.

³¹ PENNA, 2005, p. 88.

³² PEDRO, 1994, p. 140.

³³ SILVA, 1907, p. 165-7 apud PEDRO, 1994, p. 140.

³⁴ O DESPERTADOR, 16 de janeiro de 1863, p. 2.

³⁵ O DESPERTADOR, 30 de novembro de 1866, p. 4.

³⁶ COMMERCIAL, 4 de março de 1868, p. 4.

para se alugar uma ama com muito bom leite, e uma parda para todo o qualquer serviço interior de uma casa”³⁷.

Maria Elizabeth Carneiro (2006), efetuando uma cartografia das amas de leite na sociedade carioca (1850-1888), constata que os diferentes anúncios das amas

parecem reunir um espectro de “qualidades” que, embora construídas também por proprietários ou intermediários e locadores interessados, desenham uma uniformidade, ou um modelo quase padronizado de ama-de-leite que se queria vender ou alugar. [...] Nessa seção dos classificados, portanto, não interessava divulgar o nome, tampouco cicatrizes ou características singulares, mas outras qualidades gerais, mesmo que específicas – como as referentes ao leite, às outras prendas e ao comportamento da mulher -, que o leitor gostaria de encontrar.³⁸

Segundo Carneiro (2006), os adjetivos e advérbios presentes nos anúncios fazem emergir a imagem de ama de leite ideal, “ali, os corpos de amas-de-leite aparecem em seus elementos recorrentes, modelados e modelares, diariamente impressos naquelas páginas onde os anúncios proliferam no curso daquele século.”³⁹ Nos jornais de Desterro, é possível perceber uma imagem ideal de ama de leite a partir das características que aparecem repetidamente: as amas desejadas eram as sadias, carinhosas, morigeradas, com muito bom leite e que sabem muito bem tratar de crianças. Como pode-se notar: “Na rua do Príncipe, n.º 88 [?] do Snr. Antonio Luiz Cabral, aluga-se uma ama de leite, muito sadia e carinhosa que sabe muito bem tratar de crianças [...]”⁴⁰; “[...] no Armazem de molhados há para alugar uma carinhoza ama de leite”⁴¹; “Aluga-se para ama de leite uma preta bem morigerada, na rua do Passeio n.º 11”⁴²; “Quem quizer alugar uma parda muito boa e nova que tem muito bom leite, fale com o Major Macedo [...]”⁴³

O carinho e o cuidado que acompanham o ato de amamentar, requeridos nos anúncios, remetem ao papel supremo da mulher como mãe e seu “inato” amor materno⁴⁴. Este lugar compunha a feminilidade ideal das mulheres brancas da nova elite de Desterro. Através dos

³⁷ O CONCILIADOR CATHARINENSE, 12 de maio de 1849, p. 4.

³⁸ CARNEIRO, 2006, p. 222-223.

³⁹ CARNEIRO, 2006, p. 223.

⁴⁰ O CONCILIADOR CATHARINENSE, 26 de setembro de 1849, p. 4.

⁴¹ O CONCILIADOR CATHARINENSE, 10 de novembro de 1849, p. 4.

⁴² O ARGOS, 5 de fevereiro de 1856, p. 4.

⁴³ O ARGOS, 13 de janeiro de 1857, p. 4.

⁴⁴ Está disseminado em nosso imaginário que o amor materno é instintivo e natural, intrínseco ao feminino, contudo, Badinter (1985) constata que este sentimento é construído a partir da experiência, ou melhor, conquistado.

jornais, que funcionavam como instrumentos normatizadores de conduta, colocava-se as mulheres a elevada missão de criar os filhos, as novas gerações que conduziriam o progresso e a civilização⁴⁵. Contudo, se as amas de leite pareciam aproximar-se deste modelo de feminilidade branca e elitista ao aparecerem nos anúncios como carinhosas no trato de crianças, não podemos ignorar o silenciamento da maternidade que lhes eram impostos: em muitos casos suas crias foram vilipendiadas em nome da amamentação dos filhos dos senhores. Como os anúncios não citam os filhos das amas, podemos deduzir que eles não seriam amamentados e não conviveriam com a mãe.

Débora Mattos (2015) também parece sugerir esta conclusão, ao analisar o “Regulamento para serviço de criados”, publicado em 1883. Sabendo dos majoritários casos de negação do exercício da maternidade das amas no Brasil oitocentista, constata que esta também pode ter sido a cruel realidade que a amamentação mercenária impunha aqui em Desterro. Em 7 de junho de 1883, o Doutor Theodoro Carlos de Faria Souto, Presidente da Província de Santa Catarina, comunicava no jornal “A Regeneração” a Lei n.º. 1.039 que regulamentava o serviço dos criados, incluindo libertos e escravizados:

[...] Artigo 14.º - A pessoa que exercer a ocupação de ama de leite, ou que como tal pretender empregar-se deverá além de cumprir o que a respeito dos criados em geral estabelece esta postura, apresentar atestado medico de boa saúde, bem como de achar-se apta para o fim a que se destina. Artigo 15º - E vedado as amas de leite criarem mais de uma criança. [...]⁴⁶

Desta forma, Mattos (2015) coloca em questão se o artigo 15º refere-se ao exercício do trabalho remunerado no âmbito dessa função com algum outro empregador ou a conformação de uma ausência que àquela sociedade não importava: o filho da ama. Se a segunda opção estiver correta, podemos constatar que o mito do amor materno, através do qual o amor incondicional da mãe pelo filho é natural, instintivo e fim último do ser mulher, não é um discurso que atinge as mulheres africanas e afrodescendentes com o ofício de amas de leite. Além de ser um elemento constituinte do modelo de feminilidade branca, ainda, é peculiar à elite, como podemos notar nos casos em que as mulheres pobres - abandonadas pelo companheiro, e/ou sem recursos próprios – tiveram seus filhos raptados pela polícia de Desterro no final do século XIX⁴⁷.

⁴⁵ PEDRO, 1994, p. 13.

⁴⁶ A REGENERAÇÃO, 10 de agosto de 1883, p. 1.

⁴⁷ PEDRO, 1994, p. 154.

Outro elemento que se destaca no “Regulamento para serviço de criados” é a exigência de um atestado médico que comprove a boa saúde e aptidão para o ofício (Artigo 14.º). Isso é consequência dos discursos higienizadores e da medicalização da sociedade característicos à modernidade. A segunda metade do século XIX foi marcada por um repúdio paulatino à amamentação mercenária:

Para alguns médicos, as escravas possuíam doenças transmissíveis pelo leite, além de uma infinidade de atributos negativos e de ordem moral que influíam sobre o desenvolvimento da criança. Ideias sobre a transmissibilidade da herança genética através do aleitamento também eram colocadas em evidência. Propugnava-se, ainda, que o leite poderia ser corrompido em virtude de influências naturais e sociais exercidas sobre o indivíduo e o seu sistema nervoso.⁴⁸

Apesar do discurso médico em ascensão, a amamentação mercenária ainda vigorava amplamente já que estava enraizada como um *habitus* senhorial⁴⁹ entre as práticas da sociedade oitocentista. O artigo 15.º do “Regulamento para serviço de criados”, assim como as características ressaltadas nos anúncios que dizem respeito à condição de saúde das amas de leite, representam uma aliança entre os enunciados da medicina e do mercado de mulheres nutrizas⁵⁰. Os ideais de civilidade e progresso da modernidade, a partir dos quais a elite buscava se reconfigurar, criava novos parâmetros de higiene, e as imagens das mulheres escravizadas presentes nos anúncios atendiam a eles.

Além disso, o adjetivo “sadia” não encontra-se somente nos anúncios das amas de leite, mas também nos anúncios das escravizadas domésticas em geral. Faziam parte do espectro de “qualidades” que criava um modelo ideal de mucama as características: robusta, sadia, sem vícios, moça, vistosa, de boa índole, de bom gênio, humilde, recolhida, bonita figura, que sabe perfeitamente os serviços de uma casa de família e que sabe cuidar de crianças. Como é perceptível nestes: “VENDE-SE uma escrava parda de 15 a 30 anos de idade, sadia e sem vícios, lava, engoma e cozinha perfeitamente, é muito carinhosa para crianças [...]”⁵¹; “Vende-se uma escrava crioula com 23 anos de idade, sadia, sabe coser, lavar, engommar, cozinhar, e todo o mais serviço de uma casa de família [...]”⁵²; “Vende-se uma boa escrava moça, de bom genio,

⁴⁸ MATTOS, 2015, p. 283.

⁴⁹ MUAZE, 2018, p. 363.

⁵⁰ CARNEIRO, 2006, p. 222.

⁵¹ O DERPRTADOR, 21 de fevereiro de 1863, p. 4.

⁵² O CONCILIADOR CATHARINENSE, 4 de julho de 1849, p. 4.

lava, cozinha e faz todo o serviço [...]”⁵³; “Antonio Meirelles de Lima, tem para vender uma escrava chegada do Rio de Janeiro; e negra recolhida e muito humilde, e não tem vícios nenhum [...]”⁵⁴; “VENDE-SE uma escrava crioula de 18 annos de idade, com uma filha de 4 annos, sabendo o serviço trivial de uma casa de família, he de boa índole, humilde e sem achaque algum, tanto ella como a filha [...]”⁵⁵.

Apesar de representarem qualidades que interessam os compradores, muitos destes adjetivos funcionavam como justificativas frente a crença na inferioridade da raça dessas mulheres, deste modo, apesar de serem pretas ou crioulas, eram saudáveis, sem vícios e de boa índole. Isso está relacionado à especificidade dos anúncios como fontes que criam imagens de mulheres escravizadas: neles, as mulheres eram idealizadas, modeladas como figuras ideais que garantiriam rentabilidade, e para este fim não interessava destacar as características transgressoras que acreditava-se serem intrínsecas à natureza das africanas e afrodescendentes. O escravizado, “na cidade, através dos efeitos de sua presença no seio da família branca, é visto como causa de desordem, sexualidade desregrada, paixões, doenças, vaidade, egoísmo, brutalidade.”⁵⁶ Ademais, não podemos esquecer que a reiteração da “boa conduta”, no campo ambivalente dos sentidos que se constituía o anúncio, na “insistência em buscar desfazer qualquer receio do leitor com relação à conduta daquelas mulheres, instiga a imaginação com relação às possibilidades de resistência e às prováveis manifestações de indocilidade e insubmissão”⁵⁷

As imagens idealizadas representadas para venda e aluguel se diferenciavam das imagens disseminadas em outras páginas dos jornais, que não as reservadas para anúncios. No setor “diversas occurrencias” do jornal “O Despertador”, em 1882, publicava-se:

Criados e criadas – Vem de longe a queixa constante contra os indivíduos de ambos os sexos que se empregam no serviço doméstico, e tal queixa não é peculiar a esta provincia, mas geral em todo o Brasil. A diminuição gradual da escravatura tem augmentado consideravelmente as dificuldades com que lutam em geral as famílias para encontrarem bons, ou pelo menos sofríveis criados. Os do sexo masculino, em sua maior parte, são dados a embriaguez, mandriões, insubordinados e muitas vezes ratoneiros; *as do sexo feminino são, além de tudo, muito prejudiciaes no seio de uma família, para onde trazem os vícios, que vão inoculando nas moças, com grave prejuízo da educação casta*

⁵³ O CONCILIADOR CATHARINENSE, 23 de março de 1850, p. 4.

⁵⁴ O CONCILIADOR CATHARINENSE, 26 de fevereiro de 1851, p. 4.

⁵⁵ O ARGOS, 9 de janeiro de 1857, p. 4.

⁵⁶ MACHADO, 1978, p. 354-355 apud MATTOS, 2015, p. 282.

⁵⁷ CARNEIRO, 2006, p. 241.

que deve ter uma donzella. A moralidade doméstica sofre muito com isso [...] Muitas famílias tem sido desacreditadas por culpa de criadas; o maldizente que vê alta noite um vulto entrar ou sahir furtivamente em uma casa, pular uma cerca ou saltar de uma janella, existindo nessa casa senhoras, que sejam casadas, solteiras ou viúvas, propala logo o caso, e alguma dessas é victima inocente, e perde, sem o saber, o que de mais caro tem uma mulher – a sua reputação. No entanto a verdadeira culpada é a criada, que abre as portas da casa de seu amo para receber o seu amante! [...] Urge, pois, tomar-se uma medida qualquer que acabe com tal ordem de coisas, ou pelo menos que ponha freio a tanta desmoralização. Parece-nos que se conseguiria melhorar muito, organizando-se o serviço doméstico por meio de um regulamento policial, como existe em outros países. [...]”⁵⁸ (grifo nosso)

Como podemos notar, o texto se direciona a população liberta que se dedicava ao ofício de criadagem, publicado nove meses antes do “Regulamento para serviço de criados” já exposto aqui, este texto também respondia a um contexto de gradual queda do trabalho escravo e emergência do movimento abolicionista. A sociedade oitocentista buscava reconfigurar-se ao trabalho doméstico livre, contudo muitos dos criados eram escravizados – o escravo deveria ser registrado pelo seu senhor, como requerido no Artigo 3.º do regulamento⁵⁹ – e a esmagadora maioria, era africana ou afrodescendente.

O texto acusa os criados, homens e mulheres, de degenerarem a moral da família branca para a qual trabalham. As mulheres, especialmente, levam vícios ao lar que adentram nas boas moças. Entende-se, portanto, que discursivamente coexiste uma feminilidade mal, deturpante e viciosa que se apresenta como um perigo para a feminilidade pura e inocente. Dessa forma, as mulheres africanas e afrodescendentes que trabalhavam como criadas eram também condenadas por sua suposta sexualidade desregrada e promíscua. Ao receberem homens na casa de boas senhoras, removem das vítimas inocentes “o que de mais caro tem uma mulher – a sua reputação”. Nessa oração, é perceptível que “a mulher” que possui e eventualmente, não por sua culpa, perde sua reputação, é exclusivamente a mulher branca e pertencente a uma família da elite.

Outro texto, publicado no jornal “A Regeneração” em 1880, protestando contra a má qualidade da educação pública na província, parece compartilhar de semelhante preocupação acerca dos prejuízos trazidos pelas criadas para a educação das mulheres brancas. O que chama a atenção é a pauta que hoje chamaríamos de “progressista” ou “feminista” da publicação: o

⁵⁸ O DERPRTADOR, 20 de setembro de 1882, p. 2.

⁵⁹ A REGENERAÇÃO, 10 de agosto de 1883, p. 1.

anseio de que “as mulheres” pudessem ter acesso a uma educação que abrangesse as áreas da ciência e da política, para além dos estudos religiosos.

[...] E o que diremos das meninas! Disso nem se cuida. A mulher é ente que vive em mundo aparte. *De pequenina embalada nos braços de criadas ignorantes, e pela maior parte escravos, cheias de preconceitos, vícios e crimes, cresce a menina brasileira abeberando-se nos princípios de uma moral subversiva, ouvindo os risos e disputas da cozinha, aprendendo histórias e contos supersticiosos, peias dos assomos de sua inteligência, e... coitadinha!* Conclue sua educação na escola pelo superficial conhecimento do cathequismo que indiscretamente se lhe atira às mãos. Sem conhecimento de si, sem consciência de sua personalidade, sem autonomia, tudo ignorado, porque nada compreende, não sabe o que seja a pátria, a sciencia, a humanidade, porque desconhece o mundo, onde vive como um ente alheio [...] A mulher educada no Brazil, e principalmente em nossa província só conhece bailes, modas e galanterias. [...] E entretanto, ellas não dão culpadas. *Do egoísmo dos que, esquecidos que o valor do cidadão premana do valor da mulher que o educou, protestam contra sua regeneração, não lhe reconhecendo o direito de instruir-se [...] Negou-se a mulher o direito, a capacidade de aprender; achou-se até ridiculo pensar-se que ella o podesse fazer! [...]*⁶⁰ (grifo nosso)

O texto coloca as criadas presentes no ambiente doméstico, sejam livres ou escravizadas, como primeiro elemento que corrompe a educação da mulher branca, já na infância. São as mulheres negras que fazem o serviço doméstico que, consideradas ignorantes, “cheias de preconceitos, vícios e crimes”, portadoras de uma moral subversiva, risonhas e supersticiosas, desvirtuam as meninas brancas. E isto tudo se afirma em favor do direito da educação da mulher. Aqui ecoa a fala da escravizada liberta Sojourner Truth, proferida na “Convenção Nacional pelos Direitos das Mulheres” nos Estados Unidos, em 1851: “E não sou eu uma mulher?”⁶¹

A publicação busca desconstruir o modelo de feminilidade relacionado às futilidades, que se materializa no interesse pela moda e pelos bailes, desejando construir um modelo de mulher com mais autonomia, que conheça a ciência, a humanidade e o mundo, saindo do “mundo *aparte*” em que vive. Contudo, ao passo que anseia este novo feminino, desconsidera as feminilidades outras, racializadas, das que não foram consideradas mulheres por este discurso que se direciona a uma mulher pretensamente universal: a mulher branca.

⁶⁰ A REGENERAÇÃO, 1 de abril de 1880, p. 3.

⁶¹ DAVIS, 2006, p. 72.

Se de um lado, se afirma a inocência da mulher branca frente à sua ignorância e superficialidade, que é capaz e deve ter o direito de uma instrução mais aprofundada e mais equiparada a dos homens, de outro, se coloca à mulher negra, nem mesmo reconhecida como mulher, uma feminilidade viciosa, depravada, subversiva, culpada por deteriorar a educação das coitadas meninas. Desta maneira, os homens egoístas que protestam contra o direito da mulher instruir-se, esquecem “que o valor do cidadão *premana* do valor da mulher que o educou”. Aqui, apesar da desconstrução de certos papéis e comportamentos colocados à mulher branca nesta publicação, ainda se perpetua a velha missão de educar os filhos para que se tornem cidadãos virtuosos. Sobretudo, nenhum dos lados – nem o homem contra, nem o a favor da educação das mulheres – considera o valor (e implicitamente a capacidade de instruir-se) da mulher que o amamentou, o nutriu com o alimento essencial a vida, muitas vezes negando-o ao seu próprio filho, ou das que cozinham, lavaram e engomaram no lar em que cresceu.

Considerações finais

Partindo da noção de que a feminilidade, ou seja, o conjunto de atributos, papéis e comportamentos geralmente colocados às mulheres, são construções sociais que derivam de sistemas nos quais os fatos biológicos, como por exemplo a função das mulheres na reprodução ou a força masculina, operam de uma forma não necessária, moldando e reproduzindo as relações de poder. Compreende-se que, é através do exagero das diferenças biológicas que criamos socialmente o gênero e assim distribuimos papéis, construindo modelos de feminilidade e masculinidade e estabelecemos assimetrias de poder.⁶²

Todavia, avançando a discussão, nota-se que não existe apenas um modelo de feminilidade. Veja bem: apesar da feminilidade branca ser a mais valorizada, idealizada e se pretender universal, surgem diferentes definições de feminilidade e de masculinidade quando postas à luz da chave das relações raciais.⁶³ Logo, outros modelos de feminilidade emergem das páginas dos jornais de Desterro, a partir das imagens de mulheres escravizadas, tanto como figura idealizada para atender aos interesses do mercado, quanto como figura transgressora responsável por prejuízos à moral da família para a qual trabalha.

⁶² Este entendimento deriva da combinação de minhas leituras das obras da historiadora Joan Scott (1995) e da antropóloga Michelle Rosaldo (1995).

⁶³ CORRÊA, 1996, p. 43.

Através das fontes analisadas, em conjunto com a bibliografia utilizada, podemos constatar que a feminilidade que se colocava às mulheres escravizadas não incluía o sentimento do amor materno supostamente “natural” ao feminino, já que a maternidade das amas de leite lhes era negada, apesar disso, deveriam se aproximar deste sentimento no carinho que acompanha a amamentação dos filhos dos senhores. Portanto, não faz parte da feminilidade construída para as mulheres negras, o mito do amor materno, junto a outros aspectos como a restrição à esfera privada e a ideia da fragilidade feminina.

Além disso, as “qualidades” que se repetem nos anúncios das mucamas, criando um modelo ideal que buscava garantir rentabilidade, funcionam como contraponto frente a crença na inferioridade da raça dessas mulheres. Assim, a frequente reiteração de que a escravizada era sadia, sem vícios e de boa índole, responde ao entendimento geral dos senhores e de suas famílias, de que os escravizados geralmente eram viciosos, imorais, e fontes de doenças. As escravizadas domésticas e amas de leite, no Brasil oitocentista, foram objeto de preocupação dos discursos higienistas e debates na medicina. Deste modo, quando ideias relacionadas ao progresso e a civilização invadiram o âmbito privado, propondo a racionalização do lar e da família, era preciso livrar-se de todos os vestígios “negros”.⁶⁴ Foi assim que, desta maneira, “Para a maioria dos homens das elites locais, a convivência com as domésticas, que eles mesmos assediavam, poderia ameaçar o controle sexual que tinham sobre suas esposas e filhas.”⁶⁵

Avançando para as outras publicações nos jornais, nos deparamos com imagens femininas que representam o recato, a dignidade, o elevado papel de mãe, a inocência, e a capacidade de instrução, em contraste as imagens femininas promíscuas, supersticiosas, depravadas, viciosas e inevitavelmente ignorantes. O que não deve-se perder de vista é que as “vivências femininas não estavam conformadas apenas nos dois binômios, mas entre os dois ideais havia mulheres transgressoras”⁶⁶. Portanto, a partir da análise dos trechos dos jornais, temos acesso ao que é publicado, outro desafio é “saber como eram lidos tais textos, como eram vividas, experimentadas no cotidiano, essas imagens de mulheres que os jornais reproduziam.”⁶⁷

⁶⁴ CARMO, 2012, p. 60.

⁶⁵ CARVALHO, 2003, p. 60 apud CARMO, 2012, p. 116.

⁶⁶ CARMO, 2012, p. 120.

⁶⁷ PEDRO, 1994, p. 29.

Referências

- BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco. Em busca de um fantasma: as populações de origem africana em Desterro, Florianópolis, de 1860 a 1888. **Padê: Estudos em filosofia, raça, gênero e direitos humanos (encerrada)**, v. 1, n. 1, 2007. Disponível em: <<https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/pade/article/view/143#:~:text=No%20presente%20artigo%2C%20parte%20integrante,afro%2Ddescendente%20na%20capital%20catarinense>> Acesso em 05/05/2021.
- CARNEIRO, Maria Elizabeth Ribeiro. **Procura-se "preta, com muito bom leite, prendada e carinhosa"**: uma cartografia das amas-de-leite na sociedade carioca (1850-1888). 2006. 418 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade de Brasília, Brasília, 2006. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/5162>> Acesso em 05/05/2021.
- CARMO, Iris Nery do. Entre sinhas, mucamas, iaiázinhas e amas de leite: mulheres negras e brancas na sociedade brasileira do século XIX e início do XX. **Revista Senso Comum**, nº 2, 2012, p. 108-123. Disponível em: <<https://sensocomum.xanta.org/index.php/revista/article/view/23>> Acesso em 05/05/2021.
- CORREIA, Mariza. Sobre a Invenção da Mulata. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 6/7, p.35-50. 1996. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1860>> Acesso em 05/05/2021.
- DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe** [recurso eletrônico] / Angela Davis; tradução Heci Regina Candiani. - 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.
- FREITAS, Ana Clara Cardoso de. A recepção da abolição da escravatura pelos jornais de Desterro. Florianópolis: **Revista Catarinense de História**, n 1, v. 14, 2020, p. 87-98. Disponível em: <<http://seer.cfh.ufsc.br/index.php/sceh/article/view/3316>> Acesso em 05/05/2021.
- MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. **Africanos em Santa Catarina: escravidão e identidade étnica. (1750-1850)**. In: FRAGOSO, João et. al. Nas rotas do Império. P. 609-643. Vitória: EDUFES, 2006.
- MATTOS, Débora Michels. **Saúde e escravidão na ilha de Santa Catarina (1850-1888)**. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-18112015-113742/en.php>> Acesso em 05/05/2021
- MUAZE, Mariana. Maternidade silenciada: amas de leite no Brasil escravista, século XIX. In: Osório, Helen; XAVIER, Regina Célia Lima (org). **Do tráfico ao pós-abolição: Trabalho compulsório e livre e a luta por direitos sociais no Brasil**. São Leopoldo: Oikos, 2018, pp 360-391.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **HISTÓRIA**, SÃO PAULO, v.24, N.1, P.77-98, 2005. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/his/v24n1/a04v24n1.pdf>> Acesso em 05/05/2021

PEDRO, Joana Maria. **Mulheres faladas, mulheres honestas: uma questão de classe**. Florianópolis: UFSC, 1994.

PENNA, Clemente Gentil et al. **Escravidão, liberdade e os arranjos de trabalho na Ilha de Santa Catarina nas últimas décadas de escravidão (1850-1888)**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/101610>> Acesso em 05/05/2021

POPINIGIS, Fabiane. "Aos pés dos pretos e pretas quitandeiras": Experiências de trabalho e estratégias de vida em torno do primeiro Mercado Público de Desterro (Florianópolis) e seus arredores 1840-1890. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 46, p. 193-226, 2012. Disponível em <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0002-05912012000200006&script=sci_abstract&tlng=pt> Acesso em 05/05/2021.

POPINIGIS, Fabiane. Conexões entre gênero e raça no Brasil meridional – mulheres africanas e o pequeno comércio em Desterro, século XIX. **Encontro escravidão e liberdade no Brasil meridional** – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013. Disponível em: <<https://labhstc.ufsc.br/files/2013/04/Fabiane-Popinigis-texto.pdf>> Acesso em 05/05/2021.

REIS, Adriana Dantas. Gênero, Patriarcado e a história da escravidão no Brasil. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo**, julho 2001. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300683551_ARQUIVO_Genero,patriarcadoescravidaio.pdf> Acesso em 05/05/2021.

ROSALDO, Michelle. O uso e o abuso da antropologia: reflexões sobre o feminismo e o entendimento cultural. **Horizontes Antropológicos** – gênero, n.º. 1, 1995.

SCOTT, Joan. Gênero, uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, jul – dez, 1995.

WOLFF, Cristina S. Historiografia Catarinense: uma introdução ao debate. Florianópolis: **Revista Catarinense de História**, n 3, 1994, p. 5-15. Disponível em <<http://seer.cfh.ufsc.br/index.php/sceh/article/view/428/148>> Acesso em 05/05/2021.

Fontes

Anúncios. **Jornal O Argos**: da Província de SC. 1856, Desterro. Disponível em: <<http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/Cidades2/Desterro.html>> Acesso em 05/05/2021.

Anúncios. **Jornal O Argos**: da Província de SC. 1857, Desterro. Disponível em: <<http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/Cidades2/Desterro.html>> Acesso em 05/05/2021.

Anúncios. **Jornal Commercial.** 1868, Desterro. Disponível em: <<http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/Cidades2/Desterro.html>> Acesso em 05/05/2021.

Anúncios. **Jornal O Despertador.** 1863, Desterro. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/despertador/709581>> Acesso em 05/05/2021.

Anúncios. **Jornal O Despertador.** 1864, Desterro. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/despertador/709581>> Acesso em 05/05/2021.

Anúncios. **Jornal O Despertador.** 1865, Desterro. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/despertador/709581>> Acesso em 05/05/2021.

Anúncios. **Jornal O Despertador.** 1866, Desterro. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/despertador/709581>> Acesso em 05/05/2021.

Anúncios. **O Conciliador Catharinense:** Jornal Oficial, Noticioso e Litterario. 1849, Desterro. Disponível em: <<http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/Cidades2/Desterro.html>> Acesso em 05/05/2021.

Anúncios. **O Conciliador Catharinense:** Jornal Oficial, Noticioso e Litterario. 1850, Desterro. Disponível em: <<http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/Cidades2/Desterro.html>> Acesso em 05/05/2021.

Criados e criadas. **Jornal O Despertador.** N.º 2082, 1882, Desterro. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/despertador/709581>> Acesso em 05/05/2021.

Instrução publica. **A Regeneração:** Jornal da Província de SC. N.º 24, 1880, Desterro. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/regeneracao/709603>> Acesso em 05/05/2021.

Regulamento para serviço de criados. **A Regeneração:** Jornal da Província de SC. N.º 76, 1883, Desterro. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/regeneracao/709603>> Acesso em 05/05/2021.